

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Homossexualidade e Preconceito: o que Pensam os
Profissionais de Recursos Humanos**

Alessandra Ramos Demito Fleury

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia-Goiás
2006

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia

Homossexualidade e Preconceito: o que Pensam os Profissionais de Recursos Humanos

Alessandra Ramos Demito Fleury

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas
Torres

Goiânia-Goiás
2006

Universidade Católica de Goiás
Vice Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Alessandra Ramos Demito Fleury

Título: Homossexualidade e Preconceito: o que Pensam os Profissionais de Recursos Humanos

Data da avaliação: 10 de Agosto de 2006

Banca Examinadora

Avaliação

Prof.^a Dr.^a Ana Raquel Rosas Torres
Universidade Católica de Goiás
Presidente

Nota ou Grau

Prof.^o Dr.^o Pedro Humberto Faria Campos
Universidade Católica de Goiás
Membro

Nota ou Grau

Prof.^a Dr.^a Flávia Regina C. Vieira
Uni-ANHANGÜERA
Membro

Nota ou Grau

Aos meus dois grandes amores
Leonardo e Vítor.

Agradecimentos

A Deus que ilumina minha vida, mostrando minhas possibilidades e colocando pessoas no meu caminho que me orientam e me auxiliam na realização dos meus sonhos.

Uma dessas pessoas que Deus colocou em meu caminho, iluminando meus passos foi a Prof.^a Dr.^a Ana Raquel. Profissional admirável, ser humano especial, que manteve durante todo o nosso trabalho uma conduta de respeito, dedicação e afeto. Obrigada por ser um exemplo que me inspira a melhorar a cada dia.

Aos meus pais, agradeço o amor, o carinho e a atenção que sempre me deram. Em especial, agradeço a minha mãe pela paciência e dedicação, sobretudo nas horas em que ficou com o Vítor, para que eu pudesse trabalhar nesta dissertação.

Ao Prof. Dr. Pedro Humberto, agradeço por ter sido uma pessoa de grande influência tanto na graduação quanto no mestrado, compartilhando sua sabedoria e despertando meu interesse pela Psicologia Social. Agradeço, ainda, a grande colaboração de suas sugestões ao meu estudo e por ter aceito o convite de compor a banca examinadora.

A Prof.^a Dr.^a Helenides Mendonça, agradeço pela competência com que propôs sugestões para este trabalho, contribuindo para o que nele há de bom.

A Prof.^a Dr.^a Umbelina Leite, agradeço pela dedicação e paciência na interpretação dos meus resultados. Agradeço, ainda, a disponibilidade de se deslocar para Goiânia nos nossos encontros. Obrigada por compartilhar seu conhecimento.

A Prof.^a Dr.^a Carmem, responsável pela coordenação da pós-graduação do curso de Gestão de Pessoas da Faculdade Cambury, agradeço por permitir a aplicação dos questionários e, principalmente, pela forma atenciosa com que me recebeu.

Agradeço à amiga Luciene Campos Falcão por ter apresentado o grupo de Pesquisa de Processos Grupais e, principalmente, a Prof.^a Dr.^a Ana Raquel. Obrigada pela atenção e por me introduzir no meio de pessoas tão competentes, disponíveis e amigas.

Agradeço ao grupo de Pesquisa de Processos Grupais que esteve muito presente durante a realização deste trabalho. Obrigada pelas sugestões e pela atenção dedicada a este estudo.

Agradeço, em especial, às amigas do GPPG, Thalita Vargas e Juliany Guimarães, pelo apoio nos momentos difíceis e as palavras de ajuda e compreensão.

Aos meus irmãos, Alexandre e Ana Carolina, que sempre me incentivaram e acreditaram em mim.

Ao Leonardo e ao Vítor, agradeço por fazerem meu mundo melhor. Obrigada pelo amor e carinho de todos os dias.

Resumo

Esta dissertação teve dois objetivos. Primeiro, investigar o preconceito contra o homossexual a partir da análise da atribuição de características positivas e negativas feita por profissionais da área de Recursos Humanos tanto para homossexuais quanto para heterossexuais. Segundo, investigar como as novas formas de expressão do preconceito podem estar atuando nesse processo discriminatório, considerando a infra-humanização como produto dessas novas formas. Para tanto, dois estudos empíricos foram realizados. O primeiro buscou validar as escalas que serviriam de indicadores no instrumento do segundo estudo, o qual foi realizado numa amostra (n=135) de estudantes de pós-graduação na área de Recursos Humanos de ambos os sexos da cidade de Goiânia. No primeiro estudo (n=69), verificou-se que a lista de adjetivos baseada nos estudos de Lima (2002) sobre a infra-humanização, poderia não adequar-se suficientemente bem ao nosso contexto. Os resultados do segundo estudo revelaram que, no caso dos homossexuais, a expressão do preconceito ocorre de forma sutil (Pettigrew & Meertens, 1995), porém não está relacionada ao processo de infra-humanização, o qual define que uma maior atribuição de características humanas (traços culturais e sentimentos ou emoções secundárias) para o grupo majoritário promove a diferenciação intergrupar sem derrogar o grupo minoritário, fornecendo, assim, um meio aceitável pela sociedade atual, respeitando as normas igualitárias. Os resultados indicaram que, diferentemente de outros estudos na área (Lacerda *et al.*, 2002; Falcão, 2004 e Pereira, 2004), o preconceito contra os homossexuais expressa-se mais de forma sutil que flagrante, apresentando uma maior atribuição de características positivas para o grupo majoritário e não se diferenciando ao nível da atribuição de características negativas para o grupo minoritário. Esses resultados são discutidos ressaltando-se a importância de mais estudos sobre esse tema, tão pouco estudado por psicólogos sociais.

Abstract

This dissertation had two purposes. The first was to investigate the preconception against the homosexual people from the analysis of the positives and negatives characteristics attribution, developed by professionals in the area of human resources so for homosexual as for heterosexual people. The second aim was to investigate as the new forms of expression of the preconception can be acting in this discriminative process, considering the infra-humanization as a product of these new forms. For that, two empiric studies were done. The first tried to validate the scales which would serve of indicators in the instrument of the second study, which were accomplished in a post graduation students sample (n=135) in the area of human resources of both sexes in Goiânia city. In the first study (n=69) was verified that the adjective list based on Lima's studies (2002) about the infra-humanization, could not be sufficiently well adequated in our context. The second study results, revealed that in homosexual people instance , the preconceit expression occur in a subtle way (Pettigrew & Meertens, 1995) though it's not related to the process of infra humanization, which define that a larger attribution of human characteristics (culture features and feelings or second emotions) for the major group, promote the inter group differentiation without derogating the minority group, providing therefore, an acceptable social atmosphere to the actual society, respecting the attainable rules. The results indicated that, differently from others studies in the area (Lacerda et al, 2002; Falcão 2004 e Pereira, 2004), the preconception against homosexual people expresses itself in the more subtle way than flagrant, presenting a larger attribution in positive characteristics for the majority group and not differing the negative characteristics attribution level for the minority group. These results are discussed sticking out the importance of more studies about this theme which has been so little studied for social psychologists.

Sumário

Folha de avaliação.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Sumário.....	vii
Lista de Quadros.....	x
Lista de Tabelas.....	xi
Lista de Figuras.....	xii
Introdução.....	01
Capítulo 1: A Homossexualidade.....	09
1.1 - Concepções sobre a homossexualidade.....	10
1.2 - Homossexualidade: da antiguidade aos dias atuais.....	16
1.3 - História do movimento homossexual no Brasil.....	23
1.4 - Homossexualidade e discriminação no mercado de trabalho.....	30
1.5 - A homossexualidade e o preconceito: delimitação conceitual de termos relacionados ao tema.....	38
Síntese do capítulo.....	43
Capítulo 2: O Preconceito: um fenômeno que se transforma mas não desaparece.....	46
2.1 - Teorias sobre o preconceito.....	50
2.1.1 - Teorias no nível intrapsíquico.....	50
2.1.2 - Teorias no nível interpessoal.....	53

2.1.3 - Teorias no nível intergrupacional.....	55
2.1.4 - Teorias no nível societal.....	61
2.2 - Novas formas de preconceito.....	67
2.3 - Infra-humanização: produto da emergência de novas formas de expressão do preconceito.....	74
2.3.1 - Essencialismo e infra-humanização.....	74
2.3.2 - Considerações sobre a “essência humana”.....	76
2.3.3 - Análise empírica da infra-humanização na Psicologia Social.....	79
Síntese do capítulo.....	84
Capítulo 3: Métodos, Resultados e Discussão.....	85
3.1 - Primeiro Estudo – Validação da escala de sentimentos e traços.....	86
3.1.1 - Método.....	86
3.1.1.1 - Participantes.....	86
3.1.1.2 - Instrumento.....	86
3.1.1.3 - Procedimento.....	87
3.1.2 - Resultados	87
3.1.3 - Discussão.....	90
3.2. Segundo Estudo – Novas formas do preconceito contra os homossexuais.....	91
3.2.1 - Método.....	91
3.2.1.1 - Participantes.....	91
3.2.1.2 - Instrumento.....	92
3.2.1.3 - Procedimento.....	94
3.2.2 - Resultados.....	94
3.2.2.1 - Análise preliminar dos dados.....	94

3.2.2.2 - Orientação sexual e a medida de infra-humanização de Moscovici e Pérez (1999) e Lima (2002).....	95
3.2.2.3 - Análise estatística do teste as hipóteses.....	97
3.2.2.4 - Avaliação positiva.....	99
3.2.2.5 – Avaliação negativa.....	103
3.2.3 - Discussão.....	107
3.2.3.1 - Discussão dos resultados da escala de traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999; Lima, 2002).....	107
3.2.3.2 - Orientação sexual e a medida de infra-humanização de Leyens <i>et al.</i> (2001) e Lima (2002).....	108
3.2.3.3 - Discussão dos resultados da escala de emoções primárias e secundárias de Leyens <i>et al.</i> (2001) e Lima (2002).....	110
3.2.3.4 - “Sociedade brasileira x indivíduo brasileiro”: a desresponsabilização pelo fenômeno do preconceito.....	113
Capítulo 4: Considerações finais.....	115
Referências Bibliográficas.....	122
Anexos.....	132
Anexo A. Questionário da Condição de Sucesso do grupo dos Homossexuais.....	133
Anexo B. Questionário sem Relato de Sucesso ou Fracasso do Grupo dos Homossexuais.....	136
Anexo C. Questionário da Condição de Fracasso do Grupo dos Homossexuais.....	139

Lista de Quadros

Quadro 1. Análise dos países que possuem legislação sobre a discriminação por orientação sexual.....	21
Quadro 2. Benefícios aos quais casais homossexuais não têm direito no Brasil.....	28
Quadro 3. Multivariate tests.....	99
Quadro 4. ANOVAs para as avaliações positivas dos grupos homossexual e heterossexual para a interação com as situações experimentais.....	100
Quadro 5. ANOVAs para as situações experimentais.....	100
Quadro 6. Comparações dos pares das situações experimentais com o teste de <i>Bonferroni</i> para as avaliações positivas.....	100
Quadro 7. Multivariate tests.....	103
Quadro 8. ANOVAs para as avaliações negativas dos grupos homossexual e heterossexual para a interação com as situações experimentais.....	103
Quadro 9. ANOVAs para as situações experimentais.....	103
Quadro 10. Comparações dos pares das situações experimentais com o teste de <i>Bonferroni</i> para as avaliações negativas.....	104

Lista de Tabelas

Tabela 1. Cargas fatoriais, valor próprio, variância explicada e fidedignidade da escala de emoções primárias e secundárias (Leyens <i>et al.</i> , 2001).....	88
Tabela 2. Cargas fatoriais, valor próprio, variância explicada e fidedignidade da escala de traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999).....	89
Tabela 3. Cargas fatoriais, valor próprio, variância explicada e fidedignidade da escala de traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999) para os dois grupos.....	96
Tabela 4. Distribuição dos participantes na pesquisa.....	98
Tabela 5. Média, (desvio padrão) e significância das avaliações de características positivas para os homossexuais e heterossexuais apresentados nas três situações experimentais.....	101
Tabela 6. Média, (desvio padrão) e significância das avaliações de características negativas para os homossexuais e heterossexuais apresentados nas três situações experimentais.....	105
Tabela 7. Cargas fatoriais, valor próprio, variância explicada e fidedignidade da escala de emoções primárias e secundárias (Leyens <i>et al.</i> , 2001) – Segundo estudo.....	109
Tabela 8. Média (e desvio padrão) das avaliações das emoções para os homossexuais e os heterossexuais.....	110

Lista de Figuras

- Figura 1. Gráfico da linha de interação da avaliação positiva dos grupos homossexuais e heterossexuais na situação experimental nas situações experimentais.....102
- Figura 2. Gráfico da linha das situações experimentais em função da avaliação positiva dos grupos homossexuais e heterossexuais.....102
- Figura 3. Gráfico da linha de interação da avaliação positiva dos grupos homossexuais e heterossexuais na situação experimental nas situações experimentais.....106
- Figura 4. Gráfico da linha das situações experimentais em função da avaliação positiva dos grupos homossexuais e heterossexuais.....106

Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar o preconceito contra os homossexuais, buscando as novas formas de expressão que podem estar envolvidas no processo de discriminação sofrido por essa minoria social.

Vários estudos sobre o preconceito racial têm apresentado resultados que apontam transformações na expressão do preconceito. Essas transformações assemelham-se às mutações que um vírus possa produzir para coexistir num ambiente inadequado à sua sobrevivência, promovendo, assim, sua mutação, sua adaptação ao ambiente hostil, mas não necessariamente sua eliminação. Apesar de um tanto agressiva, essa analogia resume as conclusões tiradas de grande parte dos estudos (Gaertner & Dovidio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999) sobre a expressão de um fenômeno não menos violento, porém muitas vezes mais discreto, o preconceito nas sociedades modernas. Essas sociedades apresentam um contexto contraditório, em que as pessoas vêm-se obrigadas a articular a norma do igualitarismo e da meritocracia na expressão dos seus comportamentos. Os resultados desses estudos demonstram que as pessoas preocupam-se em não ferir as normas anti-racistas, preservando, desse modo, sua auto-imagem de pessoa igualitária, ao mesmo tempo em que buscam utilizar a diferenciação intergruparal como forma de atender à norma meritocrática. Esta é definida como um conjunto de valores que determina que as posições sociais dos indivíduos na sociedade devem ser resultado do mérito individual, e que tem na hierarquização social sua premissa (Barbosa, 1999). O ambiente o qual promoveria as transformações das expressões do fenômeno do preconceito seria constituído dessas normas antagônicas e incoerentes. Essas normas operam concomitantemente no ambiente, permitindo que os grupos minoritários obtenham algumas conquistas legais a partir da norma do

igualitarismo, e que estas não sejam suficientes para, de fato, diminuir ou eliminar o processo discriminatório, na medida em que a norma meritocrática estimula a competição e a individualidade.

O estudo do fenômeno do preconceito intensificou-se com o avanço da Biologia e a conseqüente queda do mito da hierarquia entre as raças. Até então esse mito justificava a condição desses grupos minoritários, tornando desnecessária a investigação científica sobre o assunto. A partir do início do século XX, vários estudos vêm buscando apresentar explicações para o preconceito, principalmente o preconceito étnico e o racial.

Em Psicologia Social, o preconceito é definido em 1954 por Gordon Allport como sendo uma atitude negativa dirigida a um grupo como um todo ou a uma pessoa por esta ser membro de tal grupo. Essa definição serviu como base para o desenvolvimento de vários estudos clássicos sobre o fenômeno (Rokeach, 1960, 1968; Runciman, 1966; Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969; Tajfel, Flament, Billig & Bundy, 1971). Para Allport (1954), o preconceito seria uma atitude constituída por um componente cognitivo e outro disposicional. O componente cognitivo surgiria no processo de categorização social e este determinaria a nossa disposição comportamental intergrupual, que seria a expressão das relações subseqüentes entre determinados grupos sociais (Tajfel, 1982). Em outras palavras, as pessoas, buscando simplificar e ordenar o complexo mundo em que vivem, tendem a realizar, em cada situação relevante, uma simplificação que pode ocasionar a formação dos estereótipos. Se definirmos o estereótipo como “a atribuição de características psicológicas gerais a grandes grupos humanos” (Tajfel, 1982, p.148), teremos aqui a base cognitiva do preconceito oferecendo conteúdo representacional para influenciar e/ou dirigir o comportamento entre os grupos, sendo que esse conteúdo irá diferenciar-se substancialmente de uma cultura para outra, além de sofrer as influências das configurações sociais estabelecidas em diferentes épocas da nossa sociedade.

Os primeiros estudos sobre o preconceito defendiam que o fenômeno tinha sua origem nos aspectos intra-psíquicos dos indivíduos (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950; Dollard, Doob, Murrer & Sears, 1939 e Rokeach, 1960). Esses trabalhos sofreram várias críticas (Billig, 1991; Brown, 1995; Monteiro, 1996; Tajfel, 1982) devido ao fato de apresentarem uma explicação reducionista para um fenômeno iminentemente social. Ao desconsiderar a influência recíproca entre indivíduo e sociedade na compreensão do fenômeno do preconceito, as explicações desses autores mostraram-se incompletas. A Psicologia Social, consciente da necessidade de articulação das explicações individuais e sociais, busca desenvolver teorias e metodologias que consigam apreender essa reciprocidade no estudo dos fenômenos sociais. Atualmente, a teoria das representações sociais, de Serge Moscovici (1978; 2003), apresenta, conforme Doise (1986), a melhor proposta na área da Psicologia Social para responder ao objetivo de apreensão dos fenômenos sociais, principalmente levando-se em consideração algumas propostas de aperfeiçoamento teórico (Doise, 1984) e metodológico (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1993) na referida teoria.

Os resultados dos estudos sobre o preconceito na atualidade apontam para uma clara interação entre modificações ambientais e alterações comportamentais, pelo menos no que se refere às sociedades ocidentais. Nessas sociedades ocorreram modificações do ponto de vista social e legal sobre a situação dos grupos minoritários. Alguns fatos podem ter influenciado preponderantemente essas transformações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DURH), que há mais de cinquenta anos condena todas as formas de discriminação, e a declaração da Unesco sobre as classificações raciais, além de diversas emendas constitucionais proibindo o preconceito e a discriminação, contribuíram para que as pessoas percebessem que a norma do igualitarismo estava fortemente presente na sociedade e que comportamentos discriminatórios não mais seriam tolerados. Apesar de esses fatos terem influenciado a percepção

das pessoas em relação à expressão do preconceito, eles parecem não ter conseguido verdadeiramente extinguir a expressão do fenômeno. Diversos estudos na Europa e nos Estados Unidos demonstram que o racismo tem mudado suas formas de expressão, buscando atender à norma do igualitarismo, mas não há evidências de que ele tenha diminuído. De maneira geral, esses estudos indicam uma expressão do preconceito mais sutil e menos flagrante (Pettigrew & Meertens, 1995), atendendo a norma da não discriminação, em que as pessoas consideram inaceitável ser preconceituoso e temem ser mal vistas por apresentarem tal comportamento. No que se refere aos estudos do preconceito relacionados às minorias sexuais, os avanços na tolerância e nas atitudes igualitárias parecem não promover o mesmo impacto que na expressão de comportamentos anti-racistas.

A pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (Castro, Abramovay & Silva, 2004), realizada pela Unesco e lançada no dia 8 de março de 2004, revelou que, em 14 capitais brasileiras, 25% dos estudantes pesquisados não gostariam de ter um colega de classe homossexual. As capitais que obtiveram maior índice de rejeição foram Fortaleza, Recife e Goiânia, sendo essas respostas majoritariamente emitidas por estudantes do sexo masculino. Ainda referente a essa pesquisa, foi questionado se consideravam a homossexualidade uma doença. As respostas obtidas revelaram que 18% de goianienses e 11,9% de porto-alegrenses acreditam que a homossexualidade é uma doença, configurando como os maiores índices do país.

A pesquisa da Unesco também constatou que 33% dos pais de alunos goianos não gostariam que os filhos tivessem colegas de sala homossexuais.

Os dados acima apontam a presença de um esquema social discriminatório contra o homossexual na sociedade brasileira, o qual difere-se do preconceito racial na sua forma de expressão. Os poucos trabalhos sobre o preconceito e discriminação contra homossexuais realizados no Brasil (Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Falcão, 2004; Pereira, 2004) apresentam

resultados que apontam a expressão flagrante do preconceito contra os homossexuais, ou seja, mais aberta e mais direta, menos preocupada em atender às normas do igualitarismo.

Na área da Psicologia Social, o preconceito racial e étnico é um dos temas mais ativamente pesquisado. No entanto, o preconceito contra homossexuais não tem recebido a mesma atenção. Um levantamento feito no SCIELO (*Scientific Electronic Library On-Line* - www.scielo.br), dia 30 de abril de 2006, usando a palavra-chave “preconceito contra homossexuais”, resultou apenas no trabalho de Lacerda, Pereira e Camino (2002).

Os estudiosos do preconceito étnico e racial no Brasil e em várias partes do mundo (Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999) têm encontrado evidências de que expressões mais sutis desse fenômeno estão desenvolvendo subprodutos que venham a atender à necessidade de perpetuação dos comportamentos discriminatórios, ao mesmo tempo em que se preserva a imagem igualitária dos atores sociais. Um destes subprodutos é o processo chamado de infra-humanização (Leyens, Paladino, Rodrigues-Torres, Vaes, Demoulin, Rodrigues-Perez & Gaunt, 2000). Leyens, Cortes, Demoulin, Dovídio, Fiske, Gaunt, Paladino, Rodrigues-Perez, Rodrigues-Torres & Vaes (2003, p.705) afirmam que *“From an etymological point of view, infra-humanization conveys the meaning that some humans are considered less human than other ones”*¹.

A perspectiva da infra-humanização está baseada no essencialismo psicológico, em que as pessoas são dotadas de essências que as determinam como “boas” ou “más”, “normais” ou “divergentes”. A partir dessa essencialização, as pessoas, principalmente aquelas referentes aos exogrupos², serão dotadas de características que, de alguma forma, as transformem em “menos humanas”.

Apesar de os resultados de estudos anteriores (Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Falcão, 2004; Pereira, 2004) sobre a expressão do preconceito contra homossexuais em nossa sociedade terem verificado a

¹Infra-humanização: “Do ponto de vista etimológico, infra-humanização expressa o sentido de que alguns humanos são considerados menos humanos do que outros.”

²Exogrupo: refere-se aos grupos dos outros, enquanto que endogrupo refere-se ao próprio grupo.

expressão de um preconceito mais flagrante, buscaremos investigar a presença do processo de infra-humanização no preconceito contra os homossexuais, com o objetivo de verificar como os participantes irão avaliar os homossexuais numa medida de preconceito sutil. Um fator que contribuiu para que se optasse por adotar, neste trabalho, uma medida de expressão do preconceito sutil refere-se à amostra escolhida para responder a essa pesquisa. Nos referidos estudos que verificaram uma maior expressão do preconceito flagrante, um dos trabalhos (Falcão, 2004) abordava um tema delicado e privado, a adoção de crianças por homossexuais em uma amostra composta de homens (49%) e mulheres (51%). Já o estudo de Pereira (2004) buscou analisar as representações que estudantes de teologia católicos e evangélicos têm sobre a natureza da homossexualidade. O presente trabalho tem como objetivo investigar o preconceito contra os homossexuais numa situação menos privada e com uma amostra majoritariamente formada por mulheres, as quais tendem a apresentar um índice reduzido de atitudes anti-homossexuais (Herek, 2000), justificando, assim, a opção do estudo em utilizar uma medida para apreensão da expressão mais sutil do preconceito.

Neste estudo, compreenderemos a infra-humanização como a negação ao outro grupo de determinadas características humanas, podendo ser relativa a uma menor atribuição de sentimentos (Leyens *et al.* 2000; 2003; Leyens, Rodrigues-Perez, Gaunt, Paladino, Vaes & Demoulin, 2001) e enquanto desculturalização do indivíduo (Moscovici & Pérez, 1999). Essas teorias decorrem de estudos em que a discriminação ocorre devido às diferenças geográficas e culturais e apontam para resultados que confirmam a presença de componentes da infra-humanização nos seus processos discriminatórios. O trabalho de Lima (2002) teve como objetivo investigar se o processo de infra-humanização está presente na discriminação racial, numa perspectiva que analisa o racismo como essencialização da cultura minoritária. Além disso, buscou verificar o efeito das normas sociais na infra-humanização e o papel do branqueamento como fenômeno mediador do processo discriminatório. Para consecução do seu objetivo, o autor utilizou um conjunto de indicadores para analisar a infra-humanização (Leyens *et al.*, 2001; Moscovici & Pérez, 1999). Os resultados apontam que o efeito desses indicadores foi mediado pelo branqueamento, ou seja, os negros bem sucedidos eram vistos como mais brancos do que os negros fracassados. Portanto, o processo de branqueamento tornou-se a mediação necessária para que o exogrupo atribuisse mais sentimentos e traços culturais aos negros bem-sucedidos. Lima (2002) conclui, então, que esses indicadores de infra-humanização, os quais se apresentam eficazes nos estudos sobre preconceito na Europa, podem não ser tão eficazes no nosso contexto, em que negros e brancos são, ao menos no âmbito formal, integrados culturalmente. Todavia, alguns pontos, com base na teoria da infra-humanização, não são esclarecidos no que se refere ao preconceito por orientação sexual. Primeiramente podemos questionar sobre os efeitos da pertença a grupos estigmatizados (homossexuais, neste caso) na infra-humanização, já que não existem estudos sobre os mesmos. Além disso, podemos refletir sobre como a norma da meritocracia poderá moderar esses efeitos. O levantamento dessas questões, ainda sem evidências empíricas, poderá oferecer uma maior compreensão de como o preconceito contra os homossexuais é expresso na atualidade, possibilitando que outra face do fenômeno seja desvelada, atingindo, assim, o objetivo do presente estudo.

Para o alcance desse objetivo, este trabalho será organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 iniciará com a discussão sobre a homossexualidade, apresentando as concepções acerca do tema e o percurso histórico dos GLBTs (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), tanto no Brasil quanto no mundo, e finalizar-se-á com uma análise da discriminação contra o homossexual no mercado de trabalho. O capítulo 2 abordará a análise histórica das investigações sobre o preconceito, bem como a apresentação das diversas teorias desenvolvidas sobre o fenômeno, com base nos níveis de análise de Doise (1984), destacando a que se refere as análises interpessoal e societal. Posteriormente serão discutidas as formas mais recentes de expressão do preconceito e, finalmente, como o processo de infra-humanização deriva dessas novas formas de expressão e pode estar presente na avaliação dos homossexuais pelos profissionais de Recursos Humanos. O capítulo 3 descreverá dois estudos empíricos. O primeiro tem como objetivo a validação das escalas de infra-humanização que serão utilizadas no segundo estudo. Este, por sua vez, verificará a visão dos profissionais de Recursos Humanos em relação aos homossexuais em uma situação em que o *status* profissional do grupo minoritário foi manipulado experimentalmente como forma de analisar a influência da norma meritocrática na avaliação dos participantes sobre o grupo de homossexuais e heterossexuais. No capítulo 4 serão apresentados e discutidos os resultados do presente estudo. Esses resultados nos oferecerão um caminho para discussão de como a orientação sexual pode determinar diferenças na atribuição dos traços e sentimentos. A discussão tentará revelar de que forma essa diferença de atribuição pode estar relacionada às novas formas de expressão do preconceito. Finalmente, buscar-se-á verificar e explicar a influência das situações de sucesso e fracasso nessa diferença de atribuição ao grupo de homossexuais e heterossexuais.

Capítulo 1: A Homossexualidade

Há mais de 30 anos a palavra “homofobia” foi utilizada oficialmente pelo psicólogo George Weinberg, no seu livro “A Sociedade e o Homossexual Saudável” (1972). Derivada dos termos gregos *homos*, “o mesmo”, e *phobikos* “ter medo ou aversão a”, a palavra homofobia traduz o ódio ou a aversão a homossexuais ou a discriminação dirigida a esse grupo minoritário.

Agressões verbais ou físicas a indivíduos homossexuais constituem algumas ocasiões em que os homofóbicos expressam esse ódio (Blumenfeld, 1998).

Herek (1991) aponta que o final do século XX foi marcado por uma mudança dramática nos comportamentos homofóbicos nos EUA, promovidos pelo desenvolvimento de movimentos dos grupos que lutam pelos direitos humanos das minorias nos Estados Unidos e em outros Países. Para este autor, no final do milênio ficou aparente que o preconceito por orientação sexual tinha diminuído significativamente. Mesmo assim, ele considera que, apesar de uma mudança significativa, a maioria das pessoas ainda considera o comportamento homossexual como imoral e antinatural. Apesar de avanços nas conquistas de dispositivos legais que proíbam a discriminação por orientação sexual em países como Canadá, Inglaterra, África do Sul e em alguns estados e municípios norte-americanos, há ainda, conforme Herek (1991), um número significativo de homossexuais que experienciam os chamados “crimes de ódio”. Esse termo refere-se às surras, assaltos e até mesmo morte à que os homossexuais estão à mercê devido à sua orientação sexual (Herek & Berril, 1992).

O uso do termo “homofobia” tem sido criticado, especialmente por implicar as suposições de que as atitudes e os comportamentos anti-homossexuais são produtos somente do medo e de que são melhor compreendidos dentro de um modelo de comportamento doentio (Herek, 1984). Como alternativa, Herek (2000) propõe que o fenômeno usualmente denominado homofobia seja chamado de preconceito sexual, e seja definido simplesmente como atitudes negativas a um indivíduo devido à sua orientação sexual.

A exposição acima sobre o fenômeno da homofobia apresenta em si mesma justificativa para a necessidade de a Psicologia Social, e a academia de forma geral, desenvolver estudos que busquem elucidar as origens do fenômeno, com o objetivo de melhor compreendê-lo. Essa iniciativa acumulará conhecimentos que propiciem uma articulação entre os resultados obtidos,

favorecendo algum processo de intervenção social que disponha de mecanismos eficazes para aplicar na vida real o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos já estabeleceu no âmbito legal.

1.1. Concepções sobre a Homossexualidade

... prefiro considerar como homossexuais ou homoeróticas mais as relações (ainda quando isoladas) do que as pessoas isoladamente (Trevisan, 2004, p.40).

Herek (1995) considera que a homossexualidade abrange uma variedade de fenômenos relacionados a uma mesma orientação sexual. Segundo este autor, embora definições do termo freqüentemente enfoquem somente atos sexuais e atrações entre pessoas do mesmo sexo biológico, a homossexualidade também se refere aos modelos de laços românticos e afetivos estabelecidos entre essas pessoas.

Ainda conforme Herek (1995), a homossexualidade é normalmente compreendida como o oposto da heterossexualidade, tendo a bissexualidade como rótulo para aqueles que se mostram como heterossexuais, mas também podem apresentar comportamento homossexual. Porém o autor aponta que tal sistema de rotulação é extremamente simplista ao tratar de assunto tão complexo. Ele faz essa afirmação argumentando que nem todas as pessoas exibem coerência entre os seus sentimentos sexuais, seus comportamentos e sua identidade e que muitas delas sofrem considerável fluidez na sexualidade ao longo de suas vidas. Herek (1995) baseia esse argumento numa pesquisa que realizou em 1992, nos Estados Unidos, em que 8% das pessoas

entrevistadas informaram que, apesar de experimentarem atração por pessoa do mesmo sexo, não haviam tido, de fato, relações homossexuais. O estigma do homossexual na nossa sociedade torna as pessoas menos propensas a terem comportamentos homossexuais, mesmo que haja um desejo homossexual.

Herek (1995) aponta que ainda não há evidências que demonstrem claramente as origens da sexualidade adulta. De modo geral, há um conjunto de variáveis biopsico-sociais e culturais que contribuem para que uma orientação sexual seja eventualmente identificada, com diferentes indivíduos chegando às suas orientações adultas por diferentes caminhos.

Conforme Roger Raupp Rios, em seu livro “O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual” (2002), é possível traçar um quadro a respeito das diversas visões sobre a homossexualidade, por meio de quatro concepções. A fim de compreendermos as dimensões pela qual ela pode ser entendida e interpretada socialmente, apresentaremos a visão social da homossexualidade como pecado, como doença, como critério neutro de diferenciação e como construção social. Essa compreensão também se fará necessária para um maior entendimento sobre como ocorre a discriminação por orientação sexual.

Segundo a concepção da homossexualidade como pecado, a prática de ato sexual entre pessoas do mesmo sexo é “qualificada como moralmente reprovável e, no plano religioso, pecaminosa” (Rios, 2002, p.100). O fundamento desse juízo de condenação situa-se no contexto histórico ocidental, na interpretação dominante da doutrina cristã. Nesse contexto, toda prática sexual não reprodutiva é qualificada negativamente. De acordo com Rios (2002, p.105), “na concepção da homossexualidade como doença, os atos sexuais são vistos como sintomas de uma doença que acomete o indivíduo, cuja presença identifica-o como ‘homossexual’, em contraposição a uma condição normal, tida como saudável, denominada de ‘heterossexualidade’.”.

O resultado do predomínio da mentalidade científica sobre a religiosa acarretou o predomínio das ciências médicas e psicológicas na explicação da homossexualidade. Considerava-se crime a discriminação, mas por se acreditar que essas pessoas “homossexuais” estavam doentes.

A terceira concepção em torno da homossexualidade sucede das mudanças sociais e econômicas que possibilitaram a formação de ações coletivas em torno do tema, agrupando os homossexuais como grupo social específico. Conforme Rios (2002), os fatores que colaboraram para o estabelecimento dessa situação foram simultâneos e gerados pelas transformações advindas do capitalismo e da industrialização, tais como: a formação de “comunidades homossexuais”; a organização de movimentos sociais lutando pelo reconhecimento dos direitos homossexuais; o impacto do movimento feminista na estrutura social urbana; a crise do modelo familiar até então determinante para os padrões de moralidade; as diversas manifestações de protesto reivindicatório de liberdade na década de 1960 (especialmente o movimento estudantil); e a revisão de conceitos médicos e psicológicos, que até então rotulavam a homossexualidade como doença. “Tudo isso gerou a concepção de que a homossexualidade é critério neutro, desimportante para o estabelecimento de tratamentos diferenciados, incapaz de justificar as desigualdades existentes” (Rios, 2002, p.116).

O ambiente formado pelos fenômenos acima citados contribuiu para o enfraquecimento de preconceitos acerca da homossexualidade, ou ao menos resultaram na desconsideração da orientação sexual como critério capaz de justificar tratamentos desiguais, estabelecendo, assim, um importante raciocínio para a concretização do princípio jurídico da igualdade, mesmo que ainda na nossa realidade estejamos conscientes de que nem sempre esse princípio é respeitado.

É bem mais provável, como veremos adiante no capítulo sobre o preconceito, que neste momento foram gestadas na sociedade novas formas de expressão do preconceito, de maneira

que ele passou a ocorrer sem aparentemente “ferir o princípio da igualdade”, o que pode, por algum momento, nos dar a impressão ingênua de que ele estivesse de fato diminuindo.

A quarta e última concepção aqui tratada concebe a homossexualidade como construção social. Isso significa postular que

... a identificação de alguém ou a qualificação de seus atos sob uma ou outra orientação sexual só tem sentido na medida em que, num certo contexto histórico cultural, houver a institucionalização de papéis e de práticas próprias de cada um dos sexos, onde a atração pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo seja considerada um elemento relevante, capaz inclusive de impor diferenças de tratamento entre indivíduos (Rios, 2002, p.120).

Nessa perspectiva, a distinção da condição homo da heterossexual está diretamente relacionada às características que essas condições assumem em diversas culturas (Adelman, 2000).

O estudo da história da homossexualidade traduz essa quarta concepção. É relevante perceber como as relações sociais estiveram determinadas pelas relações de poder em certas sociedades em certas épocas. Conforme Spencer (1999), vários imperadores da Roma Antiga, tais como, Adriano, Nero e Júlio César, eram adeptos das práticas homossexuais e mantinham relações afetivas com outros homens. Dessa forma, o comportamento homossexual era tolerado não somente dentre a chamada “classe dirigente”, mas também pelos cidadãos romanos de maneira geral. Em Pompéia, cidade italiana que data de 1000 anos a.C e coberta pelas lavas do vulcão Vesúvio em 24 de agosto de 79 d.C, foram encontradas as seguintes inscrições no órgão sexual de um prostituto masculino “Hic Habitat felicitas” - aqui reina a felicidade - ([geocities](#), 04/07/2006).

Conforme Lacerda (2001), a análise da história da sexualidade evidencia como o preconceito contra os homossexuais é uma construção sócio-histórica. A Instituição Igreja

Católica, como foi dito, modelou essa construção e ainda controla e direciona, de alguma forma, como os homossexuais são encarados pela sociedade. O estudo de Pereira (2004) buscou avaliar como as diferentes explicações para a homossexualidade e as características sociográficas, principalmente a religião dos participantes envolvidos em seu estudo, ancoram o preconceito contra os homossexuais. As explicações utilizadas no estudo são os cinco tipos constatados por Lacerda *et al.* (2002): explicações biológicas, explicações psicológicas, explicações religiosas, explicações ético-morais e explicações psicossociais. Partiu-se do suposto de que as explicações da homossexualidade funcionam como um sistema de justificação normativo, que oferece aos participantes do estudo a possibilidade de discriminar e expressar atitudes hostis ao grupo de homossexuais, sem “ameaçar a percepção de que eles estariam executando ações para o bem estar social, pois estariam a serviço de Deus, que é ‘Bom’ por natureza.” (Pereira, 2004, p.107).

A análise dos dados do estudo de Pereira (2004) confirma a hipótese geral de Lacerda *et al.* (2002) em que as explicações sobre a homossexualidade se dividem em cinco tipos, conforme exposto anteriormente. A explicação biológica estaria baseada na idéia de que a homossexualidade seria uma doença provocada por distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional. A explicação ético-moral representaria a crença de que a homossexualidade está relacionada com a ausência de respeito, de caráter e de valores morais do indivíduo. Já a explicação religiosa aponta o homossexual como uma pessoa que não segue a palavra de Deus, que não tem força espiritual e religiosidade para resistir às tentações. A explicação de ordem psicossocial organiza as crenças de que a homossexualidade não é doença e deve ser compreendida na sua totalidade, pois trata da forma distinta de como cada um vive sua sexualidade e que esta é parte da identidade do sujeito. Por último, temos a explicação psicológica, constituída pela crença de que a homossexualidade é resultado de traumas experienciados na primeira infância.

Os resultados do estudo de Pereira (2004) indicaram que o grupo de preconceituosos sutis tende a explicar a homossexualidade com base em causas psicossociais e é formado por estudantes católicos do sexo feminino, mais velhas e com maior tempo de seminário (os participantes eram estudantes de teologia). Já o grupo de preconceituosos flagrantes atribui explicações ético-morais e religiosas, tende a discordar das explicações psicossociais e constitui-se de estudantes evangélicos, do sexo masculino, mais jovens e com maior tempo de seminário.

De forma geral, o estudo acima apresentado oferece fundamento empírico para afirmarmos a importância de se compreender a teoria das representações sociais no universo de estudo sobre o fenômeno do preconceito. Ao aceitarmos a concepção da homossexualidade como construção social devemos estar conscientes da relação existente entre a análise da história da homossexualidade e as relações de poder estabelecidas em determinadas épocas e culturas.

1.2 - Homossexualidade: da Antiguidade aos Dias Atuais

A homo e a heterossexualidade são diferentes orientações sexuais que convivem lado a lado, desde os primórdios da humanidade. Estudos antropológicos realizados em todo o mundo demonstram, inclusive, que, em grande parte das sociedades primitivas, os homossexuais exerciam um papel de importante destaque, sendo respeitados como conselheiros, curandeiros ou em outras tarefas (Spencer, 1999).

Com o desenvolvimento e a expansão do cristianismo como religião dominante, a discriminação contra os homossexuais adquiriu formas elaboradas e a prática da

homossexualidade começou a ser não somente condenada pela sociedade, como também passou a ter legislação que tratasse da prática homossexual.

Esse processo, obviamente, teve ritmos próprios nas diferentes sociedades do mundo antigo. Conforme Spencer (1999), na Roma de Justiniano, em 533 d.C, a punição para todos os atos homossexuais era a fogueira e a castração, foi esse imperador quem os colocou sob a injunção da lei divina. Esse autor coloca que podemos apontar dois motivos centrais por trás dessa legislação repressiva. O primeiro alega que a motivação para essa legislação – impopular e que pouco fez para deter as práticas homossexuais – era política e não religiosa, visto que prisões sob essa acusação eram um método conveniente para afastar pessoas indesejáveis. Outro motivo se basearia no objetivo de agradar e aplacar os deuses. Os cidadãos do império romano apresentavam uma expectativa de vida de 25 anos, apenas quatro de cada 100 homens, e ainda menos mulheres, viviam além dos 50 anos. Havia uma pressão contínua para geração de crianças. A estimativa era de que para a população do Império Romano permanecer estável, cada mulher deveria ter cinco filhos, no mínimo. Catástrofes naturais exerciam um papel de dizimação da sociedade. Tanto a Igreja quanto o imperador buscavam o crescimento demográfico e ambos acreditavam que a punição severa as práticas homossexuais poderia favorecer as relações heterossexuais e, conseqüentemente, o aumento populacional desejado. A partir daqui começamos a perceber a concepção da homossexualidade como construção sócio-histórica operada tanto pela Igreja quanto pelo Estado, com a finalidade de fortalecimento político e econômico ao longo dos tempos.

No período da Idade Média, a partir do século XI, a Igreja desenvolveu uma caça contra homossexuais e todos aqueles que se colocavam contra a moral católica. Centenas de lésbicas e homossexuais foram queimados nas fogueiras da inquisição católica, julgados como hereges (Spencer, 1999).

Ao longo do século XIV, a visão da sociedade quanto à identidade sexual constituía-se de forma distinta à que existira no mundo antigo. Na Roma e na Grécia antiga a homossexualidade era respeitada quando relacionada aos rituais sagrados, na iniciação dos adolescentes na vida adulta, e mesmo ao aparato militar, como no famoso “bando sagrado de Tebas”, um exército formado exclusivamente por amantes homossexuais (Spencer, 1999).

Na Europa medieval, a Igreja e o Estado de fato determinaram que a sexualidade do homem estava agora tocada pela divindade de Deus, tornando-se sagrada. Todos os atos desviantes tornaram-se pecados graves e flagrantes contra Deus. A ligação feita no passado pelo imperador Justiniano entre pecados e catástrofes naturais continuou a exercer grande influência no imaginário coletivo, ainda mais numa época em que a peste atingia a Europa, trazendo o caos econômico, o declínio agrícola, a inquietação social, a voracidade pelo lucro, gastos descontrolados e histeria religiosa e social (Spencer, 1999).

Os estudos sobre a origem da opressão contra as mulheres também auxiliam no entendimento da história da repressão das práticas homossexuais. A introdução da propriedade privada e a transformação das antigas sociedades matriarcais e patriarcais, como foi analisado por Engels (1980), em a “Origem da família, da propriedade privada e do Estado”, por exemplo, provocaram alterações nas relações sociais e sexuais. A necessidade de se determinar quem era o herdeiro das propriedades acumuladas submeteu as mulheres ao domínio masculino e deu início à discriminação em relação a toda atividade sexual que não tivesse na reprodução humana seu objetivo.

O avanço do capitalismo no final do século XVII intensificou a passagem de uma sociedade predominantemente agrícola para uma sociedade mercantilista, marcando a decadência do feudalismo e a ascensão da pequena burguesia. Esse mundo novo, em que o mercado ditava as regras, deveria valorizar a auto-disciplina e o trabalho árduo (Spencer, 1999). A partir

daqui o homem torna-se extremamente competitivo e tem na acumulação de lucros pessoais uma obsessão dominante. Esse sistema capitalista precisa estruturar-se para promover seu crescimento. Para tal, o processo de socialização das pessoas seria a garantia de perpetuação da ideologia dominante individualista e competitiva (Lane, 2004). Dessa forma, a família asseguraria a reprodução dos valores capitalistas no processo de socialização de seus filhos, além de se comportar como a maior consumidora desse novo sistema. Temos na estrutura familiar a base do sistema capitalista e o conseqüente reforço da condenação histórica contra práticas sexuais que não tivessem como objetivo a reprodução da espécie e dessa estrutura.

Em 1869, o termo “homossexualismo” foi criado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert para denominar as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A vida em sociedade exigia uma maior “higienização” dos atos sociais, conseqüentemente havia uma maior preocupação em explicar a reprovação desses atos, o que muitas vezes se dava pela categorização de alguns comportamentos como patológicos. Então, o termo “homossexualismo” foi rapidamente vinculado a uma “doença”, que deveria ser curada.

Em 1897 surge o Comitê Científico Humanitário (CCH), primeiro grupo voltado à defesa dos direitos de homossexuais, tendo como fundador o médico Magnus Hirschfeld, um alemão de origem judaica. Na Rússia bolchevique, no ano de 1917, época que marca o final da Primeira Guerra Mundial, o governo extingue antigas leis contra atos homossexuais (Rios, 2002).

O CCH promoveu, até 1933, diversas atividades públicas, como abaixo-assinados e palestras, na tentativa de pôr fim à discriminação contra homossexuais. Com a chegada dos nazistas ao poder, o comitê não mais resistiu à sua perseguição. Não foi somente o CCH uma vítima do nazismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, os homossexuais também foram alvos de perseguição e eram levados aos campos de concentração, a fim de serem escravizados e mortos.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, surge, em 1946, a Associação dos Homossexuais Holandeses, que continua em atividade até os dias atuais. A Holanda é um dos primeiros países em que o casamento homossexual e a adoção de crianças por homossexuais são legalizados. Surge, a partir de então, vários grupos com o objetivo de lutar pelos direitos desse grupo minoritário. Destacam-se, nos Estados Unidos, os grupos “Mattachine Society” (masculino) e “Daughters of Billitie” (feminino), opositores das discriminações mediante estratégias de ação semelhantes às daquelas do movimento negro por direitos civis (Rios, 2002).

Além dos grupos acima citados, o movimento homossexual norte-americano se fortaleceu com o surgimento de outras dezenas de organizações de gays e lésbicas nos Estados Unidos, obtendo, assim, importantes conquistas, tais como o fim à proibição de homossexuais nos serviços públicos em diversas cidades e estados; dezoito estados anularam as leis que puniam criminalmente a “sodomia”; a Associação Nacional de Psiquiatria foi levada a discutir a classificação dos homossexuais como doentes; em várias cidades foram aprovadas leis proibindo a discriminação nos locais de trabalho e moradia.

Conforme Spencer (1999), o movimento então começa a tomar maiores proporções em todo o mundo ocidental. Ativistas americanos lutam pelos direitos homossexuais e os ingleses formam a Frente de Libertação Gay, em 1970. Dois anos depois, ocorre a primeira parada do Orgulho Gay, chegando a reunir 2 mil pessoas. Essa iniciativa cresceu tanto que, em 1999 reuniu 700 mil pessoas em Nova York, 200 mil em Paris e 20 mil em São Paulo. No ano de 2006, a parada gay de São Paulo reuniu mais de 1 milhão e meio de pessoas, consagrando-se como a maior ocorrida no mundo até hoje. Para se chegar à esse número, acredita-se que não estavam presentes somente ativistas e homossexuais, mas pessoas que participaram da parada com interesse e curiosidade sobre o assunto. Ainda é difícil concluir que de fato o preconceito das

peças diminuiu, mas é provável que elas estejam se familiarizando com o assunto e, no mínimo, refletindo sobre o tema.

Em 1985 a Organização Mundial de Saúde excluiu o termo “homossexualismo” da lista das fatalidades patológicas, posicionando-se contra qualquer tipo de discriminação e violência contra gays e lésbicas. Essa foi uma importante conquista resultante do movimento homossexual internacional. A partir desse fato, muitos países revisaram e corrigiram as suas legislações, buscando eliminar cláusulas homofóbicas. Mas muitos continuam discriminando legalmente sua população, por meio da orientação sexual das pessoas. Em países como Argélia, Senegal, Camarões, Etiópia, Líbano, Jordânia, Kwait, Porto Rico, Nicarágua e Bósnia, a homossexualidade é condenada por lei. Na Nigéria, Líbia, Síria, Índia, Malásia e Jamaica a condenação chega a ser superior a 10 anos de prisão (Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, 25/05/2006).

Atualmente o dispositivo constitucional sobre “orientação sexual” já consta na legislação de diversos países. O quadro 1 oferece uma visão geral de como está a situação das conquistas homossexuais no mundo e seus instrumentos de amparos legais.

QUADRO 1. Análise dos países que possuem legislação sobre a discriminação por orientação sexual

País	Unidades da federação/sub-regiões	Leis
África do Sul	****	Constituição Federal
Alemanha	Bradenburgo, Turíngia	***
Austrália	Território da capital, New South Wales, Território do nordeste, Queensland, Austrália do sul	***
Estados Unidos	Califórnia Connecticut, Distrito de Columbia, Hawaii, Massachussets, Minesota, Nova Jersey, Vermont, Wisconsin	***
França	****	Códigos: Penal, do Trabalho e Civil
Holanda	****	Código Penal, Código Civil
Irlanda	****	Lei das demissões Injustas, de 1977

Israel	****	Lei de Igualdade de Oportunidade no Trabalho, de 1988
Noruega	****	Código Penal
Nova Zelândia	****	Lei de Direitos Humanos
Suécia	****	Código Criminal

Fonte: Kings College of London - Universidade de Londres - 1999

**** = válido em todo país *** = constituições municipais ou estaduais

O quadro 1 demonstra que, em alguns países, as conquistas obtidas são regionais, ao passo que, em outros, leis federais buscam amparar a situação dos homossexuais. E desde 1999 algumas mudanças aconteceram em diversos países. Vale ressaltar a iniciativa da África do Sul, que durante séculos viveu um regime ditatorial em que havia muita discriminação racial e incluiu, em sua primeira constituição (1993), um artigo sobre “orientação sexual”, buscando resguardar seu povo desse tipo de discriminação. Além disso, a corte do Tribunal Constitucional da África do Sul estabeleceu o prazo de um ano ao Parlamento sul-africano para redigir uma lei autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Alguns países desenvolvidos e grandes potências mundiais, tais como Estados Unidos e Austrália, ainda apresentam dispositivo legal somente regional, não havendo lei federal que garanta os direitos dos homossexuais. Nos Estados Unidos, a situação dos gays é tão conflituosa que a disputa presidencial vivenciada no final de 2004 entre o candidato republicano e atual presidente reeleito dos EUA, George W. Bush, e o democrata John Kerry estava rodeada de discussões quanto ao posicionamento dos dois em relação à situação dos homossexuais no país, principalmente no que se refere à questão da união ou do casamento entre pessoas desse grupo minoritário. Os resultados das últimas eleições norte-americanas (2005) forneceram uma prova recente de como a questão do homossexual ganhou importância no país. Em 15 Estados dos EUA, além de votarem para presidente, os eleitores respondiam a um plebiscito sobre a parceria

civil dos homossexuais. Em 11 Estados, os resultados desfavoráveis para essa luta gay abriram caminho para que se incluía na Constituição que o casamento só é possível entre homem e mulher.

De toda forma, o ano de 2005 foi de conquistas para os parceiros homossexuais. Canadá e Espanha se somaram aos países que, além de aceitarem a união civil entre os homossexuais, conferem ao grupo os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Além disso, foram palco de discussões acaloradas sobre a adoção de crianças por casais gays. Nos dois países nos quais já era legal o casamento gay, Holanda e Bélgica, foi incorporada, em 2005, a lei vigente que permite a adoção de crianças, tanto nascidas em seus respectivos territórios como fora deles.

Na Suíça aconteceu um fato inédito: a autorização por plebiscito de uma união juridicamente reconhecida, tal qual já é permitida na França, na Alemanha e na Suécia. A diferença desse tipo de união para o casamento é que ela determina direitos e obrigações similares aos do casamento tradicional, mas sem essa conceituação e sem permitir a adoção de crianças. No dia 05 de dezembro de 2005, também entrou em vigor, na Inglaterra, uma lei autorizando a união civil entre casais do mesmo sexo, assegurando os mesmos direitos e responsabilidades do casamento heterossexual (Melo, 2005).

Mesmo nos países que já possuem algum tipo de lei que defina se é permitido ou não o casamento ou a união homossexual, os homossexuais não estão livres de reivindicações por parte dos setores conservadores da sociedade e principalmente da Igreja Católica.

No Brasil, não há lei federal que trate o assunto. Alguns projetos de lei foram propostos e esperam pela sua aprovação. Veremos adiante a história do movimento homossexual no Brasil bem como quais são os direitos que lesam os homossexuais por não haver legislação que trate da questão da união civil entre eles.

1.3 - História do Movimento Homossexual no Brasil

A homossexualidade é consentida em alguns países do mundo. O Brasil não é tão liberal quanto a Holanda e a Bélgica, mas também está longe de permitir que punições como amputações de mãos e pés e mesmo o enforcamento, sejam aplicadas aos homossexuais, tal como ocorre no Irã.

O movimento homossexual no Brasil encoraja-se com o final da ditadura, em 1977, e afirma-se com o lançamento, em 1978, no Rio de Janeiro, do jornal “Lampião de Esquina”, que tinha como objetivo focar a luta de todos os chamados setores oprimidos (mulheres, negros, homossexuais e índios). Na prática, voltava-se mais ao tratamento das questões homossexuais. O conselho editorial do “Lampião de Esquina” incluía nomes de destaque no ambiente acadêmico, como o antropólogo Peter Fry e o também cineasta e crítico de cinema Jean-Claude Bernardet. Participavam, ainda, do conselho o pintor e escritor Darcy Penteado e ativistas intelectuais, como João Antônio Mascarenhas e João Silvério Trevisan. O Lampião começou com uma circulação de dez mil exemplares por edição e era vendido nas bancas de todo o país (Trevisan, 2004).

Em abril de 1978, entre os dias 24 e 30, a revista “Versus” organizou um ciclo de debates denominado “Semana do Movimento da Convergência Socialista”, que tinha como pauta do encontro elaborar a plataforma política de um futuro partido socialista brasileiro. A grande importância desse debate foi ter dado impulso à primeira discussão pública sobre homossexualidade e seus aspectos políticos. Como consequência desse movimento, foi fundado o Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais (grupo integrado por dois editores de “Lampião” e outros homossexuais), que apareceu em público pela primeira vez para denunciar a forma preconceituosa como o jornal “Notícias Populares” tratava os homossexuais.

O grupo passa a adotar o nome Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, em dezembro de 1978. Mas foi um ciclo de debates promovido pela Universidade de São Paulo, em

fevereiro de 1979, que realmente contribuiu para o crescimento do grupo, reunindo cerca de cem homossexuais (Green, 1999).

A discussão entre os grupos foi centralizada na relação do movimento homossexual com os demais setores oprimidos e explorados da sociedade. Essa discussão dividiu o movimento homossexual, criando dois grupos, um que acreditava na possibilidade de conquistar os direitos homossexuais dentro dos limites da sexualidade em si, e outro, que acreditava que a emancipação homossexual só seria possível se o movimento fosse articulado com a luta de outros grupos minoritários.

A união só viria novamente contra um mal maior. Wilson Richetti, delegado de São Paulo, organizou, ainda em 1979, a operação “Rondão” que, durante dias, espancou e prendeu dezenas de homossexuais, travestis e prostitutas no centro de São Paulo (Trevisan, 2004).

A terrível violência da operação fez vários setores da sociedade se levantarem contra ela e uma passeata convocada pelo movimento homossexual, por grupos feministas e pelo Movimento Negro Unificado, no dia 13 de junho de 1979, reuniu aproximadamente 1000 pessoas, tornando-se, assim, uma das maiores mobilizações de homossexuais do Brasil até aquela data.

Nos anos de 1980, já havia diversos grupos formados em vários estados do país reivindicando que ações coordenadas entre eles fossem estabelecidas a fim de fortalecer o movimento homossexual em âmbito nacional. A partir dessa idéia, foram organizados na Semana Santa de 1980, no Rio de Janeiro, o I Encontro Brasileiro de Homossexuais e o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados.

Em abril de 1980, ativistas de oito grupos encontraram-se na capital paulista para o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. O encontro ocorreu no teatro Ruth Escobar. Logo depois, no primeiro de maio, um grupo organizado de cinquenta lésbicas e gays assumidos reivindicaram seus direitos junto a centenas de milhares de outros brasileiros

pelas ruas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Os ativistas homossexuais corajosamente levantavam uma faixa onde se lia: “Contra a discriminação ao (à) trabalhador (a) homossexual” (Green, 1999 p.434). Este primeiro encontro marca uma iniciativa na luta por direitos iguais no âmbito profissional.

Dos principais grupos surgidos no início da década de 80, somente o Grupo Gay da Bahia e a Ação Lésbico-Feminista conseguiram se manter ativos durante os anos 1980. Diversos fatores contribuíram para a dispersão do movimento. Apesar de ser praticamente impossível definir com exatidão as causas desse processo, é possível apontar alguns fatos responsáveis pelo seu enfraquecimento, tais como a ilusão democrática resultante do enfraquecimento da ditadura, e sua ruína em 1984, e o surgimento dos primeiros casos de AIDS, denominada inicialmente de “peste gay” pela imprensa, o que contribuiu para uma maior estigmatização tanto da doença quanto dos homossexuais.

A realização do 7º Encontro Nacional de Lésbicas e Homossexuais, em 1993, constatou que existiam 43 grupos operando no país; destes, 19 estiveram presentes no encontro.

Podemos destacar alguns grupos de projeção nacional (e mesmo internacional), como Grupo Gay da Bahia (GGB), Coletivo de Lésbicas Feministas (SP), Grupo de Homossexuais do PT, Triângulo Rosa e Atobá (RJ) e Dignidade (PR).

Mas a história do movimento pelos direitos dos homossexuais no Brasil não é construída somente de discriminação e preconceito, algumas conquistas já foram alcançadas. Conforme Trevisan (2004), o crescimento do chamado “mercado gay”, principalmente a partir da década de 80, incentivou a expansão dos guetos homossexuais nas principais cidades brasileiras. Além da multiplicação de saunas, boates, bares e restaurantes, surgiram cinemas pornôs gays, agências de turismo e matrimônio, academias, revistas e jornais GLS, colunas e anúncios sentimentais em jornais de grande tiragem, para homossexuais masculinos e femininos, além de serviços

direcionados ao público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) nas áreas de moda, esporte e cultura, tal como a ioga para soropositivos e o treinamento de artes marciais para auto-defesa. O público gay, a partir do final do século XX, tornou-se cada vez mais visado devido à sua maior disponibilidade financeira, pois, sem ter família para sustentar, dispõe de maior recurso financeiro para lazer, educação etc, fazendo com que esse mercado atraia investidores, tornando-se competitivo, aumentando, assim, a qualidade dos seus produtos e serviços.

Apesar de o grupo de homossexuais ser, atualmente, respeitado e valorizado como parcela importante do mercado consumidor, há a necessidade de se desenvolver estudos na área que tenham como objetivo verificar se o status econômico e o poder de compra dos homossexuais influenciam na expressão do preconceito contra o grupo.

Atualmente, no Brasil, os homossexuais pressionam a Comissão de Direitos Humanos para que ela recomende a aprovação de alguns projetos de lei, tal como o projeto proposto pela ex-deputada federal, Marta Suplicy, sobre “Parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo”. Além deste há, ainda, o projeto do deputado Marcos Rolim, relativo à realização de uma emenda constitucional que proíba a discriminação por orientação sexual.

No âmbito governamental, os grupos querem que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos implemente a reformulação do Plano de Direitos Humanos, no que tange a ações e promoções de direitos humanos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Os grupos cobram da Secretaria que ela assuma ações e políticas de combate à violência contra homossexuais, amparando denúncias e promovendo assessoria jurídica especializada aos casos apresentados, e que monitore ações voltadas ao combate da impunidade e à promoção da cidadania.

A lista abaixo revela os 37 direitos que o casamento confere aos casais heterossexuais e que não são contemplados aos casais homossexuais, por estes não poderem oficializar sua união. Essa lista foi elaborada por especialistas da área do Direito Civil e publicada na revista “Super

Interessante” de julho de 2004, em uma matéria que trata sobre os direitos fundamentais que o Brasil nega aos homossexuais.

QUADRO 2. Benefícios aos quais casais homossexuais não têm direito no Brasil

1-Não podem casar com o parceiro.
2-Não têm reconhecida a união estável.
3-Não adotam sobrenome do parceiro.
4-Não podem somar renda para aprovar financiamentos.
5-Não somam renda para alugar imóvel.
6-Não inscrevem parceiro como dependente de servidor público.
7-Não podem incluir parceiros como dependentes no plano de saúde.
8-Não participam de programas do Estado vinculados à família.
9-Não inscrevem parceiros como dependentes da previdência.
10-Não podem acompanhar o parceiro servidor público transferido.
11-Não têm a impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside.
12-Não têm garantia de pensão alimentícia no caso de separação.
13-Não têm garantia à metade dos bens, em caso de separação.
14-Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge.
15-Não adotam filhos em conjunto.
16-Não podem adotar o filho do parceiro.
17-Não têm licença-maternidade para nascimento de filho da parceira.
18-Não têm licença maternidade/paternidade se o parceiro adota um filho.
19-Não recebem abono família.

20-Não têm licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do parceiro.
21-Não recebem auxílio-funeral.
22-Não podem ser inventariantes do parceiro falecido.
23-Não têm direito à herança.
24-Não têm garantida a permanência no lar, quando o parceiro morre.
25-Não têm usufruto dos bens do parceiro.
26-Não podem alegar dano moral, se o parceiro for vítima de um crime.
27-Não têm direito à visita íntima na prisão.
28-Não acompanham a parceira no parto.
29-Não podem autorizar cirurgia de risco.
30-Não podem ser curadores do parceiro declarado judicialmente incapaz.
31-Não podem declarar parceiro como dependente do imposto de renda.
32-Não fazem declaração conjunta do IR.
33-Não abatem do IR gastos médicos e educacionais do parceiro.
34-Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome do parceiro.
35-Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelo parceiro.
36-Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios.
37-Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família.

Fonte: Revista SuperInteressante (julho de 2004)

Rios (2002) defende que, para sermos fiéis ao princípio da igualdade, é importante que seja reconhecida, independente da orientação sexual, a qualidade do sujeito de direito, isto é, não identificá-lo com a pessoa do heterossexual.

O princípio da igualdade, em sua dimensão formal, objetiva a superação das desigualdades entre as pessoas, por intermédio da aplicação da mesma lei a todos, vale dizer, mediante a universalização das normas jurídicas em face de todos os sujeitos de direito (...) Na esfera da sexualidade, âmbito onde a homossexualidade se insere, isto significa, em princípio, a extensão do mesmo tratamento jurídico a todas as pessoas, sem distinção de orientação sexual homossexual ou heterossexual (Rios, 2002, p.128).

A própria luta dos “direitos homossexuais” ou do “direito à diferença”, que asseguraria aos homossexuais uma área livre de discriminações, é por si só incoerente com o princípio da igualdade, pois, ao invés de promovê-la, acentua a diferenciação.

O debate sobre casamento gay também se apóia na instância do princípio jurídico da igualdade. Como tal, a questão é colocada pelas pessoas que pagam impostos e exigem que seus direitos não estejam vinculados à sua orientação sexual, mas sim ao seu direito como cidadãos.

Apesar de todas essas questões, Marcelo Nascimento, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), ao se pronunciar na primeira edição do Congresso da ABGLT, ocorrido em 24 de janeiro de 2005, na cidade de Curitiba-PR, faz um balanço positivo do ano de 2004 em relação às conquistas obtidas pela comunidade homossexual no país. O direito à pensão do INSS ao parceiro estável, em caso do falecimento, e o direito à adoção do filho da cantora Cássia Eller à sua parceira Eugênia Martins, são alguns dos casos de exemplos de conquistas que abrem caminho para que outras possam ocorrer. O estado do Rio Grande do Sul tornou-se, em 2004, o primeiro e único, até agora, a permitir a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Para Marcelo Nascimento, essas conquistas devem-se, em grande parte, às lutas da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, que congrega pessoas bastante influentes, como deputados federais e senadores, além da posição de vanguarda de alguns magistrados do Poder Judiciário.

Apesar de os fatos acima citados serem conquistas dos gays, há de se considerar, tal como ocorre em todo o mundo, pressões da Igreja e de alguns partidos conservadores contra os avanços do grupo. Prova disso é o projeto proposto pelo deputado (e pastor evangélico) do Rio de Janeiro, Edino Fonseca (PSC), que propõe que o governo dedique recursos para que as “associações religiosas” desenvolvam programas de tratamento dos homossexuais. O projeto foi rejeitado pela maioria do Congresso no dia 08 de outubro de 2005.

Importante norteador do presente estudo encontra-se justamente na questão do papel dos direitos humanos como mediador do debate da discriminação por orientação sexual. A idéia não é defender ou criar as relações homossexuais, elas existem há milhares de anos e, conforme as

sociedades organizam suas estruturas de poder, elas vão se delineando, ora valorizadas, ora degradadas. O fato é que os direitos dos cidadãos estão a serviço das ideologias dominantes que definem quando é interessante legalizar a relação homossexual e quando não é, ferindo, assim, o princípio da igualdade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

1.4 - Homossexualidade e Discriminação no Mercado de Trabalho

O mercado brasileiro tem experimentado várias transições desde que a globalização se tornou um imperativo econômico. Conforme Chahad (2003), a abertura comercial, a reforma do papel do Estado, a estabilidade de preços, o avanço tecnológico, a integração em blocos econômicos, o surgimento de formas atípicas de contrato de trabalho, o avanço da negociação coletiva e a busca da flexibilização das relações de emprego têm afetado profundamente o mercado de trabalho no Brasil. Essas mudanças se iniciaram nos anos 1980, se fortaleceram na década de 1990 e produziram efeitos em todas as regiões e estados brasileiros, principalmente nas áreas metropolitanas.

Essas mudanças econômicas e sociais desvendaram tendências, como o aumento da precariedade do trabalho, as várias formas de trabalho autônomo, os diversos tipos de discriminações e exclusões, as desigualdades sociais e salariais. Esses fatores fornecem o caminho para a mensuração da discriminação no mercado de trabalho brasileiro. Conforme Soares (2000), nem sempre é possível medirmos o fenômeno da discriminação. O mercado de trabalho é uma das esferas da vida pela qual podemos mensurar os efeitos da discriminação. O autor apóia essa afirmação relacionando-a à possibilidade de analisar os dados extraídos pela única pesquisa realizada no Brasil de abrangência nacional e que pode ser comparada ao longo de pelo menos uma década, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD).

Essa pesquisa (PNAD) oferece dados para que possamos investigar a discriminação no mercado de trabalho em relação a dois grupos minoritários: negros e mulheres. No que se refere à questão da discriminação por orientação sexual no mercado de trabalho, não há pesquisa, nem científica, nem governamental, na área, que ofereça suporte para o desenvolvimento de estudos com base em dados que reflitam a realidade prática sobre o fenômeno, tal como diferença de rendimentos e inserção no mercado de trabalho.

Soares (2000) tinha como objetivo examinar a discriminação com base em de dois aspectos fundamentais: o primeiro referente à existência de um grupo padrão – os homens brancos – que dita as normas no mercado de trabalho; e o segundo refere-se à existência de três outros grupos – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras –, alvos da discriminação devido ao fato de não serem compostos por homens brancos. O autor utilizou a variável renda de todos os trabalhos, padronizada pelo número de horas trabalhadas em todos os tipos de trabalho para medir a discriminação. Argumenta que a escolha da variável deve-se ao fato de que, nesse caso, há facilidade de mensuração, pois participar ou não do mercado de trabalho e atuar num setor e não em outro, são resultados complexos que podem refletir escolhas e não discriminação, o que não ocorre com a desejabilidade de ganhar dinheiro, a qual é unânime.

Soares (2000) divide o processo que determina o salário do indivíduo em três etapas: formação (escolar /profissional), inserção (momento da contratação) e definição salarial. Os resultados apontam para perfis discriminatórios distintos entre homens negros e mulheres brancas. As mulheres negras são mais discriminadas na última etapa e os homens negros nas duas primeiras. Mulheres brancas que apresentam a mesma qualificação profissional de homens brancos, trabalhando em setores industriais e regiões com remunerações idênticas recebem um contra-cheque em torno de 35% menor que os homens brancos que desempenham as mesmas atividades. Os homens negros sofrem algum tipo de discriminação, no que se refere à salário,

algo em torno de 5% a 20 % a menos que os homens brancos, mas nas etapas de formação e inserção são fortemente discriminados. As mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e gênero, sofrendo, ainda, discriminação setorial-regional-ocupacional maior que a dos homens negros e das mulheres brancas.

De acordo com as leis federais, é proibida a diferença de salário, exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Mas sabemos que critérios neutros de diferenciação como estes podem se tornar critérios operantes no processo seletivo. No que se refere ao nosso estudo, uma luta constante da sociedade, atualmente, é pela inclusão de um dispositivo constitucional que inclua o termo “orientação sexual” na lei. Essa inclusão possibilitaria que a discriminação dos homossexuais aparecesse na Constituição e pudesse ser tratada abertamente.

A exposição teórica a qual estamos recorrendo refere-se à expressão do preconceito racial e não por orientação sexual, mas nos fornece dados para que possamos dizer que, apesar de o Brasil ser formado por um povo resultante de uma miscigenação racial, as desigualdades estão presentes em várias áreas de nossas vidas, podendo atuar também como fator de exclusão profissional. Estudo realizado por Pereira, Torres e Almeida (2003) buscou investigar, na perspectiva das representações sociais, como um discurso justificador contribui para a expressão do preconceito racial. Aos grupos (experimental e controle) foi apresentado um texto que descrevia a situação de uma gerente de loja de cosméticos de um *shopping center*. De forma resumida o texto descreve a necessidade de a gerente contratar uma funcionária para integrar o seu quadro de pessoal. Ela anunciou a vaga pelo jornal, pedindo que as candidatas interessadas enviassem o currículo. Após triagem curricular, a gerente selecionou dois currículos com competência e características profissionais idênticas. A partir daqui o texto descreve o momento da entrevista com as duas moças, o encontro da gerente com as candidatas e a constatação da cor

das moças: uma branca e outra negra. Na situação de controle, coloca-se que a gerente não teve dúvidas ao ver a cor da pele das candidatas decide contratar a branca. Na situação experimental, foi acrescentado um parágrafo ao texto em que há uma justificativa para a decisão da gerente em contratar a candidata branca. A questão central dessa situação é que a gerente justifica sua decisão pelo fato de que a sociedade brasileira é preconceituosa, fazendo, assim, a melhor escolha para os resultados da loja de cosméticos, cumprindo seu papel de administradora do negócio e desresponsabilizando-se pela atitude preconceituosa com a qual lidou com a situação. Os resultados indicam que, quando há a presença do discurso justificador, a percepção de justiça dos participantes bem como a avaliação profissional da gerente e sua tomada de decisão são consideradas menos injustas. Acreditamos ser pertinente explicarmos novamente que faz-se necessário relacionar esse estudo com os resultados de pesquisas sobre o preconceito racial pela carência de pesquisas realizadas sobre o preconceito por orientação sexual. As melhores fontes para colhermos informações sobre a situação dos homossexuais no Brasil são, ainda, arquivos de grupos ativistas homossexuais operantes no país e *sites* dirigidos à comunidade gay. Optamos, então, por relacionar nosso tema com a questão da discriminação por gênero e raça, mas partindo de fontes científicas, tal como o fizemos na exposição dos trabalhos acima apresentados.

Partimos do suposto que, de maneira similar à situação da mulher e do negro no mercado de trabalho atual, os homossexuais devem apresentar um alto desempenho, bem além do esperado, para que seu emprego seja garantido.

No Brasil, não existe um mercado definido para os homossexuais. Essa questão fica por conta das normas de contratação e administração de pessoal definidas pelas empresas distintamente. Há um indício de que as empresas multinacionais de origem norte-americana demonstram uma tolerância maior, pois adotam a política de suas matrizes.

Com a globalização e o aumento constante da competitividade de mercado, algumas empresas americanas resolveram partir para uma estratégia mais arrojada na captação de seus talentos, independente se são homossexuais ou não. Provavelmente esse fato está relacionado com a influência exercida pelas normas igualitárias e meritocráticas que, como foi dito anteriormente, coabitam nos atuais sistemas sociais, atuando como um dos determinantes da configuração do mercado de trabalho. Dentre as 500 maiores empresas americanas, 256 já proíbem a discriminação no local de trabalho por motivo de orientação sexual e 87 delas ainda incluem os benefícios a casais homossexuais na sua estratégia de captar mão-de-obra especializada. Uma área de trabalho que não oferece nenhuma política favorável aos gays e lésbicas são as forças armadas, local em que há ainda um ambiente bastante agressivo aos homossexuais e até mesmo perigoso, não faltando histórias que chegam até a casos de morte. Notícia divulgada pela imprensa inglesa (“Jornal Nacional”, fevereiro de 2005) relatou que as forças armadas britânicas estão adotando medidas de incentivo e proteção à permanência dos homossexuais na Marinha. Essa decisão, caso realmente se concretize, significará uma grande conquista para essa minoria social.

O ganho dos países em adotarem uma postura de defesa efetiva dos direitos humanos pode ser vista não somente pelo lado ético da questão, mas também pelo lado econômico (Trevisan, 2004). De acordo com a agência americana Advertising Age, os homossexuais representam mais de 10% da população urbana dos EUA e gastam cerca de US\$ 514 bilhões por ano, gerando riqueza e movimentando ainda mais a economia do país.

A situação é completamente diversa quando se trata de Brasil. A maioria das empresas que em todo o mundo adotam uma política mais aberta, aqui parece não tomar conhecimento do que a matriz está fazendo.

Algumas empresas mais preocupadas com as propostas de mudanças sociais estão optando pela estratégia da diversidade. Isso quer dizer que elas buscam absorver pessoas das minorias sociais, a saber: mulheres, portadores de necessidades especiais, negros, homossexuais e pessoas com idade acima de 40 anos.

Pesquisa divulgada em dezembro de 2003, realizada pelo Instituto Ethos em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, apresenta 74% de 500 das maiores empresas brasileiras sem ter negros em cargos de direção e 58% delas não possuem mulheres na mesma função.

Relatório divulgado pela Human Rights Campaign (HRC), uma das mais respeitadas organizações ativistas dos Estados Unidos, em 2003, aponta um número crescente de empresas que aderem ao desenvolvimento de uma política interna corporativa de defesa dos direitos homossexuais.

O índice de igualdade nas empresas, chamado de Corporate Equality Index, envolve as 500 maiores empresas, segundo a revista “Fortune”, e as 200 maiores empresas privadas dos Estados Unidos, conforme lista da revista norte-americana “Forbes”. O *index* varia de 0% a 100%, baseado nos seguintes fatores:

- existência de política formal de não-discriminação por orientação sexual;
- existência de política formal de não-discriminação em relação à identidade ou expressão de gênero;
- cobertura de seguro-saúde para os parceiros do mesmo sexo dos funcionários;
- treinamento para a diversidade;
- existência de grupos formais de funcionários GLBTs na empresa;
- apresentação de campanhas publicitárias apropriadas e respeitadas para a comunidade GLBTs;
- contribuições financeiras para as ongs GLBTs;

- ausência de qualquer atividade que prejudique o objetivo de igualdade de direitos para GLBTs.

Conforme dados da Human Rights Campaign, em 2003 dobrou o número de empresas que ganharam nota máxima em relação aos direitos GLBTs. Receberam nota 100% 21 empresas; em 2002, somente 11 ganharam nota máxima. Outro dado interessante é que 95% das organizações avaliadas têm política anti-discriminatória no ambiente corporativo.

Dentre as empresas que apresentaram melhores resultados, estão Bank One Corp., Capital One Financial Corp., Hewlett-Packard Co., IBM Corp., Lehman Brothers Holdings Inc., Levi Strauss & Co., MetLife Inc., PG&E Corp., Prudential Financial Inc. e S.C. Johnson & Son Co.

A IBM é hoje uma das empresas que mais está à frente nesse processo de diversificação. Possui um Conselho de Diversidade, formado por quatro grupos de funcionários da empresa, que representam, cada um, um grupo minoritário: negros, mulheres, GLBTs e portadores de necessidades especiais. Uma ação que confirma esse interesse é o plano de saúde da empresa se estender aos parceiros dos GLBTs.

Além da IBM, temos outras empresas que praticam a diversidade e se preocupam com a diminuição do preconceito no ambiente de trabalho, tais como: Banco Real, Companhia Paulista de Força e Luz, JP Morgan, Kodak, Natura e o Grupo Pão de Açúcar (Klinger, 2004). Uma possível explicação para a adoção dessas práticas é que a economia globalizada, vem de fato, acirrando a concorrência de mercado, forçando as empresas a se tornarem cada vez mais competitivas e aumentando o interesse dessas empresas em serem vistas positivamente pelos seus clientes e pela sociedade em geral.

A adoção de ações “politicamente corretas” promove a imagem da empresa junto à sociedade. Além disso, o imperativo desse mercado globalizado e competitivo sustenta-se no alto desempenho de seus colaboradores, tornando a empresa consciente de que é o seu recurso

humano o atual diferencial competitivo de mercado. Talvez estejamos vivenciando apenas mais um momento histórico em que as relações sóciopolítico-econômicas são moldadas a partir das necessidades de emergência das relações de poder. E como fica claro na análise da história da homossexualidade de Spencer (1999), a tolerância da prática homossexual está condicionada aos interesses daqueles que detêm o poder e, como tal, exercem influência no comportamento das pessoas, podendo modificar normas e valores sociais que venham a atender seus objetivos. Mas essa é somente uma reflexão sobre o momento histórico dos homossexuais na sociedade atual. O desenvolvimento futuro de pesquisas científicas sobre a condição do homossexual no mercado de trabalho, poderá oferecer um suporte maior para compreensão dessa suposição.

1.5 - Homossexualidade e Preconceito: Delimitação Conceitual de Termos Relacionados ao Tema

Um erro comum nas investigações sobre a temática da discriminação refere-se à confusão entre os termos racismo, gênero, estereótipo, orientação sexual, preconceito e discriminação.

A definição e a compreensão de cada um desses termos são essenciais para que se possa identificar, analisar e combater as variadas formas de manifestação de ideologias que defendem a idéia de uma hierarquia entre as pessoas baseada na raça, no gênero, na orientação sexual etc.

Conforme definições extraídas de autores que estudam esses termos, buscaremos conceituá-los conscientes de que essas definições serão de grande importância para um melhor entendimento desse estudo.

Lima (2002, p.27) compreende o racismo “como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente

com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é resignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento”.

A noção de gênero refere-se às relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995). Essa percepção está baseada em um esquema classificatório que opõe masculino e feminino, estando essa oposição diretamente relacionada a outras: forte/fraco; grande/pequeno; dominante/dominado (Bourdieu, 1999). Tais posições não são determinadas pela Biologia, mas sim por um contexto sócio-histórico.

Conforme Rodrigues, Assmar e Jablonski (2000, p.162) os estereótipos estão na base do preconceito. “Etimologicamente, o termo deriva de duas palavras gregas: “sténeos e túpos”, significando rígido e traço respectivamente.”.

O estereótipo é basicamente uma forma de simplificar e agilizar nossa visão do mundo. Como vivemos carregados de informações, realizamos uma “economia cognitiva” ao avaliar a pessoa com base em generalizações. Mas essa economia tem seu preço. Segundo Rodrigues, Assmar e Jablonski (2000), o fato de, num primeiro momento, os estereótipos facilitarem as reações das pessoas diante do mundo, esconde a realidade de que, na maioria das vezes, estereotipar pode levar a generalizações incorretas e indevidas, principalmente quando nos impede de ver um indivíduo em sua totalidade, com suas idiosincrasias e traços pessoais.

Allport (1954) referia-se ao ato de estereotipar como produto da “lei do mínimo esforço”. Para esse autor, o componente cognitivo do preconceito tem como função selecionar, acentuar e interpretar a informação proveniente do meio. Faz ainda uma distinção entre o processo de categorização e o ato de estereotipar. Para Allport (1954), o estereótipo se constitui em uma crença exagerada relacionada a uma categoria. A sua função seria então, a de justificar o comportamento direcionado a essa categoria.

Tajfel (1981) aponta uma função individual e outra grupal para o ato de estereotipar e busca relacioná-las, alegando somente assim ser possível o desenvolvimento de estudos sobre o assunto que realmente venham a elucidar a questão. Conforme esse autor, a acentuação de diferenças e semelhanças e a preservação de um sistema de categorias sociais não possuem apenas a função de ordenamento e sistematização do meio para o indivíduo, mas representam também uma poderosa proteção do sistema de valores sociais vigentes.

As condições sociais que exigem a criação e a difusão dos estereótipos são para Tajfel (1981, p.174)

uma procura de compreensão de acontecimentos sociais em larga escala, complexos e normalmente lamentáveis; a justificação de ações, cometidas ou previstas, contra o grupo dos outros; uma diferenciação positiva do próprio grupo em relação a certos grupos-dos-outros, numa altura em que existe a percepção de que há condições sociais que permitem a possibilidade duma mudança de situação.

A tentativa de ilustrar essas condições com exemplos contemporâneos que se relacionam à situação dos homossexuais no mundo é bastante válida para melhor compreendermos o que o autor nos coloca, ao mesmo tempo em que refletirmos sobre o tema deste estudo. A princípio, pela causalidade, podemos nos remeter ao início dos anos 1980, quando a AIDS começou a espalhar-se, causando pânico nas pessoas. A explicação dada à doença, até então fatal, era a de que os homossexuais seriam responsáveis por ela, devido às suas práticas sexuais, tanto que, inicialmente, a doença foi denominada “peste *gay*”.

O princípio da justificação cumpriu muito bem sua função no discurso do presidente americano George W. Bush, no dia 24 de fevereiro de 2004 (entrevista televisionada), para quem a instituição “casamento” deve ser preservada e sugere que uma emenda constitucional seja redigida, definindo que o casamento só poderá ocorrer entre o homem e a mulher. Nesse discurso

ele utiliza o conteúdo estereotípico associado aos homossexuais para justificar a exclusão destes no direito ao casamento, sobrepondo esse conteúdo, relacionado somente à orientação sexual, à condição de pessoa de direito e do próprio princípio da igualdade que, ao menos nos seus discursos, rege os Estados Unidos.

Já a terceira e última função dos estereótipos sociais apresentadas por Tajfel (1981) pode ser relacionada ainda com o tema união civil dos homossexuais. Em vários países a pressão realizada pelas organizações que lutam pelos direitos dos homossexuais de legalizarem suas relações estáveis é tão grande que algumas sociedades estão optando por aceitar um tipo de “união”, mas sempre destacando que essa forma de união não é igual ao casamento (salvo casos da Holanda e da Bélgica), o qual deve ser mérito somente dos casais heterossexuais. A própria questão da adoção de crianças por homossexuais pode ser colocada aqui como um ponto a ser preservado pelos casais heterossexuais que lhes diferenciem suficientemente dos casais gays. Afinal, demonstra que, mesmo vivendo de forma legal com o seu parceiro, o homossexual é impedido legalmente de formar uma família, no sentido tradicional da palavra. Os heterossexuais utilizam o direito à formação da família para assegurar as diferenças intergrupais, distanciando os grupos mediante a categoria orientação sexual. Esse pensamento já se flexibilizou, devido à percepção de que há condições sociais que permitem mudanças nessa situação.

Os exemplos acima citados nos auxiliam na contextualização teórica do nosso problema. Ao explicarmos as causas do preconceito, no próximo capítulo, buscaremos realizar essas associações entre teoria e prática social.

Preconceito, como foi dito anteriormente, é uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (Allport, 1954). Não iremos nos ater a explicações sobre este termo, pois ele será apresentado e melhor analisado no próximo capítulo.

Orientação sexual é um termo que se refere à atração física e emocional entre pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto, incluindo, portanto, a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade (Rios, 2002).

O Conselho Federal de Psicologia estabeleceu, em 22 de março de 1999, normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Nessa resolução deixa claro que a “forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”. Dessa maneira, a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão, e é dever do psicólogo contribuir com o seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, favorecendo a superação de preconceitos e discriminações. Conforme a resolução os psicólogos não irão atuar de forma coercitiva, orientando homossexuais para tratamentos não solicitados, nem exercerão qualquer ação que permita a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas.

Discriminação é o nome que se dá para a expressão do preconceito. A discriminação é em uma tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo.

Quando estamos nos referindo à esfera do comportamento (expressões verbais hostis, condutas agressivas, etc.), fazemos uso do termo discriminação. Neste caso, sentimentos hostis somados a crenças estereotipadas deságuam numa atuação que pode variar de tratamento diferenciado a expressões verbais de desprezo e a atos manifestos de agressividade. (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2000, p.162).

Discriminação, então, corresponde à materialização (à manifestação) do racismo, do estereótipo e do preconceito.

As definições conceptuais acima propostas auxiliarão na compreensão da leitura do presente estudo. O termo racismo, muitas vezes, será introduzido no texto com o intuito de

apresentar teorias explicativas para o preconceito devido às diferenças raciais, ao mesmo tempo em que busca articular essas explicações com os estudos sobre o preconceito por orientação sexual. Isso, conforme citaremos mais adiante, tem como justificativa o fato de ser o preconceito por raça mais amplamente estudado do que o preconceito por orientação sexual, fornecendo, assim, importante suporte teórico para o desenvolvimento de estudos nesta área. A compreensão do conceito de gênero e estereótipo auxilia o entendimento da concepção da homossexualidade enquanto construção social. O conceito de orientação sexual tem aqui o propósito de definir as formas distintas de atração física e emocional que estarão na base da discussão da vivência da homossexualidade no mundo atual. Fechamos a apresentação conceptual apresentando o significado da palavra “discriminação”, pois ela revela a concretização do preconceito e, de certa forma, está alimentada por todos os termos anteriormente conceituados. A análise do fenômeno do preconceito é tão relevante para nosso trabalho que a ele será dedicado, tal como já foi dito, um capítulo inteiro.

Síntese do Capítulo

Neste capítulo, apresentamos as concepções acerca do tema da homossexualidade, analisamos a história da homossexualidade no Brasil e no mundo e discutimos a discriminação do homossexual no mercado de trabalho atual.

Vimos que o movimento homossexual no Brasil e no mundo tem conseguido obter algumas mudanças, no que diz respeito à conquista de leis que venham a assegurar os direitos dos homossexuais. Ao mesmo tempo em que percebemos que existem ganhos, verificamos, ainda, muitas perdas, tais como aquelas que constam no quadro 2, sobre os benefícios aos quais casais homossexuais não têm direito.

Sobre a situação dos homossexuais nas empresas, podemos refletir sobre a contribuição dos homossexuais e os interesses organizacionais que contribuem para que essas empresas estendam os direitos dos heterossexuais para os homossexuais, ao menos no que se refere à política e benefícios organizacionais. Provavelmente, aqui, também os comportamentos são influenciados pelas normas meritocrática e igualitária.

Podemos ainda refletir em como a norma da meritocracia propiciou que o sucesso social e econômico fornecesse para alguns grupos minoritários, tais como os homossexuais, poder para que eles pudessem reivindicar pelos seus direitos. Esse pensamento suporta-se na ideologia do capitalismo que, em seu percurso histórico, traz uma burguesia aliada a Igreja para controlar e determinar práticas sociais, inclusive as sexuais, a fim de atender interesses político-econômicos, podendo agora alterar o sentido dessas práticas, caso se torne perceptível a proposição de se ganhar mais com a adoção de novas formas de pensar sobre determinado objeto social. A questão aqui proposta para nossa reflexão é: de que forma o aumento do poder socioeconômico do grupo dos homossexuais pode facilitar a aceitação social das práticas homossexuais, levando-se em conta o cenário capitalista que tem como objetivo máximo a obtenção do lucro? Provavelmente no nosso sistema econômico um caminho apontado para maior aceitação social é o enriquecimento pessoal. Os resultados de Lima (2002) comprovam que a condição de sucesso aumenta a atribuição de características consideradas “humanas” para os negros, mas somente quando mediados pelo processo de branqueamento do grupo, ou seja, mesmo fazendo parte de uma “elite”, o negro deverá se tornar mais branco para ser melhor avaliado. E quanto aos homossexuais? Será suficiente manipular seu *status* social ou deveremos também investigar mediações que tornem possível uma melhor avaliação do grupo pela sociedade?

Este estudo trabalha com a concepção da homossexualidade como construção social e, como tal, está baseada nas relações sociais e de poder que vão configurando a estrutura do

preconceito em determinada sociedade. Entende-se essa construção social como resultado de processos sociocognitivos e, por isso, ligados à relação estabelecida entre indivíduo e sociedade, na qual a influência é recíproca, ou seja, não há uma única relação de causalidade, mas sim uma relação de mão-dupla, de influência mútua. Com base nessa concepção acreditamos que mudanças sociais, econômicas e políticas produzem modificações comportamentais que atendem às novas condições ambientais, ao mesmo tempo em que essas condições serão retroalimentadas pelas modificações produzidas nos indivíduos por elas afetados. Essa concepção influenciou a manipulação experimental utilizada neste estudo, que buscou evidenciar como uma norma social, no caso deste trabalho a meritocracia, pode moderar o preconceito contra os homossexuais.

No próximo capítulo apresentaremos as teorias clássicas sobre o preconceito, com base nos níveis de análise propostos por Doise (1986), como já foi dito anteriormente, até chegarmos às novas teorias sobre o preconceito. Analisaremos, ainda, o processo de infra-humanização como produto dessas novas formas e como este fenômeno se apresenta na vida do homossexual. Além disso, buscaremos relacionar a história da homossexualidade com as teorias sobre o preconceito.

Capítulo 2: O PRECONCEITO: Um Fenômeno que se Transforma, mas não Desaparece

o mais forte tem que dominar e não se misturar com o mais fraco, e assim sacrificar sua grandeza (Hitler, “Minha luta”, citado por S. Becker, 1999, p. 145).

Durante séculos, a crença em uma hierarquia biológica entre as raças serviu ao mesmo tempo de propósito e justificativa para a expressão do preconceito. A discriminação estava apoiada na premissa de que, biologicamente, algumas raças eram, de fato, superiores a outras e por isso deveriam dominar e civilizar as raças inferiores, cujo papel perante as superiores era relegado à servidão.

A Alemanha nazista-racista de Hitler, fanatizada pela idéia de superioridade da raça ariana, constitui-se como um exemplo claro da crença em uma hierarquia biológica. Utilizou-se do argumento de os alemães serem a raça mais pura oriunda do tronco indo-europeu para perseguir e assassinar judeus, ciganos, homossexuais, comunistas. Mesmo que muitos soubessem que esse argumento escondia outros objetivos, ligados à preservação e/ou conquista de poder e riqueza pela e para a soberania alemã, foram levados a se engajarem nessa luta contra as “raças inferiores”.

Segundo Lima (2002, p.49) “foi a 2ª Guerra Mundial que desencadeou o interesse pelo preconceito, pois vários teóricos como Adorno (1950) foram influenciados pelas conseqüências do nazismo”. Além disso, antes dessa época acreditava-se que realmente havia diferença entre as raças, sendo assim desnecessário o estudo do preconceito, visto que este era legitimado pela concepção da hierarquia racial (lê-se, aqui, principalmente entre negros e brancos, alemães e o “resto do mundo”...).

Conforme Pereira, Torres e Almeida (2003), o processo pelo qual a própria ciência rejeitaria a crença de uma hierarquia biológica entre as raças seria influenciado tanto pelo final da Segunda Guerra Mundial quanto pelas subseqüentes Declarações de Direitos Humanos.

Podemos ainda citar alguns fatos históricos que contribuíram para que a crença nessa superioridade biológica fosse ao menos questionada perante a opinião pública. Um exemplo reconhecido mundialmente foi confirmado durante os jogos olímpicos de Berlim, em 1936, promovido por Hitler e com o claro intuito de que a liderança dos alemães nos resultados dos jogos viesse a reafirmar a superioridade da raça ariana.

Com todos os cuidados que se fizeram necessários, o roteiro de vitórias previamente desenhado pelos alemães foi seguido à risca até a manhã de 3 de agosto de 1936. Naquele dia, um americano negro, neto de escravos, James Cleveland Owens, ou somente Jesse Owens, ganhou a

final dos 100 metros de corrida, a primeira das quatro provas que o fariam legendário. Se a hierarquia entre as raças afirmava uma superioridade biológica, ou seja, constitutiva de um ser humano sobre outros, como um negro, visto como inferior geneticamente, poderia realizar tamanha façanha? Tanto o exemplo de Jesse Owens, como outros acontecimentos históricos, tais como o fracasso dos alemães na Segunda Guerra Mundial e a Declaração dos Direitos Humanos, contribuíram para o mito da queda da hierarquia biológica entre as raças. No entanto, ao longo dos anos, desenvolveram-se novos discursos que serviriam de justificativa para assegurar o domínio dos grupos majoritários e a aceitação de comportamentos discriminatórios contra os grupos minoritários, em especial os negros.

Guimarães (1999) e Heringer (1995) apontam o desenvolvimento de novos discursos, negando que as diferenças biológicas entre negros e brancos determinam suas características psicológicas e culturais, por isso, ambos devem ter direitos iguais. A partir da aceitação dessa condição, os negros passariam a ser discriminados não por serem negros, mas por serem pobres. A discriminação econômico-cultural passa a ocupar o lugar da racial, mudando o nome do adjetivo bem como sua justificativa, mas muito pouco alterando a sua intenção sectária.

Na década de 1950, a preocupação em se compreender o racismo americano e as repercussões da ideologia nazi-fascista produziram teorias clássicas sobre o preconceito, tanto objetivando compreender o fenômeno a partir de processos universais, aos quais os indivíduos seriam submetidos, quanto a partir de seus aspectos da personalidade.

Em Psicologia Social, a definição de Gordon Allport (1954) sobre o preconceito oferece a base para o desenvolvimento dos estudos sobre esse tema. A partir da obra “The Nature of Prejudice” Allport (1954, p.10) define o preconceito como “uma antipatia baseada numa generalização errada e inflexível. Ela pode ser sentida ou abertamente expressa. Ela pode ser dirigida a um grupo como a um todo ou a um indivíduo por ser este membro de tal grupo”.

Myers (2000, p.182) descreve o preconceito como um prejulgamento negativo de um grupo e seus membros individuais: “O preconceito nos predispõe contra uma pessoa com base apenas no fato de identificarmos a pessoa a um grupo determinado”.

Conforme Lima (2002), o fato de existirem vários grupos socialmente desvalorizados produz tantos tipos de preconceito quantas pertenças a grupos minoritários na estrutura de poder. A partir da categorização de um indivíduo como pertencente a um grupo minoritário, ele já se encontra em posição de desvantagem em relação aos demais indivíduos da sociedade em questão, pertencentes aos grupos majoritários. Essa categorização pode se fazer por meio das características econômicas (ricos x pobres) e físicas (negros x brancos), ou por meio da orientação sexual (homossexual x heterossexual) ou situação cultural-geográfica (nordestinos no Brasil).

É interessante notar o caráter de inflexibilidade embutido nas definições acima citadas. O indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É, pois, uma posição dogmática que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições. Esse caráter de inflexibilidade inserido em um contexto em que há normas sociais exigindo um comportamento mais aceitável socialmente, tende a produzir mudanças no comportamento das pessoas que buscam expressar seus sentimentos sem desacatar as normas sociais vigentes.

É precisamente por isso que quase ninguém assume ser preconceituoso. Frequentemente ouvimos as pessoas dizerem: “Eu não tenho preconceito, mas não gosto de lésbicas”. Temos aí uma evidente contradição: ninguém quer ser rotulado de preconceituoso, pois essa palavra é pejorativa, equivalendo à ignorância, intolerância, superstição, julgamento antecipado, mas a

segunda parte de cada frase revela que o homossexual já foi julgado e condenado sem apelação. Assim, na auto-avaliação das pessoas, elas acreditam não serem preconceituosas.

O estudo do preconceito, como construto científico, só acontece a partir dos anos 1920, fortalecendo-se a partir da década de 1930, em razão do desenvolvimento da Biologia. Até então acreditava-se que o preconceito não deveria ser objeto de estudo, por haver, de fato, diferenças biológicas entre as raças. Desde 1920, várias teorias foram desenvolvidas, buscando a elucidação do tema.

A seguir apresentaremos as teorias desenvolvidas para explicar o preconceito com base nos níveis de análise de Doise (1984). Conforme esse autor, a articulação de explicações de ordem individual e de ordem societal (ideológica) se faz necessária para que possamos compreender como o indivíduo coordena as operações que lhe possibilitem um funcionamento social e como as dinâmicas sociais, principalmente as interacionais, posicionais ou de valores e de crenças, orientam essas operações. Para Doise (1984) as teorias desenvolvidas na Psicologia Social devem ser estudadas em quatro níveis de análise: intrapsíquico (ou individual), interpessoal (ou interindividual), intergrupar e societal. O primeiro nível de análise aborda as explicações intrapsíquicas para os fenômenos sociais, baseando-se em motivações psicológicas ou traços de personalidade dos indivíduos. O segundo nível analisa os processos que ocorrem entre as relações interindividuais em uma dada situação. No terceiro nível de análise, destacam-se as posições que os grupos sociais ocupam no tecido das relações sociais e como essas posições interferem nos processos intrapsíquicos e interpessoais. O quarto nível analisa os sistemas sociais (crenças, representações, avaliações e normas sociais) como produtores e mantenedores dos comportamentos dos indivíduos.

2.1 - Teorias sobre o Preconceito

2.1.1 - Teorias no Nível Intrapsíquico

As teorias desenvolvidas no nível da análise intrapsíquica evidenciam o estudo dos processos intra-individuais, que buscam analisar a maneira pela qual os indivíduos ordenam suas experiências com o meio ambiente. Nesse nível, discutiremos três trabalhos considerados precursores, na Psicologia Social, em estudos sobre preconceito.

Em 1939, Dollard, Doob, Miller, Mowrer e Sears desenvolvem a teoria da frustração-agressão para a análise do preconceito. Essa teoria tem como fundamento a idéia de transferência da agressão. Para esses autores, as frustrações inerentes à vida produziriam uma hostilidade que seria dirigida a categorias sociais em posição de minoria na sociedade, e que, justamente por estarem em condições de desvantagem, não seriam capazes do devido retruque.

Dollard *et al.* (1939) relacionaram a agressão dirigida aos grupos minoritários aos aspectos socioeconômicos. Para esse autor, uma sociedade que vive um período de recessão econômica terá o ambiente propício para a eclosão de atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios. As pessoas que vivenciarem as dificuldades decorrentes de uma crise econômica encontrarão nesses comportamentos uma saída para descarregar os problemas psicológicos advindos da situação.

Em 1940, a teoria de Dollard *et al.* (1939) foi reforçada pelo suporte empírico fornecido pelo estudo de Hovland e Sears (1940) sobre a correlação do preço do algodão com o número de linchamentos de negros no sul dos Estados Unidos. Durante cinquenta anos, esses dois indicadores estavam negativamente relacionados. Quando o aumento do preço do algodão diminuía, aumentava o número de linchamentos de negros. Esse comportamento agressivo foi associado ao aumento da frustração da maioria branca por uma conseqüente diminuição de seu poder aquisitivo.

Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford (1950) desenvolveram outra teoria no nível intraindividual, a qual denominaram de teoria da personalidade autoritária. Para esses

autores a educação autoritária e a repressão da agressão conduziam as pessoas a desenvolverem sentimentos de hostilidade reprimidos que seriam canalizados na direção dos exogrupos. Para Adorno *et al.* (1950), a escolha de quais indivíduos ou grupos para se realizar essa “catarse” estaria baseada na opção pelos mais fracos, no caso as minorias.

Na teoria de Adorno *et al.* (1950), os pais assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento do tipo de personalidade agressiva. Ao agirem de forma excessivamente autoritária e hierárquica, exigindo o máximo de obediência diante às regras impostas aos filhos, estariam despertando-lhes o ódio. No decorrer da vida, essas crianças agiriam da mesma forma, principalmente com membros de minorias sociais.

Rokeach (1960; 1968) desenvolveu uma terceira explicação no nível intraindividual sobre o preconceito, que se baseia na idéia de que este é uma manifestação das diferenças culturais em geral. Para esse autor, o indivíduo muito preconceituoso tinha a “mente fechada” (*closed mind*), tendendo a ver as coisas de modo rígido.

Estabelece-se, assim, uma relação entre dogmatismo e preconceito: um grupo percebido como partilhando crenças diferentes e negativamente avaliado, sobretudo por indivíduos de espírito fechado ou intolerantes à incongruência de crenças. Nesse sentido o preconceito não é de natureza racial, sexual ou religiosa, mas intelectual. (Torres *et al.*, 2004, p.622).

As teorias desenvolvidas no nível intrapsíquico vêm sofrendo diversas críticas ao longo dos anos. Para vários teóricos (Tajfel, 1982; Billig, 1991; Brown, 1995; Monteiro, 1996), esses estudos negligenciam os aspectos socioculturais, produzindo, assim, teorias reducionistas que enfatizam os aspectos individuais, comprometendo a condição de entendimento para o fenômeno, que é de ordem social.

Uma evidência de como os aspectos intra-individuais não podem ser considerados separadamente dos aspectos socioculturais nos comportamentos discriminatórios, são os chamados “crimes odiosos”, ou também conhecidos como “crimes homofóbicos”. O Grupo Gay da Bahia (GGB) elaborou um relatório (2002) sobre o assunto, pesquisando e investigando o número de assassinatos homofóbicos cometidos no Brasil, analisando as regiões mais afetadas e buscando as possíveis explicações que pudessem justificar a grande violência dirigida a essa minoria.

O GGB defende, no relatório (2002), o argumento de que a homofobia é sustentada por um conflito que oscila entre o desejo e a aversão do indivíduo com a figura do homossexual, a qual é sustentada por toda uma trajetória histórica-cristã, em que o comportamento homossexual foi classificado como antinatural. Mesmo se considerarmos o possível aspecto de personalidade agressiva do indivíduo, seja buscando explicação em sua educação ou em termos da frustração causada pelo conflito entre um possível desejo com um objeto de condenação social, já encontramos na própria explicação a situação subjacente a esses processos, que é a de uma construção social da figura do homossexual sustentando e ditando comportamentos a serem dirigidos para com eles. De fato a argumentação sobre o preconceito baseada somente em seus aspectos intra-individuais não consegue justificar a expressão do fenômeno em sua completude.

2.1.2 - Teorias no Nível Interpessoal

Neste nível, Doise (1986) explica o comportamento social com base na concretude das relações estabelecidas entre determinadas pessoas, numa determinada situação.

Em “The Nature of Prejudice” (1954), Allport descreve o preconceito como um produto natural do processo que admite pensar sobre a realidade, o processo de categorização. Este

levaria os indivíduos a classificarem as pessoas com base em um número limitado de informações, mas suficientes para enquadrá-las em categorias, presumindo que elas possuem as características atribuídas ao grupo na qual foram incluídas. O autor faz uma distinção em relação às generalizações e pré-julgamentos que levam ao preconceito. Para ele alguns pré-julgamentos podem ser simples concepções equivocadas sobre determinado objeto. O que definirá se o pré-julgamento se tornará preconceito será a resistência emocional que o indivíduo demonstrará, caso, apesar de obter informações que possibilitem a sua mudança de atitude em relação ao objeto, ele não o faça.

Com base nesse pensamento, em que ele acredita que o acesso a informações pode alterar a percepção e conseqüentes pensamento e atitude em relação a alguém antes classificado e percebido com prejuízo social, Allport (1954) sustenta que o contato interindividual entre membros de categorias sociais distintas pode, dependendo das condições, contribuir para uma diminuição e/ou eliminação do preconceito. Conforme o autor, para que tal situação ocorra, os indivíduos devem pertencer ao mesmo *status* social, compartilharem objetivos comuns e o contato entre eles deve ser estimulado socialmente e institucionalmente. Sherif (1961) acrescenta a essas condições atividades que façam os participantes cooperarem em situações nas quais os ganhos deverão ser para todos. Ele chamou essa condição de “objetivos superiores”, ou seja, o sucesso para os grupos depende da colaboração mútua nas atividades.

Monteiro (1996) considera que o contato entre membros de grupos distintos possibilitaria aos indivíduos perceberem semelhanças em relação aos sentimentos e valores ou nas atitudes, e que essa percepção seria responsável pela diminuição do preconceito. A crítica de Monteiro (2000) em relação à hipótese de Allport (1954) recai sobre a questão da duração do efeito dessa diminuição do preconceito obtida através do contato e de informações conseguidas sobre o outro grupo. A autora defende que duas pessoas podem, em determinada situação favorável à

cooperação, realizar atividades que estimulem a percepção da semelhança existente entre eles e naturalmente reduzir a hostilidade existente anteriormente. Mas esse fato não significa que essa percepção e esses sentimentos sejam definitivos e duradouros.

Uma outra questão abordada por Monteiro (2000) refere-se à relevância da informação sobre o outro grupo, de modo que esta possa contribuir de forma significativa para diminuir a ignorância que origina o preconceito negativo, ou seja, permitiria reverter o processo a partir da tomada de conhecimento de novas informações. Poderíamos dizer que o conhecimento sobre as reais características de outro grupo desaliena ao mesmo tempo em que possibilita as pessoas desmistificarem os estereótipos desenvolvidos para representar determinada categoria discriminada, ou seja, aproxima o indivíduo do real, contribuindo para a supressão do imaginário e seus conseqüentes produtos, no caso, a expressão do preconceito.

Analisando essa perspectiva em relação à possível eficácia dela na dissolução e/ou diminuição do preconceito, vale lembrar o resultado da pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (Castro, Abramovay e Silva, 2004), realizada pela Unesco, a qual já foi citada neste trabalho, em que 25% dos estudantes de 14 capitais brasileiras não gostariam de ter um colega de classe homossexual, tendo Goiânia o terceiro maior índice de rejeição sobre esse assunto. Na matéria realizada sobre a pesquisa no jornal “O Popular”, de 14 de março de 2004, o presidente da Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis (AGLT), Léo Mendes, relata que é grande o número de homossexuais que abandonam a escola devido ao preconceito sofrido por parte não somente dos alunos, mas também dos professores. Se levarmos a proposta de Allport (1954) para a situação escolar apresentada na pesquisa, e considerarmos a sugestão de Sherif (1961) dos “objetivos superiores”, fica claro que, para implantar tal procedimento, os professores deveriam ser facilitadores desse processo e não compartilharem da rejeição dirigida pelos alunos aos colegas homossexuais. Mais uma vez, podemos perceber como a questão do preconceito possui

bases socioculturais que sustentam as práticas discriminatórias, dificultando, ou mesmo impossibilitando, o seu tratamento somente a partir de perspectivas que desconsideram o seu contexto social.

2.1.3 - Teorias no Nível Intergruppal

No nível intergruppal, compreende-se o comportamento social a partir das diferenças de posições sociais na interação dos indivíduos. Essas diferenças estão relacionadas às diversas pertencas ou filiações sociais.

Nesse nível de análise, três teorias devem ser apresentadas: a teoria da privação relativa (Runciman, 1966), a do conflito real (Sherif & Sherif, 1969) e a da diferenciação grupal e identidade social (Tajfel, 1981).

A teoria da privação relativa constitui-se sobre um sentimento de injustiça associado à percepção de ausência de um recurso (poder, prestígio, dinheiro) que o indivíduo julga ter direito, por comparação com a posse do mesmo recurso por parte de um grupo de referência. Gur (1970) escreveu um livro sobre violência e rebelião coletivas em que aborda esse conceito, acrescentando um fato de extrema importância para a compreensão dessa teoria. Para esse autor, a expectativa do indivíduo entre o que se tem e o que se gostaria de ter constitui a base para o desenvolvimento do sentimento de injustiça social sentido por ele e do possível desencadeamento da violência coletiva.

Durkheim (1959), citado por Tajfel (1981, p.301), escreveu sobre a manutenção da ordem social algo que muito acrescenta à teoria da privação relativa: “O que é preciso, para reinar a ordem social, é que a grande massa dos homens esteja satisfeita com o que tem. Mas para que

eles estejam satisfeitos não é preciso que eles tenham mais ou menos, mas sim que estejam convencidos que não têm direito a mais”.

Runciman (1966) assinala a distinção de dois tipos de privação: a coletiva e a egoísta. A coletiva define-se por um sentimento de insatisfação direcionado a um grupo externo ao de pertença das pessoas, ao passo que a egoísta aparece quando o grupo de referência normativo é o próprio grupo de pertença, constituindo, assim, um conflito intragrupal.

A questão da competição por recursos é discutida na teoria do conflito real (Sherif, Harvey, White, Hood & Sherif, 1961; Sherif & Sherif, 1969), segundo a qual, para se compreender o comportamento intergrupala, é preciso investigar as relações funcionais que se estabelecem entre os grupos, as quais podem ser de competição ou de cooperação. Essa teoria considera a competição entre os grupos por recursos realmente limitados ou percebidos como tais, causa fundamental do processo de preconceito, discriminação e hostilidade intergrupala (Torres *et al.*, 2004).

A verificação da hipótese de Sherif *et al.* (1961) foi conduzida através da realização de experimentos de campo, denominados “estudos dos campos de verão”, que apresentavam três fases: a formação do grupo, o conflito entre os grupos e a sua resolução. A finalidade desses estudos era a de demonstrar as mudanças de comportamento que poderiam ser produzidas por meio de transformações objetivas na relação entre grupos.

Os resultados desses experimentos concluíram que a hostilidade presente entre grupos não deve ser atribuída somente a traços de personalidade, conforme sugeriram as teorias de Dollard *et al.* (1939), Adorno *et al.* (1950) ou Rokeach (1960). As características objetivas que a relação intergrupala estabelece, particularmente em situações de real conflito entre os grupos, são determinantes para que ocorra a valorização do próprio grupo, a desvalorização do exogrupo e o conseqüente fenômeno da discriminação.

A análise dos resultados obtidos nos experimentos de Sherif *et al.* (1961) produziram reflexões acerca de qual seria, então, a mínima situação de conflito intergrupar para que ocorresse a discriminação? E ainda, será que somente em situação de conflito e competição é possível se observar o fenômeno da diferenciação grupar?

Com o intuito de esclarecer essa questão, várias pesquisas experimentais foram conduzidas. Mas foi com Tajfel, Billig, Bundy e Flament (1971) que um programa de pesquisa, desenvolvido com base no processo de categorização social, propiciou as condições experimentais que procuravam estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento da diferenciação intergrupar. Esse estudo permitiu a construção do paradigma do grupo mínimo, que possibilita o estudo do processo de categorização em uma situação praticamente neutra, evitando-se a presença de um conflito real ou antecipado.

Os resultados desse experimento demonstram que basta inserir um indivíduo em uma categoria social para que ocorra o favoritismo pelo próprio grupo e a discriminação perante os membros do exogrupo, ou seja, não é imprescindível que haja situação de conflito para que a discriminação intergrupar aconteça. Dessa conclusão resultou a teoria da identidade social (TIS). Para Tajfel (1981, p.290), identidade social é “aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença”.

O pressuposto fundamental dessa teoria reside na idéia de que os indivíduos buscam desenvolver um tipo de identidade social positiva e esse fato contribuiria para um sentimento de auto-estima positiva. Nesse sentido, Tajfel (1981) coloca que a categorização social auxilia esse processo, pois orienta o indivíduo a classificar e definir seu espaço na sociedade, ou seja, somente podemos desenvolver sentimentos de pertença a um grupo, se esse grupo possuir um significado/conteúdo que justifique sua formação e conseqüentes distinções. Além disso, que

venham atender às necessidades dos indivíduos em se sentirem diferenciados e, na maioria dos casos, superiores aos outros grupos. Dessa forma, quanto maior o sentimento de identificação com o endogrupo, maior a tendência do indivíduo em diferenciar o seu grupo de pertença dos demais, a fim de manter sua auto-estima positiva.

Torres (1996) faz uma crítica a essa colocação, pois ao explicar o viés intergrupar como um produto da necessidade individual de manter uma auto-estima positiva, Tajfel (1982) comete o mesmo tipo de reducionismo psicológico que criticou nas teorias ao nível intraindividual.

Para Sherif e Sherif (1953), os fatores que conduzem as pessoas à formação de atitudes preconceituosas não são individuais. Eles defendem que o desenvolvimento dessas atitudes está inteiramente relacionado com o fato de as pessoas pertencerem a grupos e compartilharem o sistema de crenças e valores adotados pelo seu grupo de pertença (identificação). Dessa forma, não se pode negligenciar o contexto social, histórico e econômico em que os indivíduos estão inseridos, pois a realidade contextual irá influenciar e/ou determinar a estrutura de pensamento e conseqüentemente de ação desses indivíduos. Essa crítica é semelhante àquelas direcionadas às teorias desenvolvidas ao nível intrapsíquico, por justamente desconsiderar a influência social nas explicações sobre o fenômeno do preconceito.

Retomamos aqui a importância de se compreender a função social do preconceito e, principalmente, de assinalar a necessidade do sujeito de estabelecer sentido em certas situações sociais. Hogg e Abrams (1990) argumentam que a auto-estima não se configura nem como o único nem como o motivo principal na explicação dos comportamentos intergrupais. Para esses autores a 'procura de significado' seria responsável pelo processo de diferenciação intergrupar, pois possibilitaria sentido a certas situações sociais.

Há de se considerar que, além da necessidade de construir e manter uma auto-estima positiva, o indivíduo desenvolve sua percepção em torno de situações e objetos sociais, a partir de

uma necessidade de tornar conhecido o desconhecido. Para tal, o processo de categorização constitui o processo cognitivo subjacente que permite estabelecer sentido à realidade que os cerca. Mas esse processo cognitivo apoiar-se-á em toda uma estrutura de pensamento e memória baseada nas experiências passadas dos indivíduos. E esse processo de categorizar a partir de um todo social apreendido durante a vida de cada um faz que o fenômeno do preconceito seja melhor compreendido com base em explicações nos níveis intergrupais e societal.

O estudo da história da homossexualidade traduz muito bem a questão da formação dos grupos “heterossexual” e “homossexual” a partir de imposições políticas e religiosas. A homossexualidade estava presente em grandes partes das sociedades antigas, e como foi dito, muitas vezes representava um caminho para a riqueza e o *status*, como era o caso dos “favoritos” da dinastia Han, na China de 206 a.C – 220 d.C, em que ser escolhido pelos imperadores era motivo de disputa na corte, já que isso trazia inevitavelmente prestígio e poder. Nessas sociedades, o comportamento homossexual era uma prática tão comum que não requeria um nome específico para tal comportamento. O avanço do Cristianismo, juntamente com a necessidade política de assegurar a manutenção do crescimento populacional, visto que na Roma de Justiniano, em 533 d.C, as tragédias naturais estavam causando um grande impacto demográfico nas cidades, foram fatores que incentivaram a recriminação do comportamento bissexual e homossexual. A partir de então, os grupos homo e heterossexuais são realmente separados e, como consequência, surge a questão do favoritismo pelo grupo heterossexual tido como “natural”, e a derrogação pelo grupo dos homossexuais, considerados, agora, “antinaturais”.

Poderíamos dizer, com base nos experimentos “estudos dos campos de verão” (Sherif *et al.*, 1961), que historicamente é possível relacionar as três fases dos estudos com a evolução histórica do grupo dos homossexuais. A primeira, a formação do grupo, está relacionada a

censura político-religiosa imposta às práticas homossexuais, criando as categorias homossexual/heterossexual na identificação do sujeito. A segunda diz respeito ao conflito entre os grupos, visto que a diferenciação entre os indivíduos também se fazia agora com base em suas preferências sexuais. A Igreja e o Estado deixavam claro que o comportamento sexual com pessoas do mesmo sexo era antinatural e, portanto, um mal, deixando o praticante de tais atos sujo e impuro. Este precisaria ser limpo e purificado para garantir a “benção divina”, concedida somente com a abdicação de tal comportamento. Já a terceira fase prevista nos experimentos de Sherif (1961), ou seja, a resolução do conflito, ainda não ocorreu, tal como vimos no capítulo anterior sobre a atual situação dos homossexuais no Brasil e no mundo. Provavelmente, a concepção da homossexualidade como construção social apresenta elementos que justificam as diferenças nos graus de conflito em diversos lugares do mundo. Apesar de a maioria dos países ocidentais apresentar projetos e organizações lutando pelos direitos da minoria homossexual, obtendo, assim, algumas conquistas legais, a presença do preconceito e a categorização dos indivíduos em homossexual/heterossexual ainda persistem.

A partir do próximo nível de análise, abordaremos a problemática do fenômeno do preconceito, levando em consideração toda a influência mútua existente entre indivíduo e sociedade e como essa dinâmica interacional cria, sustenta e reforça nossos comportamentos discriminatórios.

2.1.4 - Teorias no Nível Societal

Nesse nível, o comportamento social é explicado considerando as ideologias, os sistemas de crenças, as representações e as normas estabelecidas na sociedade. O conteúdo e a organização

dessas representações sociais serão definidos pela rede de pertenças grupais que irão ancorar o pensamento e o comportamento sobre outros grupos.

Essa perspectiva explica o favoritismo pelo próprio grupo, considerando mais as dinâmicas das relações de poder estabelecidas socialmente do que em termos de motivações psicológicas. Nessa perspectiva, o preconceito é definido como “Uma forma de relação intergrupar organizada em torno das relações de poder entre grupos, produzindo representações ideológicas que justificam a expressão de atitudes negativas e depreciativas, bem como a expressão de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros dos grupos minoritários”. (Camino & Pereira, 2001).

A teoria das representações sociais (Moscovici, 1978; 2003) fornece condições para que de fato se possa analisar as propriedades, as origens e o impacto da construção social homofóbica na sociedade moderna.

O trabalho de Falcão (2004) abordou o tema da adoção de crianças por homossexuais, buscando relacionar as representações sociais que os participantes têm sobre a homossexualidade com a posição destes sobre o tema. Em uma de suas pesquisas, a autora tinha como objetivo investigar se havia relação entre as explicações que as pessoas davam para a homossexualidade e as atitudes dessas pessoas acerca da adoção de crianças por homossexuais. Os resultados verificaram que a relação existe e se diferencia conforme as crenças das pessoas quanto às causas da homossexualidade. As pessoas que dão explicações psicossociais para a homossexualidade e acreditam que se deva tentar compreendê-la em sua totalidade, são favoráveis à adoção de crianças por homossexuais. Já as pessoas que consideram a falta de caráter, de respeito e de valores morais causas da homossexualidade, são contrárias à adoção de crianças por homossexuais, além de terem sido classificadas como preconceituosas flagrantes, ou seja, acreditam que a explicação da condição do homossexual por si só justificadora das atitudes discriminatórias dirigidas ao grupo.

É comum em todas as sociedades o desenvolvimento de ideologias, de crenças e de um sistema de representações, avaliações e normas que justifiquem e mantenham o seu *status quo*. Em se tratando das sociedades contemporâneas, tanto as conquistas legais dos grupos minoritários quanto o desenvolvimento de uma cultura de igualdade social não se mostraram suficientes para, de fato, alterar as “estruturas cognitivas, emocionais e afetivas que se posicionam entre as intersubjetividades e o coletivo na produção e reprodução das representações sociais” (Torres *et al.*, 2004, p.629).

Para se compreender a afirmação acima, é importante que reflexões acerca da construção das nossas representações sejam articuladas com o contexto socioeconômico em que vivemos, cientes de que a produção do nosso sistema de representações influencia e é influenciada por toda uma ideologia capitalista, responsável, na maioria das vezes, por orientar a categorização das situações e os objetos sociais e, principalmente, pela atribuição de valia positiva ou negativa à estes objetos. Nesse sentido, a teoria que melhor pode contribuir para o estudo do preconceito como um fenômeno social é a teoria das representações sociais (RS).

De maneira geral, podemos dizer que as RS têm como objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir-lhe ordem e percepções que o reproduzam de uma forma significativa (Moscovici, 2003, p.46). É importante colocar que essa busca por sentido é dinâmica e acompanha a necessidade do indivíduo de resignificar as mudanças que ocorrem em seu mundo.

Os preconceitos raciais e sociais, por exemplo, jamais estão manifestamente isolados; eles assentam num fundo de sistemas, de raciocínio de linguagens, no tocante à natureza biológica e social do homem e suas relações com o mundo. Esses sistemas estão constantemente interligados, comunicados entre gerações e classes, e os que são objeto desses preconceitos vêm-se mais ou menos coagidos a entrar no molde preparado e adotar uma atitude conformista. (Moscovici, 1978, p.49).

O caráter criador das representações sociais responde a uma necessidade intrínseca da natureza humana, que é justamente a de, por um lado, "... preencher lacunas, suprimir a distância entre o que se sabe e o que se observa, por outro, completar as divisórias vazias de um saber pelas divisórias cheias de outro saber, o da ciência pela religião, o de uma disciplina pelos preconceitos daqueles que a exercem." (Moscovici, 1978, p.55).

Conforme Moscovici (2003), ao se deparar com um objeto que possua características não familiares, os indivíduos buscarão designar ao mesmo características familiares que tornem mais

fácil sua categorização e conseqüentemente diminua o nível de tensão e desequilíbrio interno causado pela não-familiaridade do objeto. É justamente essa necessidade de avaliar e compreender os fenômenos que leva a uma distorção da realidade. “A representação do objeto é uma representação diferente do objeto” (Moscovici, 1978, p.58). Conforme essa condição, o campo de estudo das representações sociais considera suas explicações em suas dimensões afetiva, cognitiva, avaliativa e simbólica.

A necessidade de tornar coletivo e familiar o novo e desconhecido, portanto não-categorizável e, conseqüentemente, produto da angústia do indivíduo em determinar qual comportamento deverá ser estabelecido a esse não-familiar põe em funcionamento dois mecanismos de um “processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas” (Moscovici, 2003, p.60): a objetivação e a ancoragem. Esses mecanismos também devem oferecer critérios que atendam às quatro funções citadas anteriormente: de saber, identitária, de orientação e justificadora, com as quais as RS contribuem na construção de um determinado objeto social.

A objetivação (Doise, 1998; Moscovici, 1978) pressupõe a existência de uma ordem cognitiva comum aos membros de uma população “sobre os elementos constitutivos de um sistema de relações sociais” (Pereira, Torres & Almeida, 2003, p.96). É o processo pelo qual concretizamos nossas abstrações. “A materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala” (Moscovici, 2003, p.71). Mas é essa capacidade humana que torna possível suportar a realidade, ou seja, dar o significado e transformar conceitos em realidades. Sem essa competência seríamos vítimas de um caos mental e social que nos conduziria a um estado permanente de tensão e angústia.

O processo de objetivação constitui-se de três momentos. Primeiramente ocorre uma construção seletiva que seleciona, descontextualiza e organiza o objeto ou a situação social

conforme valores e normas grupais. Um segundo momento é marcado pela esquematização, ou seja, a organização das informações básicas que permitirão a sua materialização e, finalmente, a naturalização em que o objeto representacional passa a integrar a realidade de forma natural (Vala, 2000).

Já a ancoragem social constitui-se como um processo de avaliação de como as pertencas sociais e as identidades sociais definem e/ou modelam as relações sociais. Segundo Moscovici (1978, p.79), a ancoragem: “(...) designa a firme inserção de uma ciência na hierarquia de valores e entre as operações realizadas pela sociedade. Em outras palavras, mediante o processo de ancoragem, a sociedade converte o objeto social num instrumento de que ela pode dispor, e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes”.

Todo pensamento possui uma ancoragem, ou seja, está baseado em conteúdos preexistentes construídos nas relações. “É quase como ancorar um bote perdido em um dos boxes (pontos sinalizadores) de nosso espaço social” (Moscovici, 2003, p.61).

Os mecanismos acima expostos têm por objetivo tornar familiar o não-familiar e, para tal, podem ocorrer simultaneamente, não havendo como determinar se um mecanismo precede o outro.

A teoria das RS tem sofrido algumas críticas devido a questões metodológicas e conceituais. Para a resolução da imprecisão conceitual, Doise (1984) propõe a articulação das teorias das representações sociais, das minorias ativas (Moscovici & Mugny, 1987) e da identidade social (Tajfel, 1982).

Poderíamos colocar que essa crítica fundamenta-se na característica dinâmica das RS. Isso faz que conceitualmente ela seja apoiada em teorias que expliquem como podem ocorrer as mudanças sociais e, ao mesmo tempo, como também as RS podem servir ao propósito de manter a situação social vigente. No que se refere à tentativa de explicação da natureza das mudanças

sociais, temos a teoria da influência social minoritária, de Moscovici e Mugny (1987), que pode contribuir ao estudo das RS por oferecer a compreensão dos “processos subjacentes aos consensos e dissensos que dão dinamismo às RS” (Pereira, Torres & Almeida, 2003, p.96). Já a teoria da identidade social, de Tajfel (1982), ao analisar a influência social nas relações intergrupais, permite compreender como se constitui as bases da construção simbólica dos grupos sociais, auxiliando, assim, na ancoragem social das RS (Lacerda, Pereira & Camino, 2002).

Em relação à questão metodológica, a proposta parte de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993). Para esses teóricos, o modelo de análise quantitativa das representações sociais possibilita a utilização de um método que analisa os estudos nessa área a partir de três fases: a organização do campo representacional, os princípios organizadores do posicionamento dos indivíduos no campo representacional e a ancoragem social desses princípios.

A *organização do campo representacional* corresponde à objetivação (Doise, 1998; Moscovici, 1978). Nesse nível, a perspectiva das representações sociais se aproxima à teoria da cognição social, pois aqui ocorre uma organização que se apóia numa percepção compartilhada sobre um objeto social, sendo essa percepção influenciada pela definição institucionalizada do objeto em questão.

Os *princípios organizadores das diferenças individuais* estão relacionados às variações individuais dos membros de um grupo em relação aos elementos do campo representacional. Sendo essas diferenças individuais também produtos sociais, esses princípios constituem-se como as grandezas psicossociais que oferecem sentido à organização do campo representacional.

A *ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais* avalia o processo de incorporação de novos elementos do conhecimento a uma rede de categorias familiares, compreendendo como as pertenças sociais influenciam na organização dos posicionamentos individuais no campo representacional.

Conforme Doise (1993), a ancoragem pode ocorrer de três formas: a psicológica (individual), a sociológica (pertença do indivíduo a grupos sociais) e a psicossociológica (influência dos discursos ideológicos). “Nesse sentido, as representações sociais sobre um objeto não podem ser compreendidas sem a análise de suas associações com um sistema mais geral de relacionamento simbólico” (Pereira & Soares, 2003, p.79).

O comportamento social deve ser estudado a partir da compreensão do contexto em que ele se expressa. Para tal, é necessário que possamos considerar o sistema de crenças e de valores que está na base das estruturas sociais.

A teoria das representações sociais é considerada por muitos autores, e principalmente por Doise (2002), como o mais apropriado objeto de estudo em Psicologia Social. Isso se deve ao fato de Serge Moscovici ter apresentado uma teoria que articula a construção da subjetividade humana não somente com o indivíduo ou com o seu meio, mas sim com os dois. A articulação das teorias em seus diversos níveis de análise propicia as condições para entendermos como as novas formas de preconceito vêm atendendo à demanda de não extinção do fenômeno, mas sim de transformação e adequação às normas sociais que ditam se os nossos comportamentos estão aprovados ou reprovados em determinada sociedade.

2.2 - Novas Formas de Preconceito

Estamos vivenciando, no mundo ocidental, um culto a uma cultura de aceitação do diferente como a forma “politicamente correta” de se viver, forma essa produzida pela norma do igualitarismo, a qual define que todos têm direitos iguais. O senso comum dita que ser preconceituoso é “feio” e “vergonhoso”. Devemos pensar, então, que graças a essa nova cultura estamos livres dos preconceitos? “Talvez, o que esteja acontecendo seja que, frente a um

conjunto de leis que proíbem a discriminação, os grupos majoritários começam a desenvolver estratégias ideológicas que perpetuam as práticas discriminatórias não mais de forma aberta, mas de uma forma bem mais encoberta” (Pereira, Torres & Almeida, 2003, p.95). De acordo com Meyers (2000, p.2) “o preconceito sutil está substituindo o preconceito clamoroso, aberto”.

Os estudos em Psicologia Social, antes preocupados em explicar o preconceito aberto e ativo, agora buscam explicar formas menos evidentes de expressão do fenômeno, o que vai ao encontro da nossa realidade atual. A questão que norteia as novas produções sobre o preconceito centra-se na perspectiva da descoberta de formas de expressão que “reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo” (Torres *et al.*, 2004, p.631).

De acordo com Vala, Brito & Lopes (1997), a expressão do preconceito nos países ocidentais pode estar ocorrendo, não mais pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, e sim pela negação de atributos positivos a esse grupo. Essa hipótese revela uma alternativa para que a discriminação aconteça de uma forma bem mais sutil, não focando a derrogação do exogrupo, mas sim a valorização das características do endogrupo.

O desenvolvimento de novas teorias sobre o preconceito tem como objetivo investigar como se estabelece a expressão do preconceito em sociedades que visam a igualdade de direitos. Conforme Lima (2002), a primeira teoria desenvolvida a partir dessa perspectiva surge nos EUA, na década de 1970. O contexto de incoerência entre o tradicional conflito entre negros e brancos, ao mesmo tempo em que prega a democracia e a igualdade entre os cidadãos, explica por que os EUA propiciaram as condições necessárias para o desenvolvimento das novas teorias sobre o preconceito e a discriminação racial.

O racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981) e o racismo moderno (McConahay & Hough, 1976) nascem nesse contexto de incoerência, por volta de 1970. O primeiro decorre da

percepção por parte do grupo dominante de que os grupos minoritários, no caso dos EUA os negros, representam uma ameaça aos valores estimados pelo grupo dominante, neste caso, os brancos. Já o segundo, nasce da necessidade de medir a discriminação pública contra grupos de minoria, em situações em que há normas sociais que inibem esses comportamentos.

Desse modo, podemos concluir que as duas formas de racismo acima relacionadas são resultantes de uma contradição entre sentimentos negativos e a força da crença na igualdade e na liberdade tão difundidas nos EUA (Falcão, 2004, p.53).

Há ainda a teoria do racismo aversivo, desenvolvida por Dovidio e Gaertner (1986), que se diferencia do racismo tradicional. Caracteriza-se como um tipo de atitude racial na qual o conflito ocorre entre “sentimentos e crenças associados a valores igualitários e sentimentos negativos face aos Negros” (Lima, 2002, p.46). Interessante nessa teoria é que a internalização de um sistema de valores igualitários resulta de um comportamento mais “brando” do indivíduo em relação ao grupo discriminado, o que não lhe impede de, em uma situação em que há a ausência de uma norma igualitária explícita, o racista aversivo discriminar os negros.

Apesar das formas de racismo até aqui apresentadas refletirem aspectos particulares da realidade racial nos EUA, elas reafirmam os estudos que de fato demonstram que a expressão de formas clássicas de discriminação racial tem diminuído em várias partes do mundo (Lima, 2002; Vala, Brito & Lopes, 1998; 1999).

Segundo Lima e Vala (2004), um aspecto comum nas diferentes teorias sobre as novas expressões do racismo é o fato de elas serem disfarçadas e indiretas, buscando sempre não ferir a norma da igualdade e não ameaçar o autoconceito de pessoa igualitária dos indivíduos.

Vala, Brito e Lopes (1998; 1999) argumentam que a expressão “disfarçada” do preconceito explicaria a diminuição de manifestações clássicas de discriminação.

Parece bastante óbvio que, em um contexto que coíbe manifestações discriminatórias, o simples estabelecimento de valores anti-racistas não consiga eliminar os sentimentos negativos elaborados e culturalmente herdados em nossa sociedade, mas produza alternativas que possam perpetuar ou mesmo canalizar a expressão desses sentimentos de uma forma mais sutil e encoberta.

Pettigrew e Meertens (1995) verificaram que o preconceito racial na Europa apresenta-se sob duas formas: a sutil e a flagrante. O preconceito flagrante é formado por dois fatores: a rejeição à intimidade e a percepção de ameaça econômica. Já o preconceito sutil possui três componentes: a não atribuição de emoções positivas em relação ao exogrupo, a percepção de que estes não compactuam aos valores do trabalho e do sucesso e a acentuação das diferenças culturais.

Com o objetivo de verificar o modelo teórico acima relatado, Pettigrew e Meertens (1995) realizaram uma pesquisa em quatro países da Europa: Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Holanda. As questões abordadas nessa investigação foram referentes à percepção dos direitos dos imigrantes, às políticas de imigração e itens relativos à tolerância e ao multiculturalismo.

Com base nos resultados obtidos, Pettigrew e Meertens (1995) extraíram três formas de relações raciais: o preconceito flagrante, caracterizado por apresentar alta rejeição à intimidade e negação das emoções positivas; o preconceito sutil, em que há pouca rejeição à intimidade e negação de emoções positivas; e o igualitarismo, que se constitui por uma baixa rejeição à intimidade e expressão de emoções positivas. Importante aqui ressaltar que não são os indivíduos que são flagrantes, sutis ou igualitários, mas sim os discursos que eles apresentam em situações determinadas.

Ainda concernente aos resultados desse experimento, os autores verificaram que os três grupos apresentaram respostas bastante diferenciadas no que diz respeito às políticas de

imigração e à compreensão dos direitos dos imigrantes. Os preconceituosos flagrantes optam por restringir os direitos já estabelecidos aos imigrantes, os igualitários são favoráveis ao aumento desses direitos, ao passo que os sutis não são favoráveis nem ao aumento nem à diminuição dos direitos das minorias, escolhem a manutenção do *status quo* das relações inter-étnicas. Uma das conclusões obtidas por meio dos resultados desse estudo é a de que o racismo flagrante se constitui como a forma tradicional de racismo e pode ser compreendido como uma expressão quente, próxima e direta. Já o preconceito sutil expressa-se de forma fria, distante e indireta. Conforme Pettigrew e Meertens (1999) a expressão do preconceito através desses discursos sutis é elaborada de forma a atender as normas que condenam a expressão flagrante do preconceito.

Os resultados apresentados sobre a teoria do racismo sutil demonstram que essa nova categoria de preconceituosos, os sutis, pode ser considerada produto da propagação de uma “cultura igualitária”.

Outros autores vêm buscando investigar as formas sutis pelas quais o preconceito atualmente se expressa. Vala, Brito e Lopes (1997) pesquisaram a discriminação racial a partir da não-atribuição de traços positivos ao exogrupo. Esses autores submeteram 435 sujeitos portugueses a uma lista com oito traços, sendo quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Solicitava-se aos participantes da pesquisa que apontassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e um negro típico.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os portugueses apontaram mais traços positivos para descreverem a si mesmos do que para qualificar os imigrantes negros. Em relação à atribuição de traços negativos, os autores não verificaram diferenças significantes.

Camino, Silva e Pereira (2001) revelam que, apesar dos avanços em relação às teorias tradicionais, os estudos sobre as novas formas de preconceito ainda apresentam problemas metodológicos e conceituais.

Em relação à crítica metodológica, a argumentação se apóia na utilização de métodos que não possuem, de fato, adequação e consistência necessárias para extrair dos indivíduos uma expressão de preconceito mais condizente com o contexto vivenciado. Já no que se refere à questão conceitual, a polêmica reside no fato de que as pessoas experimentariam, consciente ou inconscientemente, um conflito psicológico devido ao confronto entre a vivência de sentimentos negativos em face de determinado objeto social e as normas sociais que coíbem a expressão desses sentimentos.

Com base nas críticas acima relatadas, Camino *et al.* (2001) realizaram uma pesquisa objetivando avaliar as novas formas de expressão do preconceito racial e os estereótipos atribuídos aos negros no Brasil. Foram aplicados 120 questionários em uma Universidade da Paraíba. A constatação de que 82% dos estudantes concordam que existe preconceito no Brasil, mas não se admitem preconceituosos, levaram os autores a concluir:

A grande maioria dos estudantes (82%) escolheu a opção que relaciona a existência de preconceito no brasileiro à posição individual não-preconceituosa. A força da norma anti-racista leva as pessoas a evitar assumir atitudes pessoais preconceituosas, mas essa norma não lhes impede de ver que no Brasil continua-se a discriminar pessoas de cor negra. Nesta situação contraditória, existe discriminação mas ninguém é responsável por ela. (Camino *et al.*, 2001).

A questão abordada na pesquisa de Camino *et al.* (2001) oferece condições para que as pessoas sintam-se à vontade para exprimir o conteúdo do seu sistema de crenças e valores, ao mesmo tempo em que é capaz de constatar a ambigüidade presente nos discursos, o que é

revelador não somente em termos de análise dos resultados explícitos, mas principalmente pela possibilidade de se verificarem contradições que revelam novas formas e/ou discursos justificadores do preconceito. Nesse sentido, a crítica quanto às questões metodológicas e conceituais empregadas nos estudos sobre as novas formas de expressão do preconceito é relevante e deve ser considerada, a fim de que esses estudos desenvolvam-se de maneira a realmente contribuir para a elucidação desse fenômeno.

A indagação de Camino e colegas toma ainda mais importância, quando percebemos o que as explicações sobre as novas formas de preconceito relacionadas neste trabalho têm em comum. Todas demonstram que o preconceito não desapareceu, mudou de forma devido às pressões sociais. O fenômeno se adequou a novos valores, novas ideologias, novas normas sociais, produzindo uma nova modalidade de pensamento e expressão do preconceito que atende a essa nova realidade.

O sucesso de público que obteve a “Parada Gay de São Paulo” em junho de 2005, atingindo o marco de mais de 1 milhão e meio de participantes, entre pessoas que desfilaram e que foram apenas assistir ao evento, pode estar relacionado a esses novos modelos de expressão do preconceito. Foi documentada pela televisão a presença de muitas famílias que, independentemente de serem GLBTs, estavam lá assistindo ao desfile. Será que essas famílias foram ao evento por serem ao menos simpatizantes, ou foram ver de perto o que para elas seria um “show de ridicularizações...”, o que, de fato, forneceria conteúdo para futuras conversas entre pessoas que compartilham uma representação homossexual estereotipada negativamente?

Preferimos acreditar que, de alguma forma, essa abertura de as pessoas comparecerem a um evento pró-direitos homossexuais seja realmente um passo a frente na questão da discriminação por orientação sexual e, conseqüentemente, uma conquista dos Direitos Humanos. Mas não podemos deixar de relacionar eventos como esse aos resultados de estudos recentes

sobre a expressão do preconceito, que, como diria Camino (2001), ao se apresentar em um contexto que recrimina ações discriminatórias, obriga o pesquisador a elaborar seus instrumentos de pesquisa com muita perspicácia, a fim de que se possa penetrar nessa nova rede de estruturas sociocognitivas que a norma do igualitarismo criou.

2.3 - Infra-humanização: Produto da Emergência de Novas Formas de Expressão do Preconceito

Até aqui, falamos muito em se compreender o preconceito desde suas teorias clássicas até as mais modernas, sendo estas orientadas por um contexto sociocultural que dita o que pode ou não ser revelado. O objetivo deste estudo foi o de verificar se o preconceito contra os homossexuais implica no processo de infra-humanização deles.

Para se compreender o processo de infra-humanização, é necessário desenvolver o entendimento sobre o essencialismo psicológico e como tal atua na categorização social e, conseqüentemente, no fenômeno do preconceito.

2.3.1 - Essencialismo e Infra-humanização

O essencialismo psicológico caracteriza-se pela crença de que objetos naturais e sociais são detentores de essências ou naturezas fundamentais que fazem deles o que eles são. Como tal, constitui uma forma de pensamento que auxilia o processo de categorização e a formação de estereótipos.

Conforme Lima (2002), nessa forma de pensamento, características visíveis e superficiais seriam preditoras de características profundas e invisíveis do objeto. Dessa maneira, podemos

dizer que se referem mais à forma de como o objeto é percebido do que à sua real natureza. O essencialismo psicológico apóia-se na necessidade cognitiva do indivíduo de transcender a informação dada, a fim de melhor compreender dado objeto ou fenômeno social (Allport, 1954).

A atuação do essencialismo psicológico na categorização social fornece pré-julgamentos que irão delinear nossos comportamentos nas nossas relações. Essa tendência em extrair do objeto elementos outros a partir de alguns percebidos contribui na elaboração dos conteúdos que irão determinar nossos preconceitos. A essencialização das diferenças poderá conduzir a sua hierarquização, caracterizando o preconceito e infra-humanizando objetos naturais e sociais.

O fato de a essencialização estar presente entre os grupos, nos leva a crer que ela é base para a formação de categorias e seus conseqüentes grupos sociais, fornecendo, assim, argumentos para a diferenciação entre eles. Para Leyens *et al.* (2000), na perspectiva do essencialismo psicológico, as pessoas tendem a explicar as diferenças entre os grupos pela atribuição a estes de diferentes essências, acreditando, assim, que eles podem definir a natureza dos grupos. E esse fato independe do *status* do grupo. Discursos de grupos dominantes ou de dominados geralmente recorrem a uma visão essencialista, seja para legitimar sua superioridade ou justificar sua inferioridade e assim partir para reivindicações (Haslam & Levy, 2006).

Esse processo, aplicado no campo das percepções e relações intergrupais, alinha-se à construção dos estereótipos sociais, o que, no caso dos homossexuais, se traduz em extrair sua compreensão a partir de uma imagem em que se buscam características que confirmem a hierarquização das diferenças entre eles e os heterossexuais (Haslam & Levy, 2006). Apesar de os estudos de Leyens *et al.* (2000) terem apresentado como resultado que o essencialismo ocorre em todos os grupos, indiferentemente de seus *status*, como anteriormente citado, é com os grupos minoritários que a busca por características essenciais torna-se mais útil, pois para eles representa

uma forma de apreensão, compreensão e justificativa para a argumentação das diferenças sociais que lhes são “impostas”, oferecendo conteúdo para as possíveis reivindicações.

Hirschfeld (1998) é um estudioso do essencialismo na Psicologia Social e é sua perspectiva sobre o processo de essencialização que desperta a idéia, neste estudo, de verificar se o preconceito contra os homossexuais na atualidade apresenta componentes da infra-humanização. Isso porque esse autor concebe o essencialismo não somente como uma necessidade de ir além da informação dada, como sendo somente consequência da lei do mínimo esforço (Allport, 1950), mas defende que algumas categorias sociais estarão mais propensas a esse tipo de categorização, visto que essa tendência à inferência não é sofrida da mesma maneira pelos diversos grupos sociais. Os fatores que favoreceriam alguns grupos serem alvos preferenciais desse fenômeno estariam relacionados aos interesses políticos e de poder que distorcem a percepção social (Lima, 2002).

2.3.2 - Considerações sobre a “essência humana”

Para que possamos compreender como ocorre a infra-humanização, devemos, antes de tudo, tentar definir o que é essa “essência humana” atribuída aos objetos.

Falamos anteriormente que o processo de essencialização quando presente nas relações intergrupais, caracteriza-se sempre pela negação de características para o exogrupo tidas como “essenciais”. Leyens *et al.* (2001) realizaram um estudo para tentar definir o que é para as pessoas essa “essência humana”. A partir de especulações em bares e cafés da França, os pesquisadores chegaram a três características que eram freqüentemente citadas como as mais típicas da natureza humana: inteligência, linguagem e sentimentos. Para verificar esse resultado, Leyens *et al.* (2001) conduziram pesquisas com grupos de estudantes, pedindo-lhes que listassem as características que, para eles, são essencialmente humanas.

Os resultados foram os mesmos das especulações realizadas nos cafés. As emoções apareciam praticamente sempre ao final da lista. Dando continuidade aos estudos nessa área, os estudiosos realizaram uma pesquisa com quatro amostras de países diferentes, a fim de checar a

diferença de atribuição à essência humana entre sentimentos e emoções. Como foi difícil traduzir cada característica nas diversas línguas (Espanhol, Francês, Inglês americano e Holandês), a solução foi determinar que “emoções primárias” seriam aquelas características que não são unicamente humanas e “emoções secundárias” aquelas que são. Os mesmos resultados foram obtidos nas quatro amostras, sendo as “emoções secundárias” realmente mais citadas como características da natureza humana.

As emoções primárias estão baseadas no biológico e são compartilhadas por outros animais. Caracterizam-se por um rápido início, uma curta duração, além de aparecerem muito cedo na vida das pessoas e dos animais (Ekman, 1992; Sroufe, 1979). Alguns exemplos de emoções primárias são raiva, surpresa, medo, alegria, tristeza etc. Estão mais relacionadas a emoções natas, podendo ser pouco influenciadas pela nossa cultura. Já as emoções secundárias resultam de uma associação de novos rótulos de vários aspectos das interações sociais (Kemper, 1987). Frequentemente, elas são uma composição das emoções primárias. Caracterizam-se por ter uma longa duração, ser menos intensas, envolver mais moralidade, cognição e sensibilidade. Além disso, são menos visíveis e surgem mais tarde na vida das pessoas. Enfim, são resultantes do processo de socialização do homem. Alguns exemplos de emoções secundárias são mágoa, desprezo, felicidade, vaidade, admiração etc.

Paladino *et al.* (2002) realizaram estudos sobre o tema nas relações intergrupais e verificaram o esperado: o endogrupo atribui mais “emoções secundárias” para eles, ao passo que o exogrupo recebe menos destas e mais “emoções primárias”.

Lima (2002), em seu estudo sobre “Cor da pele, sucesso, branqueamento e infra-humanização dos negros”, realizou uma pesquisa com o intuito de validar a distinção entre sentimentos, ou emoções secundárias e emoções primárias proposta por Leyens *et al.* (2001). O estudo foi realizado no Brasil, com 559 estudantes universitários, baseado em uma lista com 12

emoções, sendo seis positivas e seis negativas, seis sentimentos e seis emoções. O objetivo dessa pesquisa era, além de validar a distinção entre emoções primárias e secundárias, verificar suas características. Os resultados obtidos validam perfeitamente a distinção teórica proposta por Paladino *et al.* (2002).

Em se tratando de cultura, faz-se necessário que os estudos de Moscovici e Pérez (1999) sobre a infra-humanização como essencialização das diferenças em termos de desculturalização sejam compreendidos. Essa teoria envolve a compreensão do que são considerados “traços naturais” e “traços culturais”, que equivalem respectivamente às chamadas emoções primárias e sentimentos ou emoções secundárias da teoria de Leyens *et al.* (2001), que considera, como visto anteriormente, a infra-humanização como essencialização das diferenças ao nível das emoções. Os primeiros, traços naturais, são definidos por Moscovici e Pérez (1997) como características que podem ser atribuídas tanto aos seres humanos como aos animais, tais como: intuitivo, livre, espontâneo, selvagem, impulsivo... Já os “traços culturais” são aqueles típicos do ser humano, tais como: criativo, leal, fiel, cooperativo, amigável etc; também resultantes do processo de socialização.

Conforme Lima (2002), outras análises podem nos conduzir a outras formas de infra-humanização: a deslegitimação e a despersonalização. A maneira pela qual uma categoria social é deslegitimada tem a ver com a atribuição a ela de menos características essenciais, ou seja, menos características humanas, relegando ao grupo a qualidade de inferior e ilegítimo. O autor cita, como exemplo dessa forma de infra-humanização, os judeus durante o regime nazista de Hitler.

“A despersonalização pode ser analisada em dois níveis, enquanto despersonalização do próprio indivíduo em consequência de sua pertença grupal. (...) A principal consequência comportamental dessa forma de despersonalização é a despresponsabilização, numa situação de grupo os indivíduos podem não se sentir responsáveis pelo seu

comportamento. (...) Existe ainda uma outra forma de despersonalização, que se refere mais ao modo como os indivíduos são percebidos do que ao modo como se comportam em situações grupais. Nessa forma de despersonalização o indivíduo deixa de ser uma pessoa, ao nível das percepções sociais, e passa a ser membro de um grupo.” (Lima, 2002, p.78).

A segunda forma de despersonalização está mais relacionada ao objetivo do presente estudo, isso porque considera o indivíduo como exemplar do seu grupo de pertença, e dessa maneira, ele passa a ser percebido a partir dos estereótipos do seu grupo, implicando em algum grau de infra-humanização do outro.

2.3.3 Análise Empírica da Infra-humanização na Psicologia Social.

Lima (2002) aborda três análises empíricas dos mecanismos de infra-humanização em Psicologia Social. São elas: a negação da capacidade de o exogrupo assumir valores tipicamente humanos e a distinção intergrupar no nível dos valores (Struch & Schwartz, 1989); a relevância dos traços naturais para os grupos racializados em oposição aos traços culturais (Moscovici & Pérez, 1999); e a negação de sentimentos ao exogrupo (Leyens *et al.*, 2001).

Struch e Schwartz (1989) foram os primeiros a estudar a concepção de que certos processos psicológicos são exclusivamente humanos e, sendo assim, diferenciam seres humanos e animais. Para esses autores, a infra-humanização pode ocorrer no nível da diferenciação de valores e, quando é assim, quanto maior o nível de identificação com o grupo de pertença e a percepção de que o exogrupo se diferencia na adoção de valores, maior a infra-humanização do mesmo. Ocorre também no nível da capacidade de expressar valores considerados humanos, tais como compaixão, solidariedade, educação. E, nesse ponto, aproxima-se da diferenciação em nível de traços culturais e sentimentos entre as pessoas e/ou os grupos.

A infra-humanização no nível da desculturalização (Moscovici & Pérez, 1999) já foi explicitada anteriormente. Vale ressaltar que os autores utilizaram um estudo sobre as RS dos ciganos na Espanha, para produzir tal teoria. Os resultados desse estudo demonstraram que, quando os ciganos resistem à adoção da cultura dominante, são descritos pelos não-ciganos com mais adjetivos baseados em traços naturais do que quando se tornam semelhantes aos indivíduos da cultura dominante, nesse caso, os espanhóis.

Conforme analisamos, os estudos de Leyens *et al.* (2001) e Paladino *et al.* (2002) foram fundamentais para revelar os mecanismos de infra-humanização como negação ao exogrupo da expressão de sentimentos. Nosso estudo será baseado nos estudos de Leyens *et al.* (2001) e Moscovici e Pérez (1999), propondo investigar a diferenciação no nível de sentimentos e de traços culturais dos heterossexuais e dos homossexuais, numa condição em que o desempenho profissional seja manipulado experimentalmente (sucesso *vs.* fracasso).

Alguns fatores fundamentais para realização desse estudo foram considerados. Primeiramente, buscamos elaborar nosso instrumento apoiando-nos na forma como o racismo apresenta-se no Brasil. Partimos do suposto que, de forma semelhante ao que acontece na expressão do preconceito racial (Lima, 2002), a expressão de uma visão estereotipada dos homossexuais será influenciada pela norma da meritocracia, ou seja, a atribuição de características para os homossexuais e para os heterossexuais será moderada pela manipulação de cenários que retratam a condição de sucesso ou fracasso profissional do grupo.

A norma da meritocracia sustenta a crença de que as oportunidades são plenas na sociedade e que o sucesso ou o fracasso dos indivíduos e grupos é diretamente proporcional aos seus esforços e talentos, ou seja, ao seu merecimento (Barbosa, 1999).

Conforme Foster e Tsarfati (2005), a crença na meritocracia tem sido comumente definida como uma preferência pelo princípio do mérito, ou uma aceitação desse princípio como uma forma apropriada de distribuição de bens.

A posição ou o *status* relativo de um indivíduo na estrutura social provavelmente é a influência mais importante na sua vida. O *status* determina o acesso aos recursos financeiros e à influência exercida sobre os outros. O *status* profissional é o componente fundamental da posição social e o fator determinante da renda e do padrão de vida das pessoas, e como tal, exerce um papel determinante na forma como as pessoas ou os grupos são avaliados socialmente (Michener,

DeLamater & Myers, 2005). O *status* profissional, numa sociedade que adota a norma da meritocracia, terá um impacto provavelmente maior do que numa sociedade que vive sob a norma do igualitarismo.

Posteriormente, consideramos recentes estudos sobre a expressão do racismo no Brasil (Venturi & Paulino, 1995; Martinez & Camino, 2000:), os quais revelam que as pessoas no nosso país têm uma clara consciência da existência de discriminação racial nas relações sociais, mas não se sentem individualmente responsáveis por essa situação. Apoiando-se nesses estudos, optamos por utilizar o deslocamento das respostas dos participantes, questionando a opinião deles sobre como eles acham que a “sociedade brasileira” percebe o homossexual. Finalmente estabelecemos que, conforme resultados dos estudos recentes sobre a expressão do preconceito nas sociedades ocidentais (Vala, Brito & Lopes, 1999), deveríamos utilizar uma teoria que nos oferecesse condições de perceber novas formas de expressão do preconceito, já que há uma concordância entre os teóricos estudiosos do fenômeno do preconceito (Gaertner & Govídio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999) de que este está assumindo formas de expressão mais sutis e menos flagrantes, buscando atender, assim, às normas anti-racistas vigentes em nossa sociedade. Aqui, introduzimos os indicadores de infra-humanização, a fim de avaliarmos se a expressão do preconceito contra os homossexuais na nossa sociedade apresenta componentes da infra-humanização.

Com base nas considerações acima apresentadas, formulamos a questão fundamental a ser investigada neste estudo: *o que acontece, ao nível da atribuição de sentimentos e traços culturais, quando os homossexuais adotam os valores da meritocracia e são bem sucedidos profissionalmente?*

A nossa hipótese é de que serão atribuídas mais emoções secundárias e traços culturais para o grupo dos heterossexuais do que para o de homossexuais, quando esses últimos se apresentarem com um *status* de fracasso profissional. Acreditamos que a história de fracasso profissional dos homossexuais irá auxiliar na construção de uma imagem negativa do homossexual, como um grupo que não apresenta mérito para ser reconhecido com características semelhantes às dos heterossexuais. Essa imagem, moderada pela norma da meritocracia, fornecerá justificativa para uma menor atribuição de traços culturais e sentimentos ao grupo minoritário.

Já na situação em que o grupo de homossexuais apresenta um *status* de sucesso profissional, a hipótese é que essa condição irá moderar as avaliações dos participantes, igualando a média de atribuições. O raciocínio aqui é complementar ao da hipótese anterior. Acreditamos que o *status* de sucesso profissional irá contribuir para a construção de uma imagem

positiva do grupo de homossexuais, a partir do reconhecimento de que esse grupo adota os valores da norma meritocrática.

A situação neutra, a qual os participantes não entram em contato com histórias de sucesso ou fracasso profissional do grupo minoritário, não irá apresentar diferenças significativas de atribuição de traços culturais ou sentimentos entre os grupos.

Partimos do suposto que a avaliação dos profissionais de recursos humanos será diretamente influenciada pela condição de sucesso profissional que será manipulada neste estudo. Essa afirmação apóia-se na própria conjectura econômica que vivemos. A maior consequência da globalização é a velocidade com que as mudanças acontecem e a competitividade de um mercado aberto. A liderança de produtos e serviços nesse novo cenário será cada vez mais definida pelas organizações que possuem os melhores profissionais desse mercado. Acreditamos que o preconceito ainda existe, mas deverá ser moderado pela norma meritocrática, a qual favorecerá a convivência com o diferente em prol de um objetivo maior, que é a supremacia econômica, ou seja, haverá cada vez mais esforço por parte das empresas em articular as normas igualitárias e meritocráticas, a fim de ampliar suas possibilidades de produzir mais e melhor. A escolha da nossa amostra foi definida a partir dessas hipóteses. Como os participantes do estudo são profissionais que atuam na área de Recursos Humanos, e são eles que, na maioria das vezes, respondem pelo processo de seleção de pessoal nas organizações e estão em contato direto com a avaliação das pessoas conforme seu status profissional, espera-se que a percepção deles sobre os homossexuais seja influenciada pelo *status* de sucesso ou fracasso profissional do grupo. A ausência de pesquisas científicas no Brasil que forneçam dados sobre as desigualdades salariais e de ocupação profissional no nível da orientação sexual, impossibilita a comparação da situação entre homossexuais e heterossexuais no mercado de trabalho, no que se refere à questões mais concretas (salário e posição hierárquica nas empresas). A perspectiva de analisar a visão dos

profissionais de Recursos Humanos sobre o fenômeno do preconceito por orientação sexual fornecerá dados para que se possa melhorar a compreensão de como essa percepção pode influenciar a situação do homossexual profissionalmente, sobretudo no que se refere ao momento da preferência ou preterição para o preenchimento das vagas de trabalho no mercado, de uma maneira geral.

Síntese do Capítulo

Neste capítulo analisamos as teorias clássicas sobre o fenômeno do preconceito bem como suas teorias mais recentes e pudemos verificar que ele muda de forma, mas ainda se faz presente socialmente.

Este estudo irá estabelecer a relação entre homossexualidade e preconceito, buscando responder à questão de como a percepção dos profissionais de Recursos Humanos poderá ser moderada pelo *status* profissional do homossexual.

O processo de infra-humanização, como produto das novas formas de expressão do preconceito poderá atuar nesse contexto de desajustabilidade social, perpetuando a discriminação e não ferindo claramente as normas sociais vigentes. A saliência contextual (sucesso *vs* fracasso) poderá moderar a percepção dos profissionais de Recursos Humanos acerca dos homossexuais, favorecendo ou não uma melhor avaliação do grupo.

Acreditamos que a atribuição aos homossexuais de características infra-humanas poderá influenciar na percepção dos profissionais de Recursos Humanos sobre o grupo, atuando, assim, como um dos determinantes da situação dos homossexuais no mercado de trabalho atual.

Capítulo 3: Métodos, Resultados e Discussão

Este capítulo apresenta os dois estudos empíricos realizados para este trabalho. O objetivo geral desses estudos é analisar a discriminação contra o homossexual a partir de uma análise comparativa da atribuição de características infra-humanas que profissionais da área de Recursos Humanos fizeram para o grupo de homossexuais e heterossexuais, numa condição em que o *status* profissional (sucesso *vs* fracasso) do grupo de homossexuais foi manipulado experimentalmente.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, planejamos a realização de dois estudos. O primeiro foi intitulado “Validação da escala de sentimentos e traços” (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002; Moscovicci & Pérez, 1999). O segundo denominamos “Novas formas do preconceito contra os homossexuais”.

Os estudos estão subdivididos entre métodos, em que serão descritos os participantes, os instrumentos utilizados e o procedimento; na segunda parte, apresentaremos os resultados juntamente com a discussão. Os dois estudos foram constituídos de perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados foi feita por meio do programa estatístico SPSS.

3.1 - Primeiro Estudo: “Validação das escalas de sentimentos e traços”

Os objetivos deste estudo consistem em:

- investigar as características da “essência humana”, objetivando estabelecer referência para a análise do processo de infra-humanização;
- comparar nossos resultados com os do estudo de Leyens *et al.* (2001); Lima (2002) e Moscovici e Pérez (1999) com a finalidade de validação da listagem de adjetivos a ser utilizada no segundo estudo.

3.1.1 - Método

3.1.1.1 - Participantes

No segundo semestre de 2004, foram aplicados 69 questionários em estudantes universitários do curso de Psicologia de uma universidade privada de Goiânia (GO), cuja idade média é igual a 24 anos ($\underline{DP}=7,9$). A amostra foi composta por 86% de mulheres e 14% de homens.

3.1.1.2 - Instrumento

O instrumento desenvolvido para este estudo foi baseado no trabalho de Lima (2002), Leyens *et al.* (2001) e Moscovici e Pérez (1999).

Utilizou-se um questionário com uma lista contendo emoções primárias e secundárias (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002) e traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999). A lista totalizou 36 adjetivos, sendo 12 relativos à escala de emoções e 24 relativos à escala de traços, preocupando-se em manter uma distribuição exata, no que se refere às valências das

características de cada escala. Os adjetivos deveriam ser avaliados numa escala que variava de um (animais) a sete (humanos) sobre quais adjetivos eram mais característicos dos seres humanos e quais eram mais característicos dos animais.

3.1.1.3 - Procedimento

Com autorização prévia dos professores, os estudantes foram convidados a colaborar em um estudo sobre questões sociais.

3.1.2 - Resultados

Primeiramente, para investigar a estruturação da escala utilizada (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999), realizou-se uma análise fatorial, considerando-se apenas cargas fatoriais maiores ou iguais a 0,40.

Os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) indicaram a existência de dois fatores, os quais não se agrupavam conforme a divisão estabelecida pelos autores em emoções primárias e secundárias (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002) e traços naturais e traços culturais (Moscovici & Pérez, 1999). A análise de fidedignidade da escala foi muito baixa (0,68 e 0,64), quando tentamos realizar a divisão dos adjetivos conforme teoria proposta por Leyens *et al.* (2001), ou seja, separar os adjetivos em emoções primárias e emoções secundárias. Já o índice de fidedignidade da escala, quando tentamos seguir a teoria proposta por Moscovici e Pérez (1999), foi bom (alfa=0,74 e 0,74). A Tabela 1 apresenta os resultados da análise fatorial dessa escala.

TABELA 1. Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Emoções Primárias e Secundárias (Leyens *et al.*, 2001).

Análise dos componentes	Cargas Fatoriais	
	F1	F2
Amor		0,71
Medo		0,68
Alegria		0,76
Coragem		0,53
Otimismo	0,68	
Raiva	0,41	
Arrependimento	0,64	
Vigor		
Esperança	0,65	
Desconfiança		
Vergonha	0,53	
Valor Próprio	2,4	2,2
Variância Explicada	20%	18%
Coefficiente de Fidedignidade	0,68	0,64

O baixo índice de fidedignidade da escala de emoções primárias e secundárias (Leyens *et al.*, 2000; Lima, 2002) fez acrescentarmos, no próximo estudo, mais oito emoções, a fim de que a escala pudesse obter um melhor resultado no segundo estudo.

A Tabela 2 apresenta os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) da escala sobre traços naturais e traços culturais.

TABELA 2. Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Traços Naturais e Culturais (Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999)

Análise dos componentes	Cargas Fatoriais	
	<u>F1</u>	<u>F2</u>
Mentiroso	0,59	
Sincero	0,57	
Agressivo	0,45	
Ruidoso	0,62	
Selvagem	0,43	
Conservador	0,69	
Sábio	0,58	
Materialista	0,41	
Competente	0,47	
Desonesto	0,62	
Esperto		0,49
Fisicamente Hábil		0,43
Infantil		0,51
Inteligente		0,47
Intuitivo		0,45
Supersticioso		0,33
Progressista		0,34
Espontâneo		0,56
Impulsivo		0,47
Livre		0,53
Descontrolado		0,65
Dócil		
Civilizado		
Estúpido		0,43
Valor Próprio	3,8	3,6
Variância Explicada	16%	15%
Coefficiente de Fidedignidade	0,74	0,74

A partir desses resultados, decidimos manter os adjetivos da segunda escala e somar oito adjetivos à primeira.

3.1.3 - Discussão

Os resultados desse primeiro estudo corroboram com os resultados de Lima (2002). Nesse estudo, o autor tinha o objetivo de analisar o papel do sucesso social e econômico e da cor da pele dos grupos no racismo e no branqueamento no Brasil. Os resultados evidenciaram, tal como citado anteriormente, que esses indicadores somente têm efeito através da mediação do branqueamento, o qual exerce uma espécie de catalisador das avaliações e percepções dos negros no Brasil. Lima (2002) coloca que esses indicadores de essencialização das diferenças culturais (emoções primárias e secundárias e traços naturais e culturais) podem ser eficazes nos estudos sobre racismo na Europa, mas numa sociedade como a nossa, na qual negros e brancos apresentam-se, ao menos formalmente, integrados culturalmente, esses indicadores não possuem a mesma eficácia para apreensão do fenômeno do preconceito.

Podemos prosseguir à questão levantada por Lima (2002), analisando os dados acima apresentados, sobre como se configura no Brasil a questão do preconceito e da discriminação.

Conforme estudo de Lacerda, Pereira e Camino (2002), em que foram analisadas as formas do preconceito contra os homossexuais, dentro da perspectiva das RS, o fenômeno do preconceito no Brasil apresenta-se tanto de forma flagrante quanto de forma sutil, na mesma proporção. Os resultados dos estudos de Falcão (2004) e de Pereira (2004) vêm corroborar com os resultados de Lacerda, Pereira e Camino (2002), no que se refere a verificação de uma maior expressão do preconceito flagrante contra os homossexuais.

Esses resultados contrariam as teorias desenvolvidas na Europa sobre as novas formas de expressão do preconceito (Gaertner & Dovidio, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1999; Leyens *et al.*, 2000), as quais postulam que o fenômeno do preconceito estaria se modificando, suavizando suas formas de expressão, a fim de corresponder às normas sociais vigentes anti-discriminatórias, favorecendo, assim uma proporção bem superior de expressões sutis de preconceito em relação às expressões flagrantes. Dessa maneira, o processo de infra-

humanização como produto das novas formas de preconceito pode realmente não se fazer presente em um contexto no qual as práticas discriminatórias ainda são mais flagrantes.

3.2 - Segundo Estudo: “Novas formas do preconceito contra os homossexuais”

O objetivo deste estudo consiste em:

- analisar a visão dos profissionais de Recursos Humanos sobre os homossexuais;
- verificar como ocorre a diferenciação no nível de sentimentos e traços culturais entre os homossexuais e os heterossexuais, numa condição em que o *status* profissional (sucesso vs fracasso) dos homossexuais no mercado de trabalho atual seja manipulado experimentalmente.

3.2.1 - Método

3.2.1.1 – Participantes

A amostra deste estudo foi intencional. Ela foi composta por 135 estudantes da área de Recursos Humanos que estavam cursando uma pós-graduação *lato sensu* nesta mesma área, sendo constituído por graduados em Psicologia e Administração de Empresas que ou já estão atuando na área ou planejam atuar na área. A pesquisa foi aplicada em estudantes de três diferentes instituições de ensino privado na cidade de Goiânia (GO).

A maioria dos participantes é do sexo feminino (87%). A idade média desses profissionais é igual a 30 anos ($DP=7,2$).

3.2.1.2 – Instrumento

O instrumento desenvolvido para este estudo foi baseado no trabalho de Lima (2002) e validado no nosso primeiro estudo “Validação da escala de sentimentos e traços”.

Foram utilizados três tipos de questionários. Na primeira página de dois deles, havia diferentes relatos de uma situação sobre o desempenho profissional dos homossexuais em grandes empresas. Em um dos relatos os homossexuais mostravam-se competentes a tal ponto que justificavam a tomada de decisão das organizações de estender aos homossexuais os direitos naturalmente fornecidos aos funcionários heterossexuais, como o benefício do plano de saúde empresarial para o companheiro do funcionário, independentemente de sua orientação sexual. Essa situação estaria relacionada ao sucesso profissional do grupo. Já em relação ao fracasso, o relato anterior às escalas descrevia uma situação em que os homossexuais não conseguiam obter um bom desempenho profissional, mesmo em empresas que também estendiam seus benefícios para os homossexuais, além de adotarem ações contra a discriminação destes no ambiente de trabalho. É importante justificar que a menção, nos relatos, das ações empresariais, tanto relativas à extensão dos benefícios da empresa independentemente da orientação sexual do colaborador, quanto à adoção de práticas que coíbem a discriminação no ambiente de trabalho, tem o objetivo de levar o participante desse estudo a perceber o sucesso ou o fracasso profissional dos homossexuais sem relacioná-lo a uma falha do ambiente organizacional, mas sim a própria capacidade do grupo em desempenhar bem ou não suas tarefas profissionais. Essa preocupação baseia-se na norma da meritocracia, a qual, conforme foi dito, parte do princípio de que mais que as condições sociais e/ou ambientais, as condições individuais, ou seja, o esforço e o mérito individual serão responsáveis pela determinação do *status* de sucesso ou fracasso profissional a que determinados grupos e pessoas irão pertencer. Em um terceiro tipo de questionário, o qual

denominamos neutro, não constava nenhuma história. As duas primeiras questões dos questionários eram duas escalas, descritas a seguir:

Escala de traços naturais e culturais dos referidos estudos de Moscovici & Pérez (1999) para avaliar o preconceito contra os ciganos na Espanha. Utilizamos uma versão adaptada por Lima (2002), validada no nosso primeiro estudo. Foram escolhidos 24 adjetivos de um total de 40 da escala original do estudo de Lima (2002), os quais achamos serem mais pertinentes ao tema investigado. Conservamos o equilíbrio e a valência na definição dos traços, sendo 12 traços naturais, 12 traços culturais, 12 positivos e 12 negativos. Aos participantes era solicitado que indicassem o grau em que, na opinião deles, a sociedade brasileira utiliza os adjetivos da escala para caracterizar os homossexuais e os heterossexuais. O grau para avaliar os adjetivos variava de zero (nada característico) a quatro (totalmente característico). (Veja Anexos A, B e C, Questão 1, para acesso aos itens da escala).

Escala de emoções primárias e secundárias: essa escala foi construída baseada nos estudos realizados por Leyens *et al.* (2001) para avaliar o processo de infra-humanização contra os negros na Europa. Utilizamos uma versão adaptada, validada no nosso 1º estudo. De acordo com o que dissemos, como o alfa da escala no primeiro estudo não foi suficientemente bom, decidimos acrescentar à escala oito adjetivos, com a finalidade de melhorar esse resultado. A escala então, ficou constituída de 20 adjetivos, sendo 10 emoções primárias, 10 emoções secundárias, 10 positivas e 10 negativas. Os participantes indicaram quais emoções eram mais experimentadas pelos homossexuais ou pelos heterossexuais numa escala que variava de um (exclusivamente pelos homossexuais) a sete (exclusivamente pelos heterossexuais). (Veja Anexos A, B e C, Questão 2, para acesso aos itens da escala).

As duas escalas somaram 44 adjetivos, sendo 22 positivos e 22 negativos.

Logo abaixo das duas escalas estavam as perguntas sobre os dados sociográficos (idade, gênero e curso). A penúltima questão estava relacionada à forma como o participante acredita que a sociedade brasileira vê o homossexual. A avaliação poderia variar de um (muito negativa) a sete (muito positiva). Para finalizar o questionário, a última questão perguntava ao participante se ele concorda com a opinião da “sociedade brasileira”.

3.2.1.3 – Procedimento

Com autorização prévia dos professores, os estudantes foram convidados a colaborarem em um estudo sobre questões sociais. O delineamento experimental utilizado foi inter-participantes do tipo 3 (performance social dos grupos: sucesso x fracasso x controle) por 2 (orientação sexual dos grupos: homossexuais x heterossexuais).

3.2.2 - Resultados

3.2.2.1 - Análise preliminar dos dados

A análise preliminar dos dados buscou não só averiguar a porcentagem de casos com valores omissos no conjunto de todas as variáveis, como também detectar possíveis erros de tabulação (Kinnear & Gray, 1999). Procedeu-se, posteriormente, ao estudo exploratório dos dados de forma a avaliarmos os pressupostos essenciais da análise estatística univariada e multivariada: (1) normalidade da distribuição em cada variável, (2) presença de casos *outliers* univariados e multivariados, (3) multicolinearidade e singularidade (Tabachnick & Fidell, 1989; Kinnear & Gray, 1999).

3.2.2.2 - Orientação sexual e a medida de infra-humanização de Moscovici e Pérez (1999) (traços naturais x traços culturais).

Primeiramente, investigou-se a estrutura fatorial da escala de traços naturais e culturais (Lima, 2002), com a realização de uma análise fatorial. Antes de utilizar a análise fatorial, verificou-se a adequação da amostra (Tabachnick & Fidel, 1996). O coeficiente para o teste de esfericidade de Bartlett foi igual a 1.073,544 (276) ($p < 0,001$) e permitiu concluir que a matriz de correlação é adequada para o uso da análise fatorial. A adequação da amostra verificada pelo teste de Kaiser-Meyer-Olkin ($KMO = 0,772$) indicou uma adequação razoável dos dados para a análise fatorial.

Com a indicação de estudos anteriores (Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999), primeiramente efetuaram-se extrações com quatro fatores, aplicando-se o método mais utilizado, chamado fatores principais (*Principal components* - PC) (Kinnear & Gray, 1999). Mas os resultados da análise fatorial indicaram a existência de dois fatores (Tabela 3), sendo que estes não se agruparam conforme a divisão estabelecida em traços naturais e traços culturais (Lima, 2002; Moscovici & Pérez, 1999). Com base na análise dos itens, constatou-se que, de fato, os itens se agruparam de acordo com suas respectivas valências: positiva ou negativa. Quando analisadas as avaliações para os dois grupos, homossexuais e heterossexuais, separadamente (Tabela 3), a estrutura permaneceu muito parecida, com exceção do item supersticioso que para os homossexuais ficou no grupo de avaliação de valência positiva e ao contrário para os heterossexuais.

TABELA 3. Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Traços Naturais e Culturais para os dois Grupos Homossexuais e Heterossexuais.

Itens	Homossexuais		Heterossexuais	
	F1	F2	F1	F2
Competente	0,70		0,79	
Inteligente	0,68		0,72	
Sincero	0,67		0,67	
Sábio	0,62		0,77	
Espontâneo	0,61		0,55	
Intuitivo	0,59		0,56	
Civilizado	0,55		0,81	
Dócil	0,53		0,53	
Livre	0,53		0,45	
Progressista	0,51		0,64	
Fisicamente hábil	0,48		0,55	
Esperto	0,42		0,70	
Conservador	0,34		0,42	
Supersticioso	0,51			0,44
Estúpido		0,75		0,76
Agressivo		0,68		0,69
Selvagem		0,66		0,66
Descontrolado		0,65		0,63
Desonesto		0,65		0,47
Mentiroso		0,65		0,64
Impulsivo		0,58		0,50
Ruidoso		0,58		0,60
Materialista		0,48		0,49
Infantil		0,42		0,58
	Valência positiva	Valência negativa	Valência positiva	Valência negativa
Aspecto avaliado				
Número de itens	14	10	13	11
Valor Próprio	5,7	3,4	7,5	2,7
Variância Explicada	24%	14%	31%	11%
Coeficiente de Fidedignidade (Alfa de Cronbach)	0,82	0,82	0,88	0,83

Quanto maior a saturação, ou a carga fatorial do item, mais importante é aquele item na contribuição da medida. Conforme Pasquali (1999), a carga mínima exigida é de 0,30. Na escala utilizada, todos os itens obtiveram cargas fatoriais acima de 0,40, com exceção de um fator

(0,34), e somente em um dos grupos. Também itens com cargas fatoriais acima de 0,50 são considerados bons representantes comportamentais do fator ou escala (Pasquali, 1999). Nesse caso, nos dois grupos, homossexuais e heterossexuais, 79.2 % dos itens obtiveram essa marca.

Quanto à fidedignidade, os índices foram altos (alfa de Cronbach entre 0,82 e 0,88), o que nos permitiu verificar que a escala utilizada mediu o fenômeno a que se propôs, o que possibilitaria uma maior precisão na análise dos nossos resultados. Fazemos essa afirmação porque, ao tratarmos da validade de um teste, estamos tratando de características que ele deve possuir para se mensurar o fenômeno estudado com os mesmos sujeitos ou outros, em ocasiões diferentes, garantindo a precisão instrumental com um coeficiente de fidedignidade próximo a 1. Para isso, utilizamos o *Alfa de Cronbach* como critério de consistência psicométrico (Anastasi & Urbina, 2000; Cronbach, 1990; Kerlinger, 1980; Richardson, 1999). O *Alfa de Cronbach* (α) é um dos indicadores psicométricos mais utilizados para verificar a fidedignidade ou validade interna do instrumento, o qual deverá apresentar um alfa igual a 1. Dessa maneira, quanto mais próximo estiver desse número, melhor será sua precisão. Isso significa que os itens são homogêneos em sua mensuração e produzem a mesma variância (Kline, 1994; Pasquali, 1997; 2001; Tabachnick & Fidell, 1996), caracterizando uma segurança para a medida do fenômeno que se quer avaliar.

3.2.2.3 - Análise estatística do teste das hipóteses

O teste estatístico indicado para a análise dos dados é a *mixed factorial ANOVA*, disponível no pacote estatístico SPSS, a partir do *General Linear Model – GLM - Repeated Measures* (Tabachnick & Fidell, 1996; Kinnear & Gray, 1999), pois se trata de um desenho de pesquisa fatorial, tipo 3 x 2, em que a variável dependente é medida entre grupos e inter-sujeitos. Destarte, a variável dependente, atribuição dos traços, foi feita para os dois grupos, homossexuais

e heterossexuais, pelo mesmo sujeito, mas em alguma das três situações experimentais: sucesso, fracasso ou neutro (Tabela 4). O procedimento é o mais indicado porque, para verificação da hipótese nula, é necessário analisar o efeito das variáveis independentes inter-participantes do tipo 3 (situação de desempenho social dos grupos: sucesso x fracasso x neutro) por 2 (orientação sexual dos grupos avaliados: homossexuais x heterossexuais), sobre a variável dependente (atribuição dos traços).

TABELA 4. Distribuição dos sujeitos na pesquisa.

		Avaliação	
		Homossexuais	heterossexuais
Grupos experimentais	Sucesso	Grupo 1	Grupo 1
	Fracasso	Grupo 2	Grupo 2
	Neutro	Grupo 3	Grupo 3

Como a análise fatorial ordenou a escala em dois fatores (positivos e negativos), decidiu-se realizar duas *mixed factor* ANOVAs. Uma para comparar o efeito das variáveis independentes em relação à atribuição de características positivas entre os homossexuais e os heterossexuais. E outra para verificar o efeito das variáveis independentes na variável dependente em relação à atribuição de características negativas para os dois grupos.

Foram considerados 2 x 3 fatores, grupo por orientação sexual x situação experimental, com as medidas repetidas no 1º fator. Os testes significativos foram seguidos de testes univariados. Primeiro analisando quais as variáveis que contribuem para as diferenças significativas identificadas pelos testes, através de ANOVA(s) independentes para cada variável, recorrendo-se ao teste *pos-hoc* de *Bonferroni*.

O efeito das variáveis independentes sobre o conjunto e variáveis dependentes foi calculado pela da fórmula do *Lambda de Wilks*. Quanto menor for o valor do Lambda, maior será o efeito da variável independente sobre a combinação das variáveis dependentes. Apesar de essa análise testar uma única VD, o cálculo do Lambda será apresentado para confirmar os outros achados, verificando o tamanho do efeito da influência da situação de sucesso ou fracasso sobre a diferença de atribuição dos traços para os grupos, em função das suas diferentes orientações sexuais.

3.2.2.4 - Avaliação positiva

A seguir serão apresentados os resultados que mostram o teste de hipóteses. Muitas das análises apresentadas no *output* referem-se a análises de pressupostos estatísticos e podem ser ignoradas ao se apresentarem os resultados (Kinnear & Gray, 1999).

Os quadros (3 a 6) abaixo mostram os principais resultados (*output*) do teste de *mixed factor* ANOVA realizado pelo pacote estatístico, versão 12.0, realizado para verificar os efeitos da orientação sexual (*factor1*) e da situação experimental (*tipoques*) na avaliação positiva.

QUADRO 3. Multivariate Tests(b).

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
factor1	Pillai's Trace	,090	13,120(a)	1,000	132,000	,000
	Wilks' Lambda	,910	13,120(a)	1,000	132,000	,000
	Hotelling's Trace	,099	13,120(a)	1,000	132,000	,000
	Roy's Largest Root	,099	13,120(a)	1,000	132,000	,000
factor1 * tipoques	Pillai's Trace	,008	,519(a)	2,000	132,000	,596
	Wilks' Lambda	,992	,519(a)	2,000	132,000	,596
	Hotelling's Trace	,008	,519(a)	2,000	132,000	,596
	Roy's Largest Root	,008	,519(a)	2,000	132,000	,596

QUADRO 4. ANOVAs para as avaliações positivas dos grupos homossexuais e heterossexuais e para a interação com as situações experimentais (Tests of Within-Subjects Contrasts).

Source	factor1	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Factor1	Linear	2,608	1	2,608	13,120	,000
Factor1 * tipos	Linear	,206	2	,103	,519	,596
Error(factor1)	Linear	26,234	132	,199		

QUADRO 5. ANOVAs para as situações experimentais (Tests of Between-Subjects Effects).

Source	Type III Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Intercept	1269,051	1	1269,051	1792,378	,000
tipos	4,496	2	2,248	3,175	,045
Error	93,460	132	,708		

QUADRO 6. Comparações dos pares das situações experimentais com o teste de *Bonferroni* para as avaliações positivas.

(I) situação	(J) situação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
Sucesso	fracasso	-,3157(*)	,12543	,039	-,6199	-,0116
	neutro	-,1449	,12543	,750	-,4491	,1592
Fracasso	sucesso	,3157(*)	,12543	,039	,0116	,6199
	neutro	,1708	,12543	,527	-,1334	,4750
Neutro	sucesso	,1449	,12543	,750	-,1592	,4491
	fracasso	-,1708	,12543	,527	-,4750	,1334

A análise descritiva (Tabela 5, Figuras 1 e 2) dos grupos apresenta as diferenças das avaliações nas três situações experimentais e nas duas avaliações. O GLM revelou efeito global significativo das avaliações de homossexuais e heterossexuais, relativas à atribuição de características positivas feita pelos profissionais de RH em função das situações de sucesso, fracasso ou neutro, *Lambda de Wilks* = 0,910, $F = 13,120$, $p = 0,000$.

Os resultados das avaliações positivas indicam que houve diferença significativa entre os dois grupos ($F = 13,120$, $p = 0,000$), sendo os heterossexuais melhor avaliados em todas as situações. O teste realizado também revelou que não há interação entre a avaliação e a situação ($F = 0,519$, $p = 0,596$), isto é, os heterossexuais foram melhor avaliados em todas as situações.

Quanto ao efeito da situação experimental, os resultados indicam que houve efeito, apresentado na diferença entre os grupos experimentais ($F = 3,175$, $p = 0,045$). Comparações dois-a-dois através do teste *pos-hoc* de *Bonferroni* revelam que a diferença na atribuição de características positivas foi significativa entre as situações de sucesso e fracasso ($p < 0,05$). Na situação de fracasso, as avaliações foram mais altas.

TABELA 5. Média (e desvio padrão) das Avaliações de Características Positivas para os Homossexuais e Heterossexuais Apresentadas nas três Situações Experimentais

	Homossexual	Heterossexual
Sucesso	1,92 (0,70) ^a	2,10 (0,79) ^b
Fracasso	2,26 (0,60) ^a	2,40 (0,61) ^b
Neutro	2,02 (0,65) ^a	2,29 (0,68) ^a
Total	2,06 (0,66)	2,26 (0,70)

Nota: as médias que não compartilham o mesmo subscrito, representam diferenças significativas a $p < 0,05$ no teste de *Bonferroni*

Na Figura 1, as três retas conectam as situações sucesso, fracasso e neutro. Como as linhas não se cruzam, podemos interpretar que não houve interação entre as situações e as avaliações, mas podem-se observar os efeitos separados, demonstrado que as médias de avaliação para os dois grupos são significativamente diferentes para as situações de sucesso e fracasso entre

as avaliações dos participantes. Na Figura 2, fica evidente que as avaliações são mais favoráveis para os heterossexuais em todas as situações.

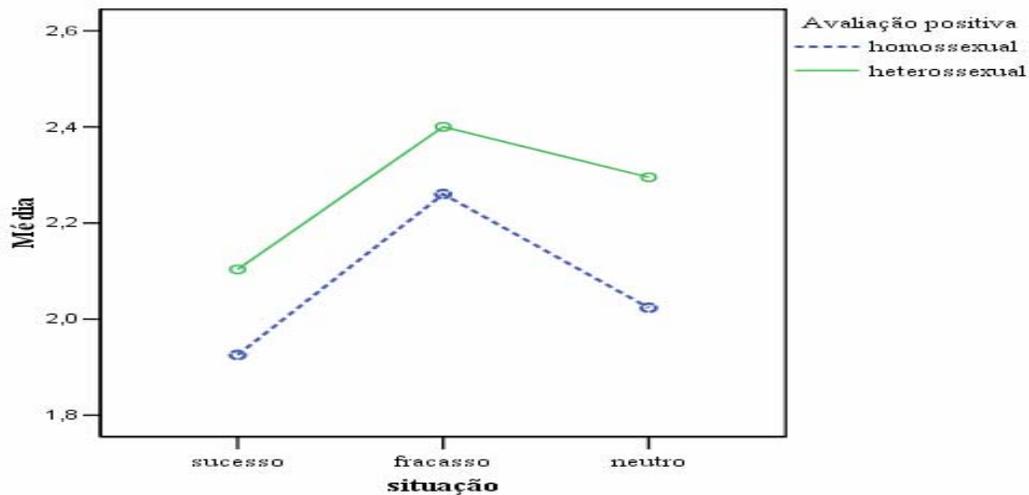


FIGURA 1. Gráfico de linha da interação da avaliação positiva dos grupos heterossexuais e homossexuais x a situação experimental de sucesso, fracasso e neutro.

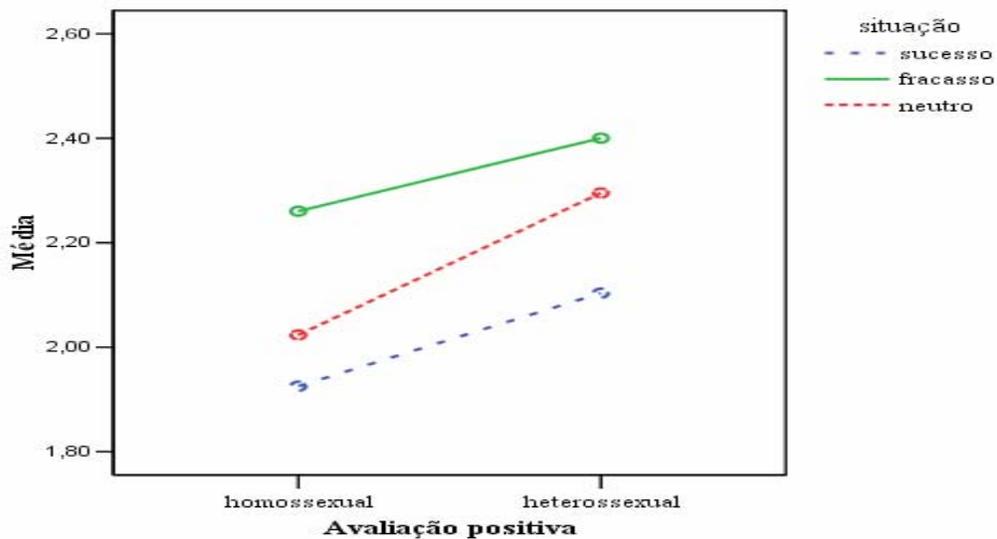


FIGURA 2. Gráfico de linha das situações experimentais em função da avaliação positiva dos grupos homossexuais e heterossexuais.

3.2.2.5 - Avaliação negativa

Os quadros (7 a 10) seguintes mostram os principais resultados no teste realizado, para verificar os efeitos da orientação sexual (*factor1*) e da situação experimental na avaliação negativa (*tipoques*).

QUADRO 7. Multivariate Tests(b).

Effect		Value	F	Hypothesis df	Error df	Sig.
factor1	Pillai's Trace	,010	1,337(a)	1,000	132,000	,250
	Wilks' Lambda	,990	1,337(a)	1,000	132,000	,250
	Hotelling's Trace	,010	1,337(a)	1,000	132,000	,250
	Roy's Largest Root	,010	1,337(a)	1,000	132,000	,250
factor1 * tipoques	Pillai's Trace	,009	,621(a)	2,000	132,000	,539
	Wilks' Lambda	,991	,621(a)	2,000	132,000	,539
	Hotelling's Trace	,009	,621(a)	2,000	132,000	,539
	Roy's Largest Root	,009	,621(a)	2,000	132,000	,539

QUADRO 8. ANOVAs para as avaliações negativas dos grupos homossexuais e heterossexuais e para a interação com as situações experimentais (Tests of Within-Subjects Contrasts)

Source	factor1	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
factor1	Linear	,372	1	,372	1,337	,250
factor1 * tipoques	Linear	,346	2	,173	,621	,539
Error(factor1)	Linear	36,753	132	,278		

QUADRO 9. ANOVAs para as situações experimentais (Tests of Between-Subjects Effects).

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Intercept	896,682	1	896,682	1217,496	,000
tipoques	4,841	2	2,421	3,287	,040
Error	97,218	132	,736		

QUADRO 10. Comparações dos pares das situações experimentais com o teste de *Bonferroni* para as avaliações negativas (Multiple Comparisons).

(I) situação	(J) situação	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
Sucesso	fracasso	-,3211(*)	,12793	,040	-,6314	-,0109
	neutro	-,2183	,12793	,271	-,5286	,0919
Fracasso	sucesso	,3211(*)	,12793	,040	,0109	,6314
	neutro	,1028	,12793	1,000	-,2074	,4130
Neutro	sucesso	,2183	,12793	,271	-,0919	,5286
	fracasso	-,1028	,12793	1,000	-,4130	,2074

A análise descritiva das avaliações negativas (Tabela 6, Figuras 3 e 4) dos grupos apresenta as diferenças nas três situações experimentais e nas duas avaliações. O GLM não revelou efeito global significativo das avaliações de homossexuais e heterossexuais, relativas à atribuição de características negativas pelos profissionais de RH, em função das situações de sucesso, fracasso ou neutro, *Lambda de Wilks* = 0,990, $F = 1,337$, $p = 0,250$. Isso indica que a diferença entre as avaliações negativas dos dois grupos não foi estatisticamente diferente, confirmado com a ANOVA independente ($F = 1,227$, $p = 0,250$).

Os resultados dos testes univariados para os efeitos das interações entre a avaliação dos dois grupos e a situação ($F = 0,621$, $p = 0,539$) indicam que também não há interação.

Os resultados indicam que houve efeito da situação experimental. As avaliações foram diferentes estatisticamente ($F = 3,287$, $p = 0,040$). Comparações dois-a-dois através do teste *post-hoc* de *Bonferroni* revelam que a diferença na atribuição de características negativas foi significativa entre as situações de sucesso e fracasso ($p < 0,05$). Na situação de fracasso, as avaliações foram mais altas.

TABELA 6. Média (e desvio padrão) das Avaliações de Características Negativas para os Homossexuais e Heterossexuais Apresentadas nas três Situações Experimentais

	Homossexual	Heterossexual
Sucesso	1,65 (0,85) ^a	1,57 (0,71) ^b
Fracasso	1,88 (0,62) ^a	2,00 (0,60) ^b
Neutro	1,81 (0,80) ^a	1,90 (0,64) ^a
Total	1,78 (0,76)	1,82 (0,67)

Nota: As médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas a $p < 0,05$ no teste de *Bonferroni*

Nos gráficos (Figuras 3 e 4), as três retas conectam as situações sucesso, fracasso, e neutro. Apesar de as linhas se cruzarem, sugerindo uma interação entre as situações e as avaliações, esta não foi estatisticamente comprovada. Apesar de a diferença não ser estatisticamente significativa, há uma tendência de os homossexuais receberem médias mais baixas de atribuição de traços negativos. A única situação em que os homossexuais recebem uma média maior é a situação de sucesso.

Pode-se observar o efeito separado da situação experimental, demonstrando que as médias de avaliação para os dois grupos são significativamente diferentes nas situações de sucesso e fracasso. Na de fracasso, os heterossexuais passam a apresentar média maior. Na situação neutra, não há efeito significativo entre as médias, tal como era esperado neste estudo.

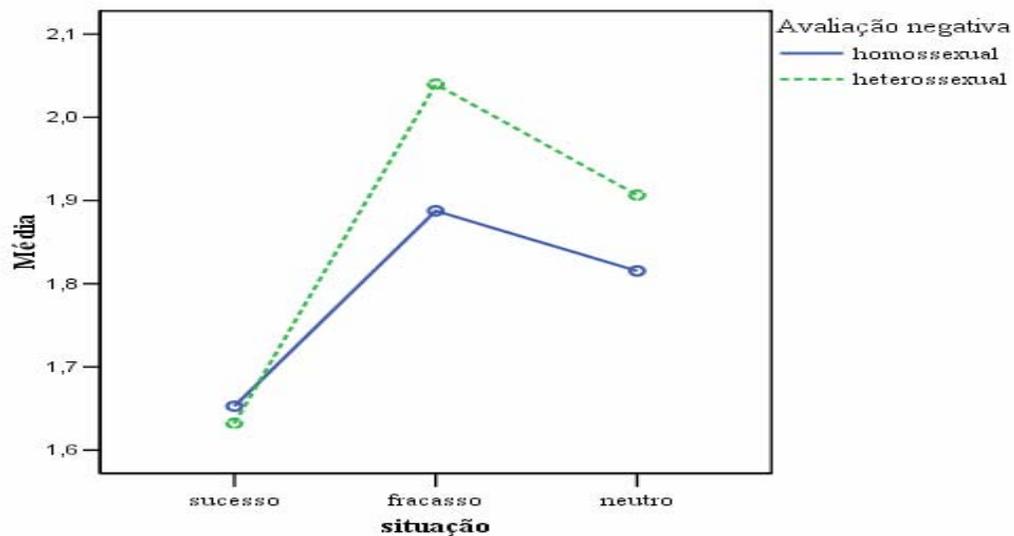


FIGURA 3. Gráfico de linha da interação das situações experimentais em função da avaliação negativa para os grupos homossexuais e heterossexuais.

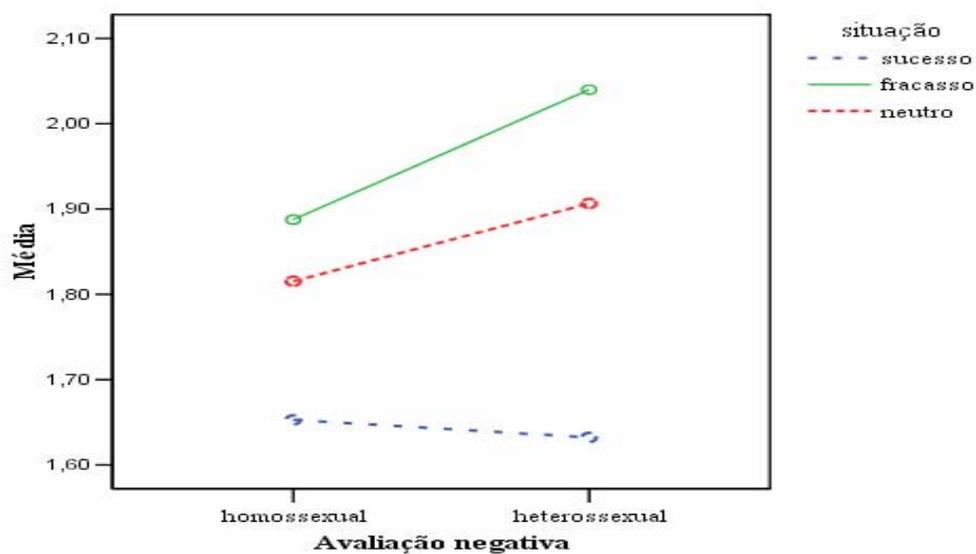


FIGURA 4. Gráfico de linha da interação das situações experimentais em função da avaliação negativa dos grupos quanto à orientação sexual.

3.2.3 Discussão

3.2.3.1 Discussão dos resultados da Escala de traços naturais e culturais (Moscovici & Pérez, 1999; Lima, 2002).

Os resultados acima apresentados não confirmaram as hipóteses deste trabalho, por indicar a ausência do fenômeno da infra-humanização na atribuição dos traços aos grupos de homossexuais e de heterossexuais neste estudo. Conforme foi dito, a divisão estabelecida pela análise fatorial ocorreu entre dois fatores relacionados às valências dos traços: positivos e negativos. Provavelmente, a posição de Lima (2002) sobre a não-validade dos indicadores de essencialização das diferenças culturais (traços naturais e culturais) em uma sociedade como a brasileira encontra confirmação nesses resultados.

A atribuição de características positivas aos heterossexuais em todas as situações foi significativamente superior à atribuição positiva feita aos homossexuais. Já a diferença de atribuição de traços negativos foi estatisticamente significativa para os dois grupos, nas situações de sucesso e fracasso, sendo curiosamente maior para o grupo de heterossexuais. Esses resultados corroboram com os resultados de outros autores citados anteriormente (Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999, Dovídio *et al.*, 1989; Camino *et al.*, 2001) que, buscando investigar as formas mais sutis que a expressão do preconceito assume nas sociedades ocidentais, verificaram que atualmente uma maior atribuição de traços positivos para o próprio grupo sobrepõe-se a atribuição de traços negativos para o outro grupo.

O estudo de Vala, Brito e Lopes (1999) realizado com 435 cidadãos portugueses tinha como objetivo comparar o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e imigrantes negros. Os resultados revelaram que os portugueses atribuíram mais traços positivos

para descrever a si mesmos do que para descrever os imigrantes. Em relação à atribuição de traços negativos, os resultados não foram significativos. Houve ainda uma surpresa nos resultados apontando uma maior atribuição de traços negativos para o endogrupo. No presente trabalho, a atribuição de características negativas teve uma média significativa superior para os heterossexuais.

Os resultados deste estudo também estão coerentes aos pressupostos das novas teorias sobre o fenômeno do preconceito (Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995), as quais postulam que, após a formulação de leis que proíbem as práticas discriminatórias, o preconceito adquiriu formas mais sutis de expressão.

3.2.3.2. Orientação sexual e medida de infra-humanização (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002)

Para investigar a estruturação da segunda escala utilizada (Leyens *et al.*, 2001), realizou-se uma análise fatorial (pelo método dos eixos principais), tal como foi feito para a análise da escala anterior, considerando apenas cargas fatoriais maiores ou iguais a 0,40. A tabela 7 apresenta os resultados dessa análise.

TABELA 7. Cargas Fatoriais, Valor Próprio, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Emoções Primárias e Secundárias (Leyens *et al.*, 2001) – 2º estudo

Análise dos componentes	Cargas Fatoriais	
	F1	F2
Amor	0,69	
Alegria	0,7	
Otimismo	0,58	
Arrependimento	0,64	
Esperança	0,59	
Coragem	0,6	
Felicidade	0,76	
Paixão	0,76	
Prazer	0,65	
Medo		0,43
Inveja		0,307
Raiva		0,64
Vigor		0,45
Desconfiança		0,63
Vergonha		0,76
Irritação		0,71
Melancolia		0,69
Compaixão		0,406
Aversão		0,52
Ressentimento		0,301
Valor Próprio	5,3	2,8
Variância Explicada	26%	14%
Coefficiente de Fidedignidade	0,82	0,71

Os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) indicaram a existência de dois fatores, que não se agrupavam conforme a divisão estabelecida pelos autores (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002) em emoções primárias e emoções secundárias. Os dois fatores resultantes dessa análise fatorial apresentaram respectivamente alfas = 0,82 e 0,71. O primeiro fator continha oito itens e o segundo 12 itens. Nomeamos de emoções positivas e emoções negativas esses fatores, respectivamente.

A realização do teste ANOVA revelou que houve efeito da situação experimental na avaliação de duas emoções: amor ($F = 4,65$, $p = 0,011$) e arrependimento ($F = 3,48$, $p = 0,033$). Comparações dois-a-dois através do teste *pos-hoc* de *Bonferroni* revelam que a diferença na

média das avaliações foi significativa entre as situações de sucesso e neutro, tanto para a emoção amor ($p = 0,019$) quanto para a emoção arrependimento ($p = 0,035$). Na situação neutra as médias das avaliações foram mais altas (4,38 e 4,18, respectivamente), indicando, assim, estarem mais atribuídas aos heterossexuais. Já na situação de sucesso, as médias das avaliações foram bem medianas (3,78 e 3,50, respectivamente).

TABELA 8. Média (e desvio padrão) das Avaliações das Emoções para Homossexuais e Heterossexuais

	N	Média	Desvio Padrão
AMOR	135	4,16	1,05
MEDO	134	3,53	1,18
INVEJA	133	3,57	1,23
ALEGRIA	135	3,87	,94
OTIMISMO	134	3,94	,91
RAIVA	133	3,77	1,10
ARREPENDIMENTO	134	3,79	1,27
VIGOR	131	4,02	1,38
ESPERANÇA	133	3,76	1,21
DESCONFIANÇA	134	3,81	1,32
VERGONHA	135	3,54	1,38
CORAGEM	135	3,69	1,12
FELICIDADE	134	3,95	1,05
IRRITAÇÃO	135	3,90	1,16
MELANCOLIA	134	3,51	1,31
PAIXÃO	135	3,85	1,06
COMPAIXÃO	133	3,68	1,30
AVERSÃO	134	3,99	1,67
RESSENTIMENTO	135	3,64	1,33
PRAZER	135	4,02	1,08
Valid N (listwise)	122		

Nota. A expressão de emoções varia de 1 (Exclusivamente pelos homossexuais) a 7 (Exclusivamente pelos heterossexuais).

3.2.3.3 Discussão dos Resultados da escala de emoções primárias e secundárias (Leyens *et al.*, 2001; Lima, 2002)

A nossa hipótese de que os participantes atribuiriam mais emoções secundárias para os heterossexuais não foi confirmada. Esse resultado confirma os dados da escala anteriormente

analisada, pois aqui também temos dados que indicam que o processo da infra-humanização não se faz presente na expressão das novas formas do preconceito no contexto brasileiro.

A situação experimental teve efeito somente em duas das 20 emoções apresentadas nessa escala: o amor ($M = 4,16$) e arrependimento ($M = 3,79$), ambas emoções secundárias.

Para Leyens *et al.* (2000), um grande número de pesquisas revela que o favoritismo pelo próprio grupo reflete mais uma proteção interna do grupo que um ataque aos outros grupos (Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman & Rust, 1993; Sears, 1988 e Smith, 1993). Uma das novas formas de favoritismo *ingroup* é a maior atribuição de emoções secundárias para o próprio grupo. O amor é considerado uma emoção secundária e, como tal, é restrita ao ser humano. A relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo pode ser tolerada socialmente (Trevisan, 2004), mas necessariamente não implica a aceitação do amor nessa relação. Resguardar o sentimento “amor” para as relações heterossexuais, poderia atender a questão acima levantada por Leyens *et al.* (2000), de proteger o grupo dos heterossexuais.

Para Herek (2000), a orientação sexual não está simplesmente relacionada ao sexo. Devido à atração e à expressão sexuais serem importantes componentes das relações românticas, a orientação sexual está integralmente ligada aos laços íntimos que as pessoas formam umas com as outras para satisfazer suas necessidades de amor, afeição e intimidade. Pode-se construir, a partir daqui, uma discussão sobre como a percepção das pessoas sobre o amor e o sexo implica na negação da possibilidade de existência do amor nas relações homossexuais. Uma das conseqüências do homossexual que decide assumir sua orientação sexual é a de ser visto, a partir de então, de forma mais sexuada pela sociedade. Herek (2002) explica que um heterossexual que nunca teve uma experiência sexual (decidiu esperar o casamento, fez um voto de celibato...) ou que deseja não ter relações sexuais por um longo tempo (escolha, perdeu a esposa/marido...) é da mesma forma visto como heterossexual pela sociedade. A partir da mesma lógica, um indivíduo

pode se identificar como homossexual, gay ou lésbica, e ainda não ter tido experiências sexuais por uma variedade de razões. Conforme Herek (2002), a identidade homossexual é primeiramente considerada pelas pessoas em termos sexuais. Provavelmente esse fato pode colaborar para que as pessoas tenham “preservado” o sentimento amor para distinguir as relações entre homossexuais e heterossexuais, atribuindo mais a experiência dessa emoção secundária para o grupo de heterossexuais, o qual, então, representaria as relações em um nível mais elaborado de conduta humana, menos impulsivo e sexual.

Outra questão que pode ser levantada em relação a esse resultado está relacionada à influência das grandes histórias de amor inventadas para o teatro e o cinema (“Romeu e Julieta”; “Cinderela”, “A Branca de Neve e os sete anões”), que, apesar de serem criadas para entreter, influenciam nossos pensamentos e acabam por moldar nossas crenças a respeito do amor e dos relacionamentos (Michener, DeLamater & Myers, 2005). Dentre essas grandes histórias não há caso de amor entre pessoas do mesmo sexo, favorecendo, assim, a percepção do amor como sentimento presente nas relações heterossexuais e não suscitando referências de como este sentimento atua no que se refere à relação homossexual.

A emoção arrependimento também é uma emoção secundária e a atribuição desse sentimento foi tida como mais experienciada pelos heterossexuais pelo grupo controle. A teoria de Leyens *et al.* (2001) sobre a atribuição de emoções secundárias para endogrupos e exogrupos afirma que a atribuição de mais sentimentos para o próprio grupo independe da valência desses sentimentos. A teoria da infra-humanização define que o processo de diferenciação intergrupar ocorra a partir da caracterização do grupo de fora como menos humano, ou seja, como tendo menos emoções secundárias. Apesar disso, no presente estudo, a emoção secundária arrependimento agrupou-se aos fatores positivos da escala. Assim, tanto o amor, quanto o arrependimento constituem neste trabalho sentimentos positivos os quais foram mais atribuídos

aos heterossexuais, principalmente na situação controle. Não dispomos de hipótese explicativa para a maior atribuição do sentimento arrependimento aos heterossexuais, neste trabalho.

3.2.3.4. “Sociedade brasileira” x “Indivíduo brasileiro”: a desresponsabilização pelo fenômeno do preconceito

Os resultados das duas últimas questões do questionário revelam um aspecto interessante sobre a manifestação do preconceito no Brasil, igualmente já verificado nos estudos de Camino *et al.* (2001), Pereira, Torres e Almeida (2003) e Venturi e Paulino (1995). Tomados em conjunto, esses estudos resultaram na constatação de que “o discurso ideológico que organiza as relações raciais no Brasil descreve uma dissociação cognitiva cuja característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas atribuindo a responsabilidade do preconceito a uma abstração: a sociedade brasileira” (Pereira, Torres & Almeida, 2003, p.99).

Os nossos resultados também corroboram para a conclusão acima citada. A realização de uma ANOVA mostrou que não houve efeito significativo nas avaliações dos participantes em função das situações de sucesso e fracasso. As avaliações dos participantes em relação à forma como eles acham que a sociedade brasileira vê o homossexual teve $M = 2,52$ ($DP = 1,27$), ou seja, acreditam que a percepção da sociedade brasileira sobre o homossexual seja mais negativa. Já quando questionados quanto à concordância deles com a opinião dessa “sociedade”, lembrando que é a mesma sociedade da qual ele faz parte, a média foi de $2,84$ ($DP = 1,97$), ou seja, ele está bem próximo do “discordo totalmente”.

O estudo de Camino *et al.* (2001) tinha como objetivo demonstrar a dissociação cognitiva que permite que, no Brasil, as pessoas concordem com a existência do preconceito, ao mesmo tempo em que negam ser preconceituosas. Para consecução de tal objetivo aplicou 120

questionários em estudantes de uma Universidade da Paraíba. No instrumento utilizado havia uma questão em que o participante era solicitado a escolher uma de três opiniões sobre o preconceito no Brasil. Entre estas havia a opção de concordar em ser preconceituoso e avaliar a sociedade brasileira como preconceituosa também; considerar a sociedade preconceituosa, mas não ele individualmente; ou negar o preconceito na sociedade brasileira e em si mesmo. A grande maioria dos estudantes (82%) escolheu a alternativa do meio, que atribui a responsabilidade da existência do preconceito no Brasil a uma abstração, visto que os participantes individualmente não se consideram preconceituosos. Outro resultado interessante para o presente estudo sobre o trabalho de Camino *et al.* (2001) é a questão da atribuição de adjetivos para brancos e negros. Os estudantes atribuíram mais adjetivos positivos aos negros que aos brancos, com exceção da característica inteligente. Já a “sociedade brasileira” os adjetivos positivos foram mais atribuídos para os brancos e mais características negativas foram atribuídas para os negros.

Utilizamos, neste estudo, o deslocamento “sociedade brasileira”, a fim de verificar se esse seria um fator que diminuísse a pressão do politicamente correto, além de medir a contradição implícita desta teoria. Neste trabalho, a atribuição de características positivas foi maior para os heterossexuais em todas as situações, ou seja, o favoritismo pelo grupo de heterossexuais ocorreu conforme previsto nas novas teorias sobre o preconceito (Kinder & Sears, 1981; Pettigrew & Meertens, 1995).

A atribuição do preconceito a uma abstração - a “sociedade brasileira” -, ao mesmo tempo em que justifica a realidade das minorias discriminadas, desresponsabiliza as pessoas pela situação desses grupos alvos da marginalização e da exclusão social. Dessa forma, o brasileiro corresponde à norma do politicamente correto e à crença da democracia racial e ainda justifica seus atos de discriminação (que podem ocorrer em situações em que o discurso justificador esteja presente – Pereira, Torres & Almeida, 2003), além de explicar a situação das minorias no Brasil.

Capítulo 4 – Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi o de investigar o preconceito contra os homossexuais. Partimos do suposto que o preconceito contra esse grupo minoritário poderia ser investigado com base nas idéias defendidas por Leyens *et al.* (2001), Moscovici e Pérez (1999) e Lima (2002) de que a expressão do preconceito na atualidade pode apresentar componentes de infra-humanização.

A infra-humanização como processo de essencialização das diferenças foi avaliada, neste estudo, a partir da análise de uma menor atribuição de traços culturais e sentimentos aos homossexuais na avaliação dos profissionais de recursos humanos. Apesar de os resultados não indicarem a presença de componentes de infra-humanização no preconceito contra os homossexuais, eles apontaram para uma diferenciação significativa na atribuição de características positivas e negativas entre os grupos.

A decisão de utilizar a infra-humanização para estudar o preconceito contra o homossexual baseou-se em duas razões principais. Primeiramente, conforme proposta de Camino *et al.* (2001), deve-se buscar elaborar uma metodologia para apreensão do preconceito, levando em consideração o contexto das normas igualitárias ao qual estamos socialmente submetidos. Dessa forma, o preconceito não pode ser expresso abertamente e, ao invés de diminuir de fato, busca formas de expressão que não venham ferir as normas anti-racistas vigentes. A segunda razão relaciona-se à questão da infra-humanização ser um produto das novas formas do preconceito, pois tem em seu mecanismo o favoritismo pelo próprio grupo e a não-derrogação pelo outro grupo. A diferença de atribuição intergrupar no processo de infra-humanização suporta-se na negação ao exogrupo de características unicamente humanas (sentimentos e traços

culturais), mais do que da atribuição destas em função da valência: positiva e negativa (Leyens *et al.*, 2000; 2001; 2003). A introdução das situações experimentais neste estudo vieram atender à questão de como o sucesso e o fracasso de um grupo minoritário podem atuar como moderadores na atribuição de características positivas e negativas, numa sociedade que tem como base ideológica a norma da meritocracia. O efeito da situação experimental foi grande e pudemos verificar que, tanto no que se refere à atribuição positiva ou negativa, o efeito significativo estava presente entre as condições de sucesso e fracasso.

Em relação à análise desse efeito, não podemos concluir que a diferença das médias atribuídas para os grupos esteja relacionada ao princípio do mérito. Os dados são conclusivos na identificação do efeito significativo entre a situação de sucesso e fracasso, no que se refere, principalmente, à atribuição de traços aos grupos. Mesmo assim, os resultados não revelam que a norma meritocrática conseguiu diminuir o preconceito contra os homossexuais na situação em que o *status* profissional do grupo foi de sucesso, tal como era esperado neste estudo.

Conforme Foster e Tsarfati (2005), as crenças na meritocracia é referida por vários autores como a mais persistente ideologia norte-americana. Embora a norma da meritocracia influencie grande parte dos governos, ela não é expressa de forma pura em nenhuma sociedade (Barbosa, 1999). A discussão realizada durante a exposição deste trabalho sobre a coexistência das normas igualitárias e meritocráticas serve como exemplo dessa afirmação.

Barbosa (1999) coloca que, apesar de maneira genérica a meritocracia ser um consenso no Brasil, existem várias divergências de como este princípio deva ser aplicado. O levantamento de algumas questões que permeiam as dúvidas referentes a essa aplicação auxilia no desenvolvimento da compreensão dessa afirmação: Como devem ser as avaliações de desempenho das pessoas? Como podemos definir habilidades, competências e esforços? Qual a relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho? Existe ou não igualdade de

oportunidades para todos? Para esta autora, o impacto da norma meritocrática no Brasil difere da influência da norma nos Estados Unidos em virtude de um ponto principal: a importância atribuída ao trabalho no processo de construção da identidade dos brasileiros é menor do que a atribuída pelos norte-americanos. Até recentemente, as principais fontes de identidade do indivíduo e/ou grupo, no Brasil, não estavam ligadas ao trabalho, mas sim à família, às suas relações sociais e ao *status* no interior da sociedade (Barbosa, 1999). O trabalho como componente essencial de realização pessoal, expressão da subjetividade do indivíduo e determinante de *status* social é ainda recente no Brasil. A posição de Barbosa (1999) sobre a vivência da meritocracia entre os brasileiros fornece uma hipótese explicativa para a compreensão dos nossos resultados. Se o *status* profissional do indivíduo e/ou grupo não representa papel essencial na construção de sua identidade, então essa condição não influenciará de forma significativa a avaliação que os brasileiros fazem dos indivíduos e/ou grupos estigmatizados.

Ao se investigar a diferença das atribuições de características positivas e negativas, percebemos que o heterossexual foi melhor avaliado em todas as situações, e curiosamente, a atribuição de traços negativos também foi significativamente superior à atribuição dessas para o grupo de homossexuais, principalmente na situação de fracasso.

As nossas hipóteses baseavam-se nos estudos mais recentes do preconceito racial (Lima, 2002; Camino *et al.*, 2001; Leyens *et al.*, 2000), que revelam que as mudanças de expressão do preconceito ocorrem devido às normas sociais vigentes, as quais que coíbem comportamentos discriminatórios. Além disso, o estudo de Lima (2002), “Cor da pele, sucesso, branqueamento e infra-humanização dos negros”, revelou que os negros bem sucedidos sócio-economicamente eram vistos como mais brancos e possuíam mais emoções secundárias e traços culturais que os negros fracassados socioeconomicamente.

Os resultados do presente estudo apontam o preconceito dirigido ao grupo de homossexuais como sutil, diferentemente de outros estudos na área que indicavam a existência de um maior percentual de preconceituosos flagrantes (Lacerda *et al.*, 2002; Falcão, 2004; Pereira, 2004). O estudo de Falcão (2004), citado anteriormente neste estudo, relacionava as explicações sobre a homossexualidade à expressão do preconceito. Os resultados desse estudo mostram que 77% dos estudantes foram classificados como preconceituosos flagrantes e sutis e 44% apresentavam a expressão flagrante do preconceito. Uma hipótese explicativa sobre a diferença nos resultados do estudo de Falcão (2004) com o presente estudo estrutura-se na questão do público e do privado, já que a adoção refere-se à esfera privada e nos vários mitos que o assunto envolve, tal como a idéia de que uma criança criada em um ambiente homossexual acumulará traumas psicológicos e sociais que irão refletir no desenvolvimento de sua personalidade. Além disso, esse mito serviria de justificativa para que as pessoas agissem de forma mais flagrante, sem se preocuparem com a norma antidiscriminatória.

Já o estudo de Pereira (2004) teve como amostra estudantes de Teologia, o que, de fato, colabora para expressões mais flagrantes do preconceito, pois, conforme Herek (2002), a retórica religiosa é extremamente conservadora e opõe-se aos direitos gays e condena tanto a homossexualidade masculina quanto a feminina.

Há ainda de se considerar o fato de nossa amostra ter sido formada, em sua maioria (87%), por mulheres com idade média de 30 anos, com escolaridade superior completa. Como profissionais atuantes no mercado de trabalho, principalmente na gestão de pessoas das organizações, fica possível deduzirmos que essa mesma pesquisa, se realizada por uma amostra mais masculina, provavelmente poderia revelar um preconceito mais flagrante. Segundo Herek (2002), vários estudos comprovam que o homem heterossexual e a mulher heterossexual reagem diferentemente à homossexualidade. O homem heterossexual geralmente expressa maiores níveis

de preconceito sexual do que a mulher heterossexual. Essa diferença é mais significativa na atitude dos heterossexuais para os homossexuais masculinos. A replicação deste estudo numa amostra masculina poderá trazer maiores informações para a confirmação dessa diferença de expressão de preconceito a partir do gênero na nossa sociedade e possibilitará identificar o tamanho da influência da amostra nos nossos resultados.

Os resultados desse estudo são relacionados às teorias do preconceito sutil (Pettigrew & Meertens, 1995) com alguma ressalva. Essa teoria propõe uma relação entre endogrupo e exogrupo que não pôde ser devidamente utilizada na nossa análise, devido à ausência de uma questão no instrumento deste trabalho que fizesse a identificação da orientação sexual do participante.

Outra questão importante seria a definição do tipo de homossexualidade a que o estudo se referia (masculina ou feminina). Optamos por deixar em aberto, mas essa decisão impossibilitou que algumas outras relações entre os resultados e outros estudos fossem realizadas. Conforme Hadock, Zanna e Esses (1993), a maior parte dos estudantes pensa que a palavra homossexualidade se refere a homens gays e uma minoria relaciona o termo com mulheres homossexuais. De toda forma, fica a ressalva para que, em outros estudos, seja definido o tipo de homossexualidade que está sendo investigado.

O debate sobre a situação do homossexual no mercado de trabalho é muito mais amplo do que esse estudo se propõe a investigar. A análise da visão dos profissionais da área de Recursos Humanos sobre a homossexualidade e o preconceito implica somente em um aspecto particular da situação profissional do homossexual, ao mesmo tempo em que identifica a questão da orientação sexual como uma desvantagem para o grupo de homossexuais na competição pelas vagas em aberto no mercado, visto que a análise dos profissionais de recursos humanos será influenciada por um favoritismo pelo grupo majoritário, os heterossexuais.

Algumas pesquisas no Brasil (Green, 1999; Lacerda, Pereira & Camino, 2002; Falcão, 2004; Rios, 2002; Pereira, 2004) apontam resultados que indicam a existência do preconceito e da discriminação na vida desse grupo minoritário. As atitudes negativas dos heterossexuais para com o grupo de homossexuais são experienciadas, provavelmente, de diferentes formas, em graus distintos, mas a persistência do fenômeno incita respostas sobre as conseqüências dessas atitudes no cotidiano dos homossexuais.

Nos Estados Unidos, as atitudes negativas dirigidas aos homossexuais são freqüentes. Uma amostra de 113 lésbicas e 287 gays numa pesquisa nacional realizada pelo telefone indicou que 5% dos homens e 10% das mulheres tinham sido psicologicamente abusadas ou assaltadas no ano passado pelo fato de serem homossexuais. Quase metade (47%) relataram já ter sofrido algum tipo de discriminação (no trabalho, lar, sociedade), em algum momento de suas vidas, baseada em sua orientação sexual (Herek, 1989).

O governo brasileiro lançou, no dia 25 de maio de 2004, o programa “Brasil sem Homofobia”. O objetivo do programa é desenvolver ações que previnam a violência contra as minorias sexuais. Dados oficiais do governo brasileiro revelam que, de 1963 a 2001, tivemos 2092 homossexuais assassinados no país. O programa tem como prioridade implementar ações que consigam diminuir a discriminação contra essa minoria, tais como:

- capacitar e qualificar os policiais para acolhimento, atendimento e investigação em caráter não-discriminatório;
- capacitação de professores da rede de ensino;
- sensibilização dos operadores de Direito, assessorias legislativas e gestores de políticas públicas sobre os direitos dos homossexuais;
- sistematizar os casos de crimes homofóbicos para possibilitar uma literatura criminal sobre o tema.

Essa iniciativa do governo federal sofre críticas do grupo de homossexuais, devido ao fato de não ter considerado a questão do reconhecimento da cidadania homossexual como necessária para a eficácia do combate à discriminação. O programa não tem a preocupação em lutar pela

legalização da união civil entre homossexuais, nem de incluir uma emenda constitucional que proíba a discriminação devido à orientação sexual.

A polêmica sobre o assunto é grande e atinge vários segmentos da sociedade. Em 17 de setembro de 2003, o Conselho Federal de Psicologia lançou uma resolução (01/99), conforme foi citado neste trabalho, estabelecendo normas para atuação do psicólogo em relação à questão da orientação sexual, proibindo esses profissionais de tratarem a homossexualidade como doença.

A breve exposição acima realizada sobre a homofobia e as ações que mobilizam algumas áreas da nossa sociedade, tem aqui o objetivo de ressaltar a relevância do tema proposto no presente trabalho. E de acordo com o que foi dito, apesar de toda essa movimentação social, as pesquisas científicas na área são escassas. Há a necessidade de investigar a configuração do preconceito e da discriminação contra o homossexual em nossa sociedade, para que possamos compreender os mecanismos que promovem essa situação e assim estarmos aptos a propor intervenções que venham a diminuir, ou preferencialmente, eliminar os conflitos intergrupais, favorecendo o bem-estar social.

Os próximos estudos devem analisar a situação do homossexual no mercado de trabalho preocupando-se em identificar diferenças salariais e de posição hierárquica nas empresas a fim de que possamos traçar um quadro mais claro da situação do homossexual no mercado de trabalho atual, o qual, de fato, constitui, no sistema capitalista, a possibilidade de o indivíduo desenvolver-se e usufruir a vida com independência e dignidade.

Referências Bibliográficas

Adelman, M. (2000) Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX.

Revista de Sociologia e Política, 14, 163-171.

Adorno, T.W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D., & Sanford, R.N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison –Wesley.

Amâncio, L.B.Q. (2000). Identidade social e relações intergrupais. Em J. Vala, & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social* (4ª ed., pp.387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). Fidedignidade. Em: *Testagem psicológica*. (pp. 84-105). Artmed: Porto Alegre.

Antunes, C. (2003). *Gays. A vida fora do armário*. Veja, 1808, ano 66, n25, 73-81.

Barbosa, L. (1999) *Igualdade e Meritocracia. A Ética do Desempenho nas Sociedades Modernas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Bar-Tal, D. (1989). *Group Beliefs: A conception for analysing group structure, processes, and behavior*. New York: Springer-Verlag.

Becker, S. (1999). *A fantasia da eleição divina*. C. de Freud. Rio de Janeiro.

Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology*. Londres: Sage Publications.

Blumenfeld, W. J. (1992). *Homophobia: How we all pay the price*. Boston: Beacon Press.

Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

Brasil (1995). Projeto de lei nº 1.151/95 – Ex. Dep. Marta Suplicy (PT).

Brown, R.J. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade, 8* (1), 17-42.

Camino, L., Silva, P., & Pereira C. (2001) A face oculta do preconceito no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política, 1*, 13-36.

- Castro, M. G., Abramovay, M., Silva, L. B. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco.
- Chahad, J. P. Z. (2003). Tendências Recentes no Mercado de Trabalho: Pesquisa de Emprego e Desemprego. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 17, n. 3-4, 205-217.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Resolução 001/1999. Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: CFP.
- Cronbach, L. (1990). Como julgar os testes: fidedignidade e outras qualidades. Em: *Fundamentos da testagem psicológica*. (pp. 176-197). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Doise, W. (1984) Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R. M. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Londres: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1986). Lês représentations sociales: Définition d' um concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L'étude dês représentations sociales* (pp.81-94). Paris: Delachaux e Niestlé.
- Doise, W. (2002) Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 27-35.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analyses representations*. Hemple Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Dollard, J., Doob, L. N, Mowrer, O., & Sears R. (1939). *Frustration and aggression*. New Haven: Yale University Press.
- Dovídio, J. F., Mann, J. A., & Gaertner, S. L. (1989). Resistence to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Org.), *Affirmative action in perspective* (pp.83-102). Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Ekman, P. (1992). An argument for basic emotions. *Cognition and Emotion*, 6, 169-200.
- Engels, F.(s.d.) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira,1980 (Coleção perspectivas do homem: V.99).

- Falcão, L. C. (2004). *Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de preconceito*.
Dissertação de Mestrado Não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Foster, M. D., & Tsarfati, E. M. (2005). The effects of Meritocracy beliefs on Women's Well-being after First-time Gender Discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 1730-1738.
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio, & S.L. Gaertner. (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (pp.61-89). Orlando, FL: Academic Press.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A., & Rust, M. C. (1993). The Common Intergroup Identity Model: Recategorization and Reduction of Intergroup Bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 5-26.
- Geocities. *A Homossexualidade no mundo*. Retirado no dia 04/07/2006, do website <http://www.geocities.com>
- Green, J.N. (1999). *A Homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.
- Greenwald A. G., Mc Gee D. E., & Schwartz J. K. L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.
- Grupo Gay da Bahia. (28.02.2002). Relatório em comemoração ao aniversário do grupo gay da Bahia. nº 22. Salvador, BA: Editora do Grupo Gay da Bahia.
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Gurr, T.R. (1970). *Why men rebel*. Princeton, N.L.: Princeton University Press.
- Gwecman, S. (2004). Casamento gay. *Super Interessante*, 202, 46-53.
- Hadock, G., Zanna, M. Esses, V. (1993) Assessing the Structure of prejudicial attitudes: the case

of attitudes toward homosexual. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65 (6), 105-118.

Haslam, N., Rothschild, L., Ernest, D. (2000). Essentialist beliefs about social categories. *British Journal of Social Psychology*, 39, 113-127.

Herek, G. M. (1984). Beyond "homophobia": A social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 10 (1/2), 1-21.

Herek, G. M. (1989). Hate crimes against lesbians and gay men: Issues for research and policy. *American Psychologist*, 44, 948-955.

Herek, G. M. (1991). Stigma, Prejudice, and violence against lesbians and gay men. In J. C. Gonsiorek, & J. D. Weinrich (Eds.), *Homosexuality: Research implications for public policy* (pp.60-80). Thousand Oaks, CA: Sage.

Herek, G. M. & Berril, K. T. (1992). *Hate Crimes: Confronting violence against lesbians and gay men*. Sage; Newbury Park (CA).

Herek, G. M. & Capitanio, J. P. (1995). Black heterosexual's attitudes toward lesbians and gay men in the United States. *The Journal of Sex Research*, 32, 95-105.

Herek, G. M. (2000). The Psychology of sexual prejudice. *Current Directions in Psychological Science*, 9, 19-22.

Herek, G. M. (2002). Gender gaps in public opinion about lesbians and gay men. *Public Opinion Quarterly*, 66, 40-66.

Heringer, R., 1995. Introduction to the analysis of racism and anti-racism in Brazil. Em: *Racism and Anti-Racism in World Perspective* (B. Bowser, ed.), pp. 203-207, London: Sage.

Hogg, M. A., Abrams, D. (1990). Social Motivation, self-esteem and social identity. Em: Abrams, D., Hogg, M. A. (Orgs.) *Social identity theory: constructive and critical advances*. Londres: Harvester Wheatsheaf, pp.28-47.

- Hovland, C. I. & Sears, R. R. (1940). Minor studies in aggression VI: Correlation of lynching with economic indices. *Journal of Personality*, 9, 301-310.
- Human Rights Campaign. (2003) Corporate Equality Index, retirado no dia 05/08/2004, do website <http://www.hrc.org>
- Kemper, T. D. (1987). How many emotions are there? Wedding the social na automatic componentes. *American Journal of Sociology*, 93, (2), 263-289.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: EPU.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Kinney, P. R., & Gray, C. D. (1999). *SPSS for Windows Made Simple*. Third Edition. Hove, East Sussex: Psychology Press Ltd.
- Kline, P. (1994). *An easy guide to factor analysis*. Routledge: New York, NY.
- Klinger, K. (2004). *Mulher, negro e gay estão na mira das empresas*. Retirado no dia 11/03/2004 do website <http://www.folha.uol.com.br>
- Lacerda, M. (2001). *A representação social da homossexualidade: o que pensam os estudantes universitários?* Dissertação de Mestrado, não publicada, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L (2002). Um estudo sobre as forma de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (1), 165-178).
- Lane, S. (2004). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Leyens, J. Ph., Paladino, P., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 186-197.

- Leyens, J. Ph., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P., Vaes, J., & Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411.
- Leyens, J. Ph., Cortes, B. P., Demoulin, S., Dovidio, J., Fiske, S. T., Gaunt, R. et al. (2003). Emotional prejudice, essentialism, and nationalism. *European Journal of Social Psychology*, 33, 703-717.
- Lima, M. E. (2002). *Normas sociais e racismo: efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Lima, M. E., Vala, J. (2004). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 20, n1, pp.011-019.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner: (Orgs.). *Prejudice, discrimination, and racism*. (pp.91-125). New York: Academic Press.
- Melo, C. (2005). *Gays conquistam espaço, mas barreiras ainda são grandes*. Retirado no dia 18 de outubro de 2005, www.ultimosegundo.ig.com.br
- Mertens, R. W., Pettigrew, T. F. (1999). Será o racismo sutil mesmo racismo? Em J. Vala (Org.), *Novos Racismos Perspectivas Comparativas* (pp.11-29). Portugal: Celta Editora.
- Michener, H. A., Delamater, J. D., Myers, D. J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo: PioneiraThomson Learning.
- Ministério da Justiça. (2004). *Programa Brasil sem homofobia*. Retirado no dia 26/11/2005 do website <http://www.mj.gov.br>
- Monteiro, M.B., (1996). Conflito e Cooperação nas Relações Intergrupais. Em J. Vala, & M.B.

- Monteiro. *Psicologia Social*. (3ª ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, M.B. (2000). Conflito e negociação entre grupos. In. Vala & M.B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (4ª ed., pp.411-456). Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Original publicado em 1961).
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. (Original publicado em 2000).
- Moscovici, S., Mugni, G. (1987). Psychologie de la conversion. Friburgo. Delval.
- Moscovici, S., Pérez, J.A. (1997). *Prejudice and social representations*. Papers on Social Representations, 6, 27-36
- Moscovici, S., & Pérez, J.A. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Coord.), *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp.103-119). Oeiras: Celta
- Mott, L., (2002) *Relatório do Grupo Gay da Bahia, n°22*. Salvador, BA: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Myers, D. G. (2000). *Psicologia Social*. Rio de Janeiro (RJ): LTC Editora.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: UNB.
- Pasquali, L. (Org.), (1999). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM / IBAPP.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual de fundamentos das técnicas psicológicas*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Pereira, A.S.L.S. (2004) *Representações sociais do Homossexualismo e Preconceito contra homossexuais*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

- Pereira, C., & Soares, A. (2003). Reflexões acerca da perspectiva das Representações Sociais. *Revista Estudos*, 30, (1), 61-83.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., Almeida, S. T. (2003). O estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 95-107.
- Pettigrew, T.F., & Meertens R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rios, R. R. (2002). *O Princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual: a homossexualidade no direito brasileiro e norte-americano*. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. Nova York: Basic Books.
- Rokeach, M. (1968). *Beliefs, Attitudes and values: a theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2000). Preconceito, estereótipos e discriminação. Em A. Rodrigues, E. M. L. Assmar, & B. Jablonski (Orgs.), *Psicologia Social*, (pp.147-176). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Runciman, W.G. (1966). *Relative Deprivation and Social Justice*. Berkeley (CA): University of California Press.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 71-99.
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In P. A. Katz & D. A. Taylor (Eds.). *Eliminating racism: profiles in controversy*. (53-84). Nova Iorque: Plenum.

- Sherif, M., Sherif, C.W. (1953). *Groups in harmony and tensions: an integration of studies on intergroup relations*. New York: Octagon.
- Sherif, M., Harvey, D. J., White, B. J., Hood, W. R. & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup cooperation and competition: the robbers cave experiment*. Norman: University Book Exchange.
- Sherif, M. & Sherif, C. W. (1969). Ingroup and intergroup relations. Em M. Sherif & C. W. Sherif (Orgs.), *Social psychology* (pp. 221-266). New York: Harper & Row.
- Soares, S. S. D. (2000). O perfil da discriminação no mercado de trabalho - homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. *Texto para Discussão do Ipea no. 769*.
- Spencer, C. (1999). *Homossexualidade: Uma história. Tradução de Rubem Mauro Machado*. (2ª Ed), *Rio de Janeiro*: Record.
- Silva, M. J. (1995). *Racismo à brasileira: Raízes históricas*. São Paulo. Editora Anita Garibaldi, 3ª edição.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Sroufe A. L., (1979). Socioemotional development. Em *Handbook of Infant Development*, Osofsky JD (ed.). Wiley: New York; 462-516.
- Struch, N., & Schwartz, S.H. (1989). Intergroup aggression: predictors and distinctiveness from intergroup bias. *Journal of personality and Social Psychology*, 56, 364-373.
- Tabachnick, B. G., Fidel, L. S. (1996). *Using multivariate statistics*. Harper Collins: New York, NY.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*, (Volume 1) Livros Horizonte, tradução Lígia Amâncio.

- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*, (Volume 2). Livros Horizonte, tradução Lúcia Amâncio.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M.G., & Bundy, R.P. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Torres, A R. R. (1996). *Exploring group diversity: Relationships between ingroup identification and ingroup bias*. Tese de Doutorado não-publicada, University of Kent at Canterbury, Reino Unido.
- Torres *et al* (2004). Preconceito e psicologia social. *Revista Estudos Vida e Saúde*, Universidade Católica de Goiás , 4, 617-636.
- Trevisan, J. S. (2004). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- Vala, J. (2000). *Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento*. In J. Vala e M. B. Monteiro (Edits), *Psicologia Social* (4ª edição). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Venturi, G. & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando preconceito racial. Em C. turra & G. Venturi (Orgs.), *Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil* (pp. 83–95). São Paulo: Ática.
- Weinberg, G. (1972). *Society and the healthy homoseality?* New York: St-Martin's Press.

Anexos

*Anexo A: Questionário da Condição de Sucesso do Grupo dos
Homossexuais*

Universidade Católica de Goiás

Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Grupo de Pesquisas sobre Processos Grupais
Estudo sobre Questões Sociais

Nós somos um grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e estamos desenvolvendo uma série de investigações sobre o que os estudantes pensam sobre algumas questões sociais.

O objetivo desta pesquisa é verificar como a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais.

Sendo assim pedimos sua colaboração no sentido de responder cada uma das questões apresentadas a seguir buscando avaliar como a sociedade brasileira, de uma forma geral, define os homossexuais.

Este questionário não é um teste, portanto não existem respostas “certas” ou “erradas”. Todas as suas respostas serão guardadas em segredo, não sendo necessário saber seu nome.

Solicitamos que leia o pequeno texto logo abaixo e em seguida responda ao questionário que é constituído basicamente de dois tipos de questões. Em algumas você terá que preencher os espaços com as informações pedidas. Em outras existe uma escala e tudo o que você tem a fazer é assinalar ou escrever o número que melhor demonstra como você acha que a sociedade brasileira considera a questão.

Obrigado pela colaboração!

Sabemos que o preconceito contra os homossexuais ainda existe em nossa sociedade, mas não podemos deixar de perceber as grandes conquistas que esse grupo vem obtendo. E é principalmente no mercado de trabalho o local, em que eles vêm se afirmando como extremamente competentes e bem sucedidos. São vários os casos de homossexuais assumidos que dirigem grandes corporações americanas. Na “caça pelos talentos”, as empresas perceberam o fato de que esse grupo apresenta profissionais de altíssimo desempenho e decidiram adotar políticas de proteção e retenção para o grupo nos seus ambientes de trabalho. Só nos EUA, 50 grandes organizações entre elas Walt Disney, American Express, Xerox, Ford, Coca-Cola, Microsoft, etc. adotam políticas a favor da contratação e manutenção de homossexuais, proibindo atitudes discriminatórias e oferecendo benefícios específicos para essas pessoas, tal como incluir o parceiro no plano de saúde corporativo. Aqui no Brasil esse movimento já está acontecendo, sendo a IBM a empresa referência neste processo.

1- Interessa-nos saber em que medida as seguintes características ou traços de personalidade podem definir os membros do grupo em questão. Para indicar como você acha que a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais indique na coluna 1 o grau em que a sociedade utiliza o adjetivo para caracterizá-los. Na coluna 2 indique o grau que essa sociedade emprega o adjetivo

para caracterizar os heterossexuais e na coluna 3 quanto a sociedade brasileira considera a característica referida positiva ou negativa.

	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico
	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os homossexuais	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os heterossexuais
Esperto		
Mentiroso		
Sincero		
Agressivo		
Fisicamente hábil		
Infantil		
Inteligente		
Ruidoso		
Intuitivo		
Supersticioso		
Progressista		
Selvagem		
Espontâneo		
Conservador		
Sábio		
Impulsivo		
Livre		
Materialista		
Competente		
Descontrolado		
Dócil		
Desonesto		
Civilizado		
Estúpido		

2- Na sua opinião, a sociedade brasileira considera que as emoções abaixo relacionadas são experimentadas mais frequentemente pelos homossexuais ou pelos heterossexuais?

	Exclusivamente pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos homossexuais	Mais pelos homossexuais que pelos heterossexuais	Tanto pelos homossexuais quanto pelos heterossexuais	Mais pelos heterossexuais que pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos heterossexuais	Exclusivamente pelos heterossexuais	<i>Não sei responder</i>
Amor	1	2	3	4	5	6	7	0
Medo	1	2	3	4	5	6	7	0
Inveja	1	2	3	4	5	6	7	0
Alegria	1	2	3	4	5	6	7	0
Otimismo	1	2	3	4	5	6	7	0
Raiva	1	2	3	4	5	6	7	0
Arrependimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Vigor	1	2	3	4	5	6	7	0
Esperança	1	2	3	4	5	6	7	0
Desconfiança	1	2	3	4	5	6	7	0
Vergonha	1	2	3	4	5	6	7	0
Coragem	1	2	3	4	5	6	7	0
Felicidade	1	2	3	4	5	6	7	0
Irritação	1	2	3	4	5	6	7	0
Melancolia	1	2	3	4	5	6	7	0
Paixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Compaixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Aversão	1	2	3	4	5	6	7	0
Ressentimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Prazer	1	2	3	4	5	6	7	0

3- Qual a sua idade: _____

4- Gênero: () masculino () feminino

5- Que curso está fazendo? _____

6- Na sua opinião, de uma forma geral, a sociedade brasileira vê o indivíduo homossexual de forma:

Mais negativa	1	2	3	4	5	6	7	Mais positiva
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------

7- Você concorda com essa opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

Anexo B: Questionário sem Relato de Sucesso ou Fracasso do Grupo dos Homossexuais

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Grupo de Pesquisas sobre Processos Grupais
Estudo sobre Questões Sociais

Nós somos um grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e estamos desenvolvendo uma série de investigações sobre o que os estudantes pensam sobre algumas questões sociais.

O objetivo desta pesquisa é verificar como a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais.

Sendo assim pedimos sua colaboração no sentido de responder cada uma das questões apresentadas a seguir buscando avaliar como a sociedade brasileira, de uma forma geral, define os homossexuais.

Este questionário não é um teste, portanto não existem respostas “certas” ou “erradas”. Todas as suas respostas serão guardadas em segredo, não sendo necessário saber seu nome.

Pedimos que responda ao questionário abaixo, que é constituído basicamente de dois tipos de questões. Em algumas você terá que preencher os espaços com as informações pedidas. Em outras existe uma escala e tudo o que você tem a fazer é assinalar ou escrever o número que melhor demonstra como você acha que a sociedade brasileira considera a questão.

Obrigado pela colaboração!

1- Interessa-nos saber em que medida as seguintes características ou traços de personalidade podem definir os membros do grupo em questão. Para indicar como você acha que a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais indique na coluna 1 o grau em que a sociedade utiliza o adjetivo para caracterizá-los. Na coluna 2 indique o grau que essa sociedade emprega o adjetivo para caracterizar os heterossexuais e na coluna 3 quanto a sociedade brasileira considera a característica referida positiva ou negativa.

	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico
	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os homossexuais	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os heterossexuais
Esperto		
Mentiroso		
Sincero		
Agressivo		
Fisicamente hábil		
Infantil		
Inteligente		
Ruidoso		
Intuitivo		
Supersticioso		
Progressista		
Selvagem		
Espontâneo		
Conservador		
Sábio		
Impulsivo		
Livre		
Materialista		
Competente		
Descontrolado		
Dócil		
Desonesto		
Civilizado		
Estúpido		

2- Na sua opinião, a sociedade brasileira considera que as emoções abaixo relacionadas são experimentadas mais freqüentemente pelos homossexuais ou pelos heterossexuais?

	Exclusivamente pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos homossexuais	Mais pelos homossexuais que pelos heterossexuais	Tanto pelos homossexuais quanto pelos heterossexuais	Mais pelos heterossexuais que pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos heterossexuais	Exclusivamente pelos heterossexuais	<i>Não sei responder</i>
Amor	1	2	3	4	5	6	7	0
Medo	1	2	3	4	5	6	7	0
Inveja	1	2	3	4	5	6	7	0
Alegria	1	2	3	4	5	6	7	0
Otimismo	1	2	3	4	5	6	7	0
Raiva	1	2	3	4	5	6	7	0
Arrependimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Vigor	1	2	3	4	5	6	7	0
Esperança	1	2	3	4	5	6	7	0
Desconfiança	1	2	3	4	5	6	7	0
Vergonha	1	2	3	4	5	6	7	0
Coragem	1	2	3	4	5	6	7	0
Felicidade	1	2	3	4	5	6	7	0
Irritação	1	2	3	4	5	6	7	0
Melancolia	1	2	3	4	5	6	7	0
Paixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Compaixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Aversão	1	2	3	4	5	6	7	0
Ressentimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Prazer	1	2	3	4	5	6	7	0

3- Qual a sua idade: _____

4- Gênero: () masculino () feminino

5- Que curso está fazendo? _____

6- Na sua opinião, de uma forma geral, a sociedade brasileira vê o indivíduo homossexual de forma:

Mais negativa	1	2	3	4	5	6	7	Mais positiva
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------

7- Você concorda com essa opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------

Anexo C: Questionário da Condição de Fracasso do Grupo dos Homossexuais

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Grupo de Pesquisas sobre Processos Grupais
Estudo sobre Questões Sociais

Nós somos um grupo de pesquisa ligado ao Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e estamos desenvolvendo uma série de investigações sobre o que os estudantes pensam sobre algumas questões sociais.

O objetivo desta pesquisa é verificar como a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais.

Sendo assim pedimos sua colaboração no sentido de responder cada uma das questões apresentadas a seguir buscando avaliar como a sociedade brasileira, de uma forma geral, define os homossexuais.

Este questionário não é um teste, portanto não existem respostas “certas” ou “erradas”. Todas as suas respostas serão guardadas em segredo, não sendo necessário saber seu nome.

Solicitamos que leia o pequeno texto logo abaixo e em seguida responda ao questionário que é constituído basicamente de dois tipos de questões. Em algumas você terá que preencher os espaços com as informações pedidas. Em outras existe uma escala e tudo o que você tem a fazer é assinalar ou escrever o número que melhor demonstra como você acha que a sociedade brasileira considera a questão.

Obrigado pela colaboração!

O mercado globalizado e altamente competitivo em que vivemos traz novas realidades para as nossas vidas. Uma delas é a corrida pelos grandes talentos. As empresas mais do que nunca estão conscientes de que são as pessoas, ou seja, seus recursos humanos, os responsáveis por seu sucesso ou seu fracasso. A constatação desta realidade, faz com que as organizações lutem arduamente pela contratação dos melhores profissionais do mercado. Essa busca por talentos fez com que algumas empresas adotassem estratégias para diversificar seu quadro de pessoal. Para tal, criaram programas de diversidade em que a contratação das ditas minorias sociais fossem estimuladas. Mas o fato é que esses programas de diversidade não conseguiram fazer com que essas minorias, como por exemplo os homossexuais se adaptassem e de fato se integrassem à realidade dessas empresas. Apesar delas possuírem políticas para que atitudes discriminatórias não ocorressem, os homossexuais não conseguiam desempenhar suas funções conforme o esperado, levando a empresa a obter resultados regulares e muitas vezes insatisfatórios. Esse fato está fazendo com que as empresas repensem esses programas e principalmente no caso da minoria homossexual, perceba que o custo em mantê-los na empresa pode ser maior do que o benefício.

1- Interessa-nos saber em que medida as seguintes características ou traços de personalidade podem definir os membros do grupo em questão. Para indicar como você acha que a sociedade brasileira caracteriza os homossexuais indique na coluna 1 o grau em que a sociedade utiliza o adjetivo para caracterizá-los. Na coluna 2 indique o grau que essa sociedade emprega o adjetivo para caracterizar os heterossexuais e na coluna 3 quanto a sociedade brasileira considera a característica referida positiva ou negativa.

	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico	(0) Nada característico (1) Pouco característico (2) Medianamente característico (3) Muito característico (4) Totalmente característico
	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os homossexuais	Grau em que a sociedade brasileira utiliza o adjetivo para caracterizar os heterossexuais
Esperto		
Mentiroso		
Sincero		
Agressivo		
Fisicamente hábil		
Infantil		
Inteligente		
Ruidoso		
Intuitivo		
Supersticioso		
Progressista		
Selvagem		
Espontâneo		
Conservador		
Sábio		
Impulsivo		
Livre		
Materialista		
Competente		
Descontrolado		
Dócil		
Desonesto		
Civilizado		
Estúpido		

2- Na sua opinião, a sociedade brasileira considera que as emoções abaixo relacionadas são experimentadas mais freqüentemente pelos homossexuais ou pelos heterossexuais?

	Exclusivamente pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos homossexuais	Mais pelos homossexuais que pelos heterossexuais	Tanto pelos homossexuais quanto pelos heterossexuais	Mais pelos heterossexuais que pelos homossexuais	Quase exclusivamente pelos heterossexuais	Exclusivamente pelos heterossexuais	<i>Não sei responder</i>
Amor	1	2	3	4	5	6	7	0
Medo	1	2	3	4	5	6	7	0
Inveja	1	2	3	4	5	6	7	0
Alegria	1	2	3	4	5	6	7	0
Otimismo	1	2	3	4	5	6	7	0
Raiva	1	2	3	4	5	6	7	0
Arrependimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Vigor	1	2	3	4	5	6	7	0
Esperança	1	2	3	4	5	6	7	0
Desconfiança	1	2	3	4	5	6	7	0
Vergonha	1	2	3	4	5	6	7	0
Coragem	1	2	3	4	5	6	7	0
Felicidade	1	2	3	4	5	6	7	0
Irritação	1	2	3	4	5	6	7	0
Melancolia	1	2	3	4	5	6	7	0
Paixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Compaixão	1	2	3	4	5	6	7	0
Aversão	1	2	3	4	5	6	7	0
Ressentimento	1	2	3	4	5	6	7	0
Prazer	1	2	3	4	5	6	7	0

3- Qual a sua idade: _____

4- Gênero: () masculino () feminino

5- Que curso está fazendo? _____

6- Na sua opinião, de uma forma geral, a sociedade brasileira vê o indivíduo homossexual de forma:

Mais negativa	1	2	3	4	5	6	7	Mais positiva
---------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------

7- Você concorda com essa opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---------------------